

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Modelo-SC, 2024



POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Modelo-SC, 2024

*"É preciso uma aldeia inteira
para educar uma criança"*

Provérbio Africano



ESCOLA em Tempo Integral

Trata-se de reconectar os tempos da escola com os tempos da vida de nossos estudantes, procurando entender o continuum, entre esses tempos e a presença dos estudantes com seus saberes e múltiplas possibilidades de aprendizagens. Trata-se de, a partir dos processos de reflexão e ação instituídos há muito em muitas escolas, avançar na qualificação do espaço escolar como espaço de conhecimentos e valores, como espaço no qual a vida transita em sua complexidade e inteireza, como espaço no qual cada estudante, com razão e emoção, possa conhecer e operar com a música, com as ciências, com as artes cênicas, com a matemática, com a literatura, onde cada um e todos em relação possam se humanizar e se singularizar, entendendo o mundo e entendendo-se no mundo. Trata-se de fazer acontecer o encontro entre a escola e a cidade, a escola e a comunidade, a escola e a rua, ampliando-se e garantindo-se territórios para percursos formativos de nossas crianças e nossos jovens. (MOLL, 2013, p. 45)

DIRCEU SILVEIRA

Prefeito Municipal

CÉSAR MEURER

Vice-Prefeito

RAQUEL STOCKER

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO 2021 - 2024

CONCEPT CONSULTORIA/FICAGNA ASSESSORIA LTDA

Consultoria Geral e Assessoria

ELISTON TERCI PANZENHAGEN

Professor Formador e Organizador da Política

Representação do COMEITI

• Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

TITULARES: Raquel Stocker e Geovana Rohenkohl

SUPLENTES: Diane Hollas e Joceani Rambo

• Gestão Escolar de cada Escola Municipal

TITULARES: Margarete Turella e Moana Santos

SUPLENTES: Vanice Gavineski e Marília Cremonini

• Equipe Multidisciplinar da Rede de Ensino

TITULAR: Leticia Both

SUPLENTE: Diva Sandmann

• Professores de cada faixa etária (etapa) da Educação Infantil

TITULARES: Daniela Marins

SUPLENTES: Veronica Valmorbida e Cristiane Fuzinato

• **Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**

TITULARES: Viviane Carneiro e Rosane Jacoby
SUPLENTE: Gilneide Braun e Helena Jacobsen

• **Conselho Municipal de Educação**

TITULAR: Miriam Frey
SUPLENTE: Janice Billig

• **Conselho do FUNDEB**

TITULAR: Adriana da Silva
SUPLENTE: Cleber Eberhart

• **Secretaria Municipal de Assistente Social**

TITULARES: Eliana Lorenz e Rosane Teixeira
SUPLENTE: Loraci Bellaver e Patricia Machado

• **Secretaria Municipal Agricultura**

TITULAR: Aerton Valmorbida
SUPLENTE: Regina de Godois

• **Secretaria Municipal da Saúde**

TITULAR: Giseli da Silva
SUPLENTE: Gabrieli Possebon

• **APP**

TITULAR: Avana Rauber
SUPLENTE: Cleilamar Biazebbetti

• **Conselho Tutelar**

TITULAR: Roseli Eloy
SUPLENTE: Ana Paula Bolis

• **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA**

TITULAR: Márcia Linke
SUPLENTE: Marli Schlosser

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Organizador Curricular – Componente Curricular Dança e Futebol – Educação Infantil.....	101
Quadro 02 - Organizador Curricular – Componente Curricular Serviço de Convivência: Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem	107
Quadro 03 - Organizador Curricular – Componente Curricular Sala de Interação Lúdica – Educação Infantil	114
Quadro 04 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jogos Pedagógicos – Educação Infantil.....	120
Quadro 05 - Organizador Curricular – Componente Curricular Relaxamento – Educação Infantil.....	125
Quadro 06 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jiu-Jitsu – Educação Infantil.....	129
Quadro 07 - Organizador Curricular – Componente Curricular Meio Ambiente – Educação Infantil.....	136
Quadro 08 - Organizador Curricular – Componente Curricular Informática Básica – Anos Iniciais	146
Quadro 09 - Organizador Curricular – Componente Curricular Inglês – Ensino Fundamental	173
Quadro 10 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jogos Desportivos e Dança – Ensino Fundamental	182
Quadro 11 - Organizador Curricular – Componente Curricular Serviço de Convivência: Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem	189

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 OBJETIVOS.....	17
1.1 Objetivo Geral	18
1.2 Objetivos Específicos	18
2 MARCOS LEGAIS	20
2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH.....	20
2.2 Constituição Federal - CF de 1988.....	20
2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	21
2.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.....	21
2.5 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN's	22
2.6 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.....	23
2.7 Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.....	24
2.8 Plano Municipal de Educação – PME 2015-2025	24
2.9 Base Nacional Comum Curricular – BNCC	26
2.10 Lei n. 14640/2023 – Portaria n. 1.495/2023 – Portaria 2.036/2023	28
2.11 Resolução Municipal do Programa Escola em Tempo Integral.....	30
3 AS DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, EIXOS E CONCEITOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO INTEGRAL E AO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL ...	33
3.1 Diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral.....	33
3.2 Princípios do Programa Escola em Tempo Integral	35
3.3 Eixos do Programa Escola em Tempo Integral	36
3.4 Formação Humana Integral e/ou Educação Integral	42
3.5 Escola em Tempo Integral.....	44
3.6 Currículo.....	44
3.7 Multidimensionalidade e Dimensões do Desenvolvimento (Intelectual, cultural, físico, social, emocional)	46
3.8 Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Transversalidade	48
3.9 Políticas Públicas, Parcerias e Intersetorialidade.....	49
3.10 Tempos, Espaços e Práticas Escolares	51
4 DIAGNÓSTICO DA REDE DE ENSINO E SEU CONTEXTO.....	54
4.1 Indicadores do Contexto Social e Familiar dos Estudantes.....	54

4.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social	67
4.3 Indicadores Educacionais.....	77
5 PACTO SOCIAL	87
6 DIRETRIZES GERENCIAIS.....	90
6.1 Programa Escola em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	93
6.1.1 Contextualização das Etapas	93
6.1.2 Organização da Rede Municipal de Ensino e a Oferta da Escola em Tempo Integral	94
6.1.3 Matriz Curricular	95
6.1.3.1 Descrição dos Componentes Curriculares da Jornada Ampliada	98
6.1.3.2 Descrição dos Componentes Curriculares da Jornada Ampliada do Ensino Fundamental	140
6.1.4 Avaliação no Programa Escola em Tempo Integral	196
6.2 Infraestrutura e Materiais.....	198
6.3 A Formação Permanente dos Profissionais	203
6.3.1 Estrutura e Plano de Formação dos Profissionais envolvidos e sua Efetivação	206
6.4 Planejamento e Documentação Pedagógica.....	207
7 INTERSETORIALIDADE, CONVÊNIOS, PARCERIAS E INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.....	208
7.1 COMEITI – Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral	209
7.2 Relação entre Secretaria de Educação e Unidades Escolares	212
7.3 Relação das demais Secretarias Municipais, Conselhos e demais Órgãos com as Escolas em Tempo Integral.....	213
7.3.1 Lista de Secretarias, Conselhos e Órgãos Parceiros	213
7.3.2 Agenda de ações conjuntas e intersetoriais	214
7.4 Relação da Escola com o Território	216
7.4.1 Agenda de ações para a interação com o Território/Contexto Social.....	217
8 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	219
9 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA E DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	221
10 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	224

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
---------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação apresenta aos munícipes a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (PEITI), que é um documento orientador e norteador de todas as práticas que serão adotadas em prol do Programa Escola em Tempo Integral em Modelo/SC.

O Programa Escola em Tempo Integral é uma estratégia do Governo Federal com fomento financeiro e apoio técnico para viabilizar o alcance da meta 06 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo Parlamento brasileiro.

A finalidade deste programa é estimular a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, considerando os estudantes em maior situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da educação integral e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A ampliação do tempo integral, igual ou superior a **07 horas diárias ou 35 horas semanais**, tem como propósito a perspectiva do desenvolvimento e formação integral de bebês, crianças e adolescentes a partir de um currículo intencional que amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola, com a participação da comunidade escolar.

Este documento que vai reger o funcionamento do programa a nível local, é uma exigência da Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e deve ser homologado pelos Conselhos Municipais de Educação, assim como avaliado e revisado constantemente a fim de atender às demandas do programa.

A produção deste documento se baseia inteiramente na legislação concernente disponível no Site do MEC mais especificamente na aba Escola em Tempo Integral, bem como, nos materiais do CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL – CEI, especialmente aqueles que fazem menção à Educação Integral na Prática. Portanto, este documento contém vários recortes dos materiais, no intuito de delinear a compreensão local e direcionar a formação dos envolvidos para a participação coletiva e crítica, construindo uma educação integral a nível local com um planejamento alinhado e coerente. Portanto, a política de educação integral deve ser pensada de forma integrada e inclusiva, abrangendo tanto a jornada regular quanto a ampliada, e garantindo o atendimento ao desenvolvimento integral de todos os estudantes como um direito constitucional.

Conforme o Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral (MEC, 2024), a Política de Educação em Tempo Integral pode ser compreendida como um conjunto de decisões e estratégias públicas que cada ente federado deverá estruturar com base em sua realidade visando proporcionar educação em tempo integral na perspectiva da educação integral. Seu conteúdo deve apresentar decisões, instrumentos e ações relevantes para que o objetivo de ampliar as matrículas em tempo integral na perspectiva da educação integral seja materializado com qualidade e equidade.

O documento, por sua vez, inclui pontos como as diretrizes e os princípios da educação em tempo integral na perspectiva da educação integral, a definição de estrutura e equipe técnica da secretaria responsável pela gestão da Política, das fontes de financiamento e orçamento, as decisões sobre a organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, dos profissionais da educação e de sua jornada, das diretrizes e do desenho da matriz curricular, da orientação às escolas para revisão e atualização de projetos pedagógicos, das ações para a articulação intersetorial e com o território, da estratégia de monitoramento e avaliação, entre outros.

Compreendemos que o sucesso do programa depende dos processos de planejamento, implementação e avaliação articulados e em constante diálogo com os diversos atores envolvidos, incluindo as comunidades escolares e os profissionais da educação.

A construção coletiva desse processo a nível local durante o ano de 2024 foi conduzida pelo COMEITI, instituído e nomeado por ato do chefe do poder executivo, a saber, o DECRETO N. 216, DE 05 DE JUNHO DE 2024. Essa construção não apenas fortalece o senso de comunidade e pertencimento, mas também promove uma compreensão mais ampla das necessidades e realidades locais. O envolvimento das escolas e demais agentes educacionais desde o início possibilita a identificação de desafios e a busca por soluções mais adequadas e contextualizadas com a realidade.

Assim, almejamos que o Programa possa ser desenvolvido com eficácia, oportunizando às crianças e estudantes uma aprendizagem sempre mais significativa.

Raquel Stocker
Secretária de Educação

INTRODUÇÃO

O Programa Escola em Tempo Integral do governo federal é uma ação indutora e articuladora do Ministério da Educação-MEC para apoiar os entes federados na criação e/ou transformação de políticas educacionais de educação integral em jornada ampliada,

qualificando e diversificando as oportunidades educativas para bebês, crianças, adolescentes e jovens de todo o país.

Instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, o programa parte da adesão voluntária dos estados, municípios e do Distrito Federal, e contempla todas as etapas da Educação Básica: creche e pré-escola (Educação Infantil); anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental; e Ensino Médio, com as matrículas nos parâmetros de cálculos do Fundeb. Seguindo o Plano Nacional de Educação - PNE, o programa considera que a jornada ampliada é aquela em que o estudante permanece na escola por, no mínimo, **7 horas diárias ou 35 horas semanais**. O tempo integral pode acontecer em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre eles.

O Governo Federal priorizou a Educação em Tempo Integral considerando:

- Baixa centralidade do Plano Nacional de Educação nas políticas e programas dos últimos anos;
- Ausência de plano de ação estratégico para criação e/ou aceleração de programas que viabilizem o alcance da Meta 6 do Plano Nacional de Educação;
- Aumento da vulnerabilidade social nas infâncias e adolescências brasileiras;
- Efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes;
- Acirramento das desigualdades sociais.

“

A ESCOLA FUNDADA EM TAIS BASES NÃO SERÁ, POIS, UMA ESCOLA QUE FORME HOMENS SEM CAPACIDADE DE ESFORÇO E DE RESISTÊNCIA. MUITO AO CONTRÁRIO, OS HOMENS FORMADOS NESSA ESCOLA PROVARAM, EM SUA PLENITUDE, O PRAZER DE **CONQUISTAR**, PASSO A PASSO, O CAMINHO DE SUA **EMANCIPAÇÃO**.

Anísio Teixeira

O programa é destinado a todos os entes federados, que poderão aderir e pactuar metas junto ao MEC, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). As transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios dependerão de adesão, e os recursos serão repassados diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Todo esforço deve ser mobilizado para que o acesso à educação integral em tempo integral seja uma ferramenta concreta para enfrentar desigualdades, focando especialmente em crianças e estudantes negros e negras, indígenas, quilombolas, com deficiências e que historicamente foram alijadas ou não priorizadas pelas políticas educacionais. Segundo o programa, para uma expansão equitativa da jornada escolar, deve-se:

- Priorizar regiões e estudantes vulneráveis, utilizando indicadores socioeconômicos e considerando a disponibilidade territorial de outros serviços e atendimentos (exemplos: famílias atendidas pelo bolsa família; pelos Centros de Acolhida; pelos Programas Sociais do município, entre outros);
- Alinhar os projetos pedagógicos com as demandas dos estudantes e da comunidade local;
- Promover estratégias de gestão e práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades, construindo um ambiente escolar inclusivo e valorizador das diversidades;
- Incentivar a participação ativa das equipes escolares no processo de decisão, garantindo gestão democrática e engajamento dos diretores na transformação da educação;
- Considerar critérios infraestruturais e de pessoal da rede, como a remoção de professores e a centralização de processos, para uma implementação eficiente da ampliação da jornada sem prejudicar a jornada regular.

Como todo programa, há uma meta (além do PNE 2014-2024) a ser delineada com a execução do mesmo, que, embora não esteja detalhadamente mensurada, incide na qualificação das aprendizagens das crianças e estudantes. Essa meta seria o questionamento: Onde queremos chegar? E a resposta, em resumo, deve ser:

- Melhorar indicadores de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes brasileiros;
- Possibilitar maior proteção e inclusão social a todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social;
- Avançar na qualidade social da educação brasileira.

É necessário, portanto, que se compreenda que o programa Escola em Tempo Integral deve ser pensado para todos, em quaisquer locais ou situações de forma que os entes federados devem evitar alocar o mesmo apenas em realidades mais favoráveis que já detenham todos os recursos necessários, tampouco, apenas em contextos mais desfavoráveis, seja em condições sociais ou mesmo de estrutura ou aprendizagens numa tentativa frustrada de redenção da sociedade.

Neste sentido, o programa orienta para algumas questões gerais, como a ampliação da jornada, que pode ocorrer:

- a) em turmas de educação em tempo integral e turmas de tempo regular (parcial) em uma mesma escola;
- b) em escolas cujas turmas estão todas em tempo integral, também chamadas de escolas de tempo integral.

Para a implantação do Programa, após a pactuação com o Ministério da Educação, procurou-se, a nível local, seguir as etapas sugeridas para a implementação, conforme demonstrado na imagem.



Neste sentido, foi fundamental para a apropriação dos conceitos e compreensão dos princípios orientadores da Política de Educação Integral, a Formação Inicial de toda equipe da Secretaria de Educação e de demais Secretarias, Conselhos e Órgãos que podem convergir no oferecimento de uma educação integral em escola de tempo integral, com qualidade socialmente referenciada.

Nesta formação inicial foram discutidos os principais quesitos que integram a esfera da educação integral, resultando na constituição do COMEITI – Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, composto de forma intersetorial e representativa, para organizar, acompanhar e avaliar os trabalhos relativos a esta política, com membros nomeados pelo poder executivo municipal. Com este Comitê seguiu-se a trajetória de formação com base em um roteiro formativo com referências e outros materiais de apoio para discussão e elaboração desta Política que se entrega para a sociedade.

A Escola em Tempo Integral, no entanto, pode constituir-se a partir de diferentes modelos, conforme os arranjos locais. A imagem a seguir exemplifica os modelos propostos.

MODELO	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	
	AMPLIAÇÃO DE TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	PARCERIAS (CONVÊNIOS)
1	Não	Não
2	Sim	Não
3	Sim	Sim

Fonte: Centro de Referências de Educação Integral: Caderno 2 – Implementação

Nesta rede municipal, optou-se pelos modelos 2 e 3, em que, as atividades curriculares escolares serão realizadas em tempo ampliado, e contam ou poderão

contar com convênios para a composição do arranjo local através de componentes curriculares e oficinas, ou ainda, por meio de ações intersetoriais que possam, de forma transversal, interdisciplinar ou transdisciplinar propor práticas pedagógicas que incrementem e ampliem as oportunidades de aprendizagens significativas para os estudantes. O trânsito entre os modelos 2 e 3, sinalizados acima, se mostrará de forma mais visível somente no decorrer do processo, em que parcerias e trabalhos intersetoriais serão firmados, colocados em prática, e mediante avaliação coerente, será deliberado sobre sua permanência ou não no currículo escolar.

Uma gestão qualificada da Política de Educação Integral requer um planejamento articulado, no qual os aspectos financeiro, administrativo e curricular caminham de forma integrada.

A educação integral, uma vez entendida como princípio norteador da rede, deve de fato consolidar-se como a concepção que integra e conduz todas as ações da Secretaria e, conseqüentemente das escolas e dos educadores. Isso significa que a dimensão pedagógica é articuladora da financeira, administrativa, de recursos humanos, entre outras. Para tanto, isso precisa estar refletido no organograma da Secretaria, garantindo espaços e tempos de integração entre as áreas e corresponsabilidade pelo processo pedagógico.

A escolha da educação integral como orientadora da proposta pedagógica da escola e, conseqüentemente, das atividades e rotinas escolares pressupõe mudanças profundas no cotidiano da sala de aula, na formação de professores e na relação da instituição com a comunidade onde se insere.

1 OBJETIVOS

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. Desta forma, busca o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro.

São objetivos do Programa Escola em Tempo Integral

- I – fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à meta 6 estabelecida pela Lei 13.005/14 que instituiu o Plano Nacional de Educação;
- II – elaborar, implantar, monitorar e avaliar Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na Educação Básica;
- III – promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;
- IV – melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes; e
- V – fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Nesta direção, por meio de um trabalho consistente, articulado e em regime de colaboração, postula-se como Resultados Esperados:

- Melhorar indicadores de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes de toda a educação básica;
- Avançar na qualidade social da educação brasileira;
- Possibilitar maior proteção e inclusão social aos estudantes mais vulnerabilizados.

Com base nos objetivos traçados nos documentos oficiais do programa bem como nos resultados esperados, a comunidade local define seus próprios objetivos para a consecução do mesmo. Assim, reunidos para discutir, planejar e alinhar ações para esta política pública, o COMEITI definiu como objetivos locais:

1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um processo educativo de qualidade, concebido pela visão de formação humana integral, por meio da jornada de tempo ampliado, em que a base nacional comum seja permeada pela parte diversificada do currículo, através de metodologias e ações interdisciplinares, transversais, transdisciplinares e intersetoriais desenvolvendo aprendizagens significativas com as crianças e estudantes que frequentam o programa.

1.2 Objetivos Específicos

- Incluir o maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na escola em tempo integral, garantindo seu acesso a uma educação com qualidade e maior equidade social;
- Educar cidadãos através de um ambiente educacional que nutre o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e físico das crianças e estudantes, assegurando seu bem-estar e segurança durante toda a jornada escolar;
- Aliar um ambiente educacional completo com um plano direcionado para superar as dificuldades em componentes curriculares específicos, garantido que todas as crianças e estudantes recebam o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial e se tornarem cidadãos completos, preparados para os desafios do mundo atual;
- Desenvolver nos profissionais da educação uma formação continuada e especializada, que os habilite a atuar de forma integrada e inovadora no contexto da escola em tempo integral, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, pensamento crítico, e preparando-os para novos desafios;
- Estimular os educandos a questionarem, analisar informações, tomar decisões e encontrar soluções criativas para desafios cotidianos, preparando-os para uma vida em constante transformação;
- Promover a participação ativa das famílias e da comunidade escolar em todas as atividades da escola, buscando criar um ambiente de colaboração e apoio mútuo para o desenvolvimento integral dos educandos;

- Trabalhar a autoestima, a empatia, a cooperação, a comunicação eficaz e a gestão de emoções, preparando os estudantes para estabelecer relacionamentos saudáveis e lidar com as adversidades da vida.

2 MARCOS LEGAIS

O desenvolvimento da concepção de educação integral é orientado por marcos teóricos e legais, que possibilitam uma compreensão mais apurada da modalidade de escola em tempo integral situada na esfera da educação básica brasileira, o que abarca o atual programa que está em fase de implantação no país. Alguns destes marcos estão brevemente abordados na sequência, numa estrutura organizada da esfera global para o local, de forma a demonstrar a pertinência do tema em pauta durante todo Século XX e também no Século XXI.

2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece, dentre o contexto geral dos direitos que procura garantir a todo cidadão, o direito à educação como fundamental para o pleno desenvolvimento da personalidade humana. A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reforça esse direito e destaca a necessidade de uma educação que prepare a criança e o estudante para a vida em sociedade.

Ainda no âmbito internacional, a UNESCO também reconhece a importância da educação integral e promove sua implementação em diferentes países. A organização define a educação integral como uma abordagem holística que visa o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo as dimensões cognitiva, afetiva, social, ética e estética.

2.2 Constituição Federal - CF de 1988

A Constituição Federal de 1988, dentro os Artigos 205 e 214 que tratam do tema Educação, garante o direito à educação integral, abrangendo a formação física, psíquica, moral, intelectual e social do indivíduo. O que pode ser demonstrado quando a mesma estabelece em seus Artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(...)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações

integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece a educação integral como um direito fundamental e define diretrizes para sua implementação. O (ECA), de 1990, assegura às novas gerações as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar “o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Art. 3). A educação integral é a estratégia necessária para a realização desta premissa do ECA, na medida que possibilita a articulação dos diversos agentes, espaços e recursos de um lugar em torno de um projeto comum voltado para o desenvolvimento das pessoas.

2.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96

Compreendendo que, como assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, a educação abrange também os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, cabe às instituições de ensino apoiar as novas gerações na construção de sentido sobre todo este conhecimento. A escola, portanto, reconhecendo-se como articuladora destes diferentes saberes, deve promover a partilha e construção de significados, valores e identidades.

A LDB assegura, em seu artigo 23, que “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”, o que pode apoiar os arranjos locais na forma de organização e oferta da Escola em Tempo Integral.

A mesma lei determinou a necessidade de elaboração de uma Base Nacional Curricular, formada por uma parte comum e uma parte diversificada.

A parte comum é composta pelos seguintes componentes: Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física e conhecimentos do mundo físico, natural e da realidade social e política. A parte diversificada é composta pelos estudos das características regionais e locais, além de uma língua estrangeira moderna. Ambas as partes devem se articular organicamente e os componentes curriculares podem ser organizados em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, módulos ou projetos (Brasil, 2013, p. 32-33).

Assim, os arranjos sociais ganham corpo nos contextos municipais, num sentido de complementaridade entre base nacional comum e a parte diversificada, incluindo saberes regionais e locais que em sua definição tomarão como base, principalmente, as necessidades dos contextos, bem como, os interesses e desejos dos educandos e suas famílias.

2.5 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN's

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) “currículo é o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes” (p. 27). Trata-se, assim, de um dispositivo que deve respeitar, promover e valorizar as identidades e culturas dos diversos grupos sociais a que pertencem os estudantes brasileiros.

A educação integral é o caminho privilegiado para a realização do currículo nestas bases, uma vez que ela convoca a escola a se reconhecer como parte da comunidade. O conhecimento acadêmico não se separa do conhecimento comunitário, o que acarreta duas implicações do ponto de vista curricular. A primeira é que os conhecimentos ensinados e produzidos na escola pertencem à comunidade. A segunda implicação da educação integral para o currículo é que os conhecimentos produzidos pelos diversos agentes sociais também são valorizados, sempre em diálogo respeitoso e reflexivo com o conhecimento científico e filosófico.

A matriz curricular deve assegurar movimento, dinamismo e multidimensionalidade, de tal modo que os diferentes campos do conhecimento possam se coadunar com o conjunto de atividades educativas e instigar, estimular o despertar das necessidades e desejos. (Brasil, 2013, p. 30)

Neste diálogo, estudantes e suas comunidades são reconhecidas como produtores de cultura e é assim que se constroem as identidades sociais e culturais. É por esta razão que a educação integral não se realiza pela cisão entre turno e contraturno, mesmo que se construa com base em um programa de ampliação de

jornada escolar. A educação integral não cinde, ela conecta os tempos da vida do estudante assim como faz dialogar os conhecimentos dos diversos agentes que participam da sua vida. Esta integração de saberes depende de uma organização curricular que ultrapasse a perspectiva disciplinar e a visão de “grade”.

O currículo orientado pela educação integral é requisito para a qualidade social da educação da forma como esta foi descrita nas Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que: possibilita a articulação dos espaços e tempos educativos dentro e fora da escola; promove a diversidade cultural, valorizando as manifestações culturais da comunidade; estimula o gosto pela aprendizagem; conecta o projeto político pedagógico da escola ao trabalho pedagógico e à infraestrutura; integra e valoriza os profissionais da educação, os estudantes, as famílias e os agentes da comunidade; orienta a formação dos profissionais da educação; realiza a parceria com órgãos da assistência social, cidadania, ciência e tecnologia, esporte, turismo, cultura, saúde e meio ambiente. “A escolha da forma como se organizará o currículo de cada escola será resultado de amplo debate envolvendo sua comunidade e deverá ser coerente com o seu projeto político pedagógico” (Brasil, 2013, p. 48).

2.6 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O FUNDEB é um importante instrumento para a viabilização dos diferentes programas com recursos para que os mesmos sejam executados, o que inclui os programas de educação em tempo integral, inclusive, regulamentando a carga horária que deve ser cumprida para que os diferentes programas se constituam como educação em tempo integral.

O Fundo avançou em relação às leis anteriormente mencionadas (LDB e PNE), entre outros aspectos, por associar o tempo integral a todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Além disso, o Fundeb também se destacou em relação ao Fundo que lhe antecedeu, o Fundef, por destinar recursos não apenas para o ensino fundamental, mas para as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, incluindo, ineditamente, recursos para as matrículas em tempo integral.

O FUNDEB também abarca importantes direcionamentos quanto a valores, formas de cálculo e financiamento das diferentes iniciativas, significando um verdadeiro avanço na qualidade da educação brasileira.

2.7 Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024

Desde o início do Século XXI ganha força no país a discussão de uma educação planejada de forma mais aberta e participativa. A CF (1988) estabelece em seu Art. 214 a garantia de um Plano Nacional e Decenal que oriente as políticas educacionais no país.

Assim, de 2001 a 2010 foi estabelecido o primeiro PNE, e na sequência, de 2014 a 2024 o segundo plano que ora finda. Entre suas metas, a de número seis (06) versa sobre a Educação Integral, reafirmando-a como direito a ser garantido pelo Estado brasileiro.

Instituído pela Lei 13.005/2014, o PNE vigente postula o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

O PNE desdobra-se e vincula-se aos Planos Estaduais de Educação – PEE e aos Planos Municipais de Educação – PME, nos quais, cada território elenca as metas, ações e estratégias conforme a realidade local.

2.8 Plano Municipal de Educação – PME 2015-2025

O município de Modelo, a partir da aprovação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, iniciou, em fevereiro de 2015, o processo de adequação do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 1891 de 23 de dezembro de 2009, com o objetivo de alinhá-lo ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual (versão preliminar). No PME, portanto, encontram-se as metas e estratégias, os anseios referentes aos setores pedagógicos, administrativos da rede estadual e municipal do município de Modelo/SC para o próximo decênio.

O Departamento Municipal de Educação, sendo responsável pela reelaboração do PME, realizou o lançamento dos trabalhos no dia 12 de março de 2015, sendo que após o lançamento realizou reuniões para expor a metodologia, os fundamentos norteadores e o cronograma dos trabalhos com os responsáveis pelo processo.

Nesta organização de trabalho, distribuíram-se responsabilidades:

- Comissão Técnica, nomeada pela Diretora Municipal de Educação, teve a responsabilidade de realizar o levantamento de dados e elaboração do Documento Base.
- Conselho Municipal de Educação, na condição de Comissão Coordenadora, tem a responsabilidade de validar o documento base, coordenar a consulta pública, bem como encaminhar Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores.

As equipes responsáveis atualizaram o diagnóstico do PME – 2008/2018, a fim de retratar a situação da educação no município com relação aos níveis e modalidades de ensino, aos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação.

Com base nesses dados, elaboraram-se as metas e estratégias do PME, sempre alinhadas ao PEE e PNE, considerando a realidade local e cultural do município. O Plano Municipal de Educação é um instrumento norteador das políticas públicas no município e foi criado por lei pela Câmara de Vereadores. O PME define objetivos, diretrizes e os rumos da educação no município para o decênio 2015 - 2025, visando sempre a qualidade da educação.

Com o plano, o município tem a pretensão de prestar um relevante serviço de educação do município de Modelo, abrangendo a rede estadual (ensino fundamental anos finais, ensino médio, escola em tempo integral, EJA e Casa Familiar Rural), a rede municipal (educação infantil e ensino fundamental anos iniciais), a Escola Especial Mundinho Feliz, APAE de Modelo e o ensino superior, sendo que estas instituições de ensino têm o papel específico da produção, reconstrução, socialização e difusão do saber.

O Plano Municipal de Educação de Modelo/SC, aprovado pela Lei Municipal N. 2210/2015 de 18 de Junho de 2015, apresenta propostas a partir da participação social visando à efetivação de políticas públicas comprometidas com a qualidade do ensino. Em relação a Educação em Tempo Integral, apresenta na:

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

6.1 Incentivar, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7

(sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Elaborar projetos e buscar recursos financeiros, em regime de colaboração com a União e Estado para construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Em regime de colaboração, ampliar e reestruturar as escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Apoiar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.7 Manter as medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

2.9 Base Nacional Comum Curricular – BNCC

Conforme abordado anteriormente, a CF e a LDB reafirmam a necessidade de uma articulação de forma a garantir as aprendizagens essenciais para a educação brasileira. No que tange à CF, em seu

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Neste sentido, elaboraram-se, na época, os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) para o Ensino Fundamental. Estes documentos serviram de parâmetro para os processos pedagógicos nestes níveis de ensino por aproximadamente vinte anos, quando, após ampla participação popular, aprovou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

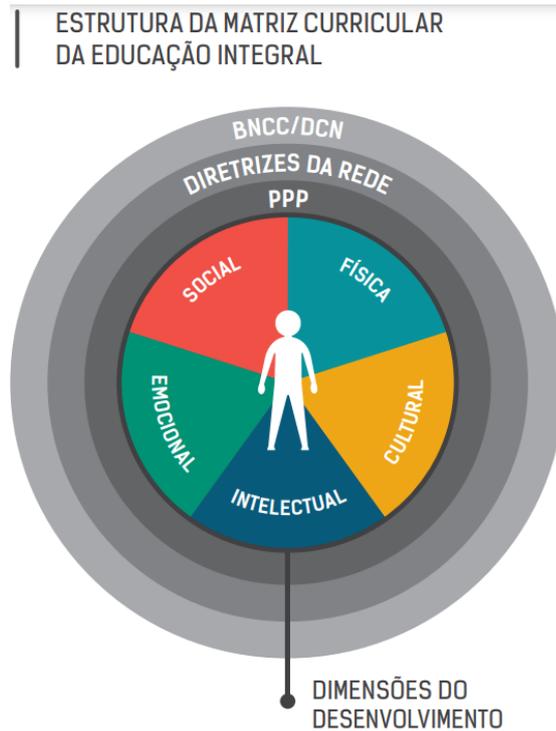
Este documento assume o compromisso com a educação integral, na perspectiva da busca do desenvolvimento humano global e na afirmação dos seus princípios:

A superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, o protagonismo do aluno em sua aprendizagem e a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende são alguns dos princípios subjacentes à BNCC (Brasil, 2018, p. 17).

Tendo em vista este compromisso, a BNCC organiza-se sobre competências, assim definidas: “ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído” (Brasil, 2012, p. 16). A adoção do enfoque das competências possibilita, segundo o documento, indicar claramente os direitos de aprendizagem, ou seja, o que os alunos devem saber fazer, ser e conviver como resultado de sua aprendizagem.

Na educação integral, o processo de aprendizado se inicia com a valorização da cultura, experiência e conhecimentos dos estudantes e com suas inquietações. Com esta base, promove-se a interação com pessoas de diversas áreas e saberes, com o meio e seus recursos, possibilitando a construção de novos conceitos e projetos. Este caminho segue os interesses e escolhas dos estudantes, estimulados pelo olhar crítico em relação a seus contextos socioculturais, tendo o professor como mediador do processo. O papel do professor passa a ser, então, o de auxiliar os estudantes, por meio da mediação, a descobrirem suas competências, perseguirem seus interesses e realizarem seus projetos, oferecendo-lhes o suporte necessário. Para atingir este objetivo, o currículo de cada escola deverá ser organizado segundo critérios que possibilitem abranger a Base Nacional Comum e sua parte diversificada, contextualizando-as e conectando-as com os interesses dos estudantes.

A matriz curricular possibilita compreender as relações entre os fundamentos e as abordagens que relacionam o pedagógico com a gestão e sugere algumas possíveis práticas coerentes com estas interações.



Fonte: Centro de Referências de Educação Integral: Caderno 2 – Implementação

Com base neste enfoque, o documento apresenta dez competências gerais, que se inter-relacionam e perpassam todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, para a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Segundo a BNCC, “em síntese, esse conjunto de competências explicita o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, p. 19).

2.10 Lei n. 14640/2023 – Portaria n. 1.495/2023 – Portaria 2.036/2023

Para fins de implementação e estruturação dos Programas de Educação Integral em Tempo Integral nos municípios brasileiros, tendo como base este programa federal, estabeleceram-se, a princípio, três marcos legais que definem e orientam o atual Programa Escola em Tempo Integral, sendo:

LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, sancionada pelo Presidente da República.

Art. 1º Fica instituído o Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral.

Art. 2º O Programa Escola em Tempo Integral compreenderá estratégias de assistência técnica e financeira para induzir a criação de matrículas na educação básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino, na forma desta Lei.

PORTARIA Nº 1.495, DE 2 DE AGOSTO DE 2023 - Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. Dentre suas abordagens (não menos importantes), esta portaria menciona:

Art. 3º São objetivos do Programa Escola em Tempo Integral: I - fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; II - elaborar, implantar, monitorar e avaliar Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na educação básica; III - promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral; IV - melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes; e V - fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014.

Convém lembrar que estes são objetivos do programa, que a nível de arranjos locais são acrescidos e detalhados pelos objetivos dos atores que compõe o tempo/espaço em que a política de educação integral irá se desenvolver, respeitando as características e interesses daquele contexto.

Esta portaria foi alterada pela PORTARIA Nº 64, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023, em que se altera o Anexo II da Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 - Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Esta portaria, em seus detalhamentos, nas disposições gerais, afirma que

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, de que trata a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, e as ações estratégicas para apoiar a expansão de matrículas na educação básica com qualidade e equidade no acesso, permanência e trajetória escolar.

Além destes marcos reguladores e orientadores, outras legislações concernentes estão e virão a ser publicadas, e nesta direção, as Secretarias

Municipais de Educação deverão ficar atentas para manterem-se atualizadas quanto ao desenvolvimento do programa.

2.11 Resolução Municipal do Programa Escola em Tempo Integral

O município iniciou o Programa Escola em Tempo Integral por meio da Resolução Nº. 001/2023 novembro de 2023, pela qual “Fica instituído o Programa de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Modelo e dá outras providências.”

O programa iniciou de forma piloto e gradativa conforme senso de oportunidade, com os estudantes matriculados no quinto ano do Ensino Fundamental, com a finalidade de oportunizar, a esses alunos, formação complementar e oportunizar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assegurando os direitos e propiciando condições de maior participação e integração no contexto social. O programa funciona na Unidade Escolar Escola Reunida Professora Griseldi Maria Muller.

Segundo a Resolução, em seu Art. 3º. “A oferta curricular no Ensino Fundamental em Tempo Integral deverá ser desenvolvida como processo de aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária da criança, sua unicidade e sua lógica.”

O município pretende ampliar o programa para mais turmas do Ensino Fundamental, bem como, gradativamente para a Educação Infantil conforme demonstrarem os dados diagnósticos, especialmente no que tange ao quesito da vulnerabilidade social.

No Art. 4º da Resolução municipal que implanta esta modalidade de ensino,

O Programa de educação em tempo integral, contará com currículos e programas voltados para a identidade pedagógica do Ensino Fundamental, preponderando atividades que implementem habilidades e competências da leitura e da escrita, bem como o aprimoramento da socialização da criança, aspectos determinantes no processo de escolarização

A proposta pedagógica deve promover em sua prática de educação e cuidados a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo linguísticos e sociais da criança entendendo ser ela um ser total, completo e indivisível. Na elaboração da proposta pedagógica a escola deve ter a preocupação de respeitar conceitos e experiências anteriormente adquiridas pelas crianças na construção de novos conhecimentos, devendo ainda observar:

- I – atividades significativas adequadas ao ritmo do desenvolvimento humano das diferentes idades;
- II – vivências e experiências prazerosas;
- III – oportunidade de socialização com seus pares e profissionais da escola;
- IV – motivação e inserção na cultura escolar, no mundo da escrita e da leitura, mesmo antes do processo de alfabetização;
- V – estabelecimento das bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização e da linguagem.

A legislação local ainda assegura o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência matriculados nas Escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais em Tempo Integral, em classes regulares, devendo o Poder Municipal fornecer profissional de apoio para o seu acompanhamento. Assim, também cabe a Secretaria Municipal de Educação garantir a disponibilidade, a capacitação, a atualização e a formação continuada dos professores, de acordo com o novo paradigma proposto.

Além da Resolução que Implanta o Programa para início gradativo com o ensino fundamental e menciona alguns detalhes de seu funcionamento, inclusive apresentando uma primeira matriz curricular, foi necessário atualizar e publicar a matriz curricular e alguns direcionamentos para a ampliação do programa, também para a Educação Infantil, que se deu pela RESOLUÇÃO Nº. 002 de 30 de setembro de 2024, que aprova as Matrizes Curriculares para o Programa Escola em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Modelo/SC e dá outras providências.

Ainda, para complementar, seguindo as orientações para o trabalho local com o Programa Escola em Tempo Integral, o poder executivo, por meio do DECRETO N. 216, DE 05 DE JUNHO DE 2024, que Institui o Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (COMEITI), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de realizar, de forma intersetorial, a governança sistêmica dos esforços da implementação das estratégias e ações relativas ao programa de Escola em Tempo Integral e à Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, conforme especifica e dá outras providências. Assim, é importante elencar que ao COMEITI compete:

- a) Participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

- b) Monitorar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
- c) Subsidiar a elaboração dos parâmetros de qualidade para as condições de oferta do tempo integral e para a aprendizagem dos estudantes;
- d) Sistematizar dados e emitir recomendações para a atuação da Secretaria Municipal de Educação na melhoria contínua da política;
- e) Participar e/ou realizar a avaliação e monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Importa acrescentar em relação ao COMEITI, que:

- Cada membro terá 1 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos;
- Os membros e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade que representam e designados por este ato do Prefeito Municipal;
- As atividades deverão ser desenvolvidas, preferencialmente, dentro do horário de funcionamento dos órgãos públicos e não será renumerado.
- A Secretaria Executiva do COMEITI será exercida pelos Representantes da Secretaria Municipal de Educação, local onde deverão ficar arquivados todos documentos e onde deverão ser realizadas as atividades presenciais relativas ao programa;
- O COMEITI se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação;
- O quórum da reunião é de metade dos seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

3 AS DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, EIXOS E CONCEITOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO INTEGRAL E AO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

3.1 Diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral

As Diretrizes do Programa foram delineadas na PORTARIA Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, em seu Art. 4º, sendo:

I - a expansão das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da Educação Integral;

II - o currículo da educação em tempo integral comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

III - a superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno para um currículo integrado e integrador de experiências;

IV - a constituição de referencial para a educação em tempo integral que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

V - a melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VI - a utilização de material didático e pedagógico contextualizado, significativo, acessível, diversificado e sustentável, considerando a diversidade étnico-racial, ambiental, cultural e linguística do país;

VII - o fomento e valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva interdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;

VIII - a participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio em uma perspectiva de progressiva autonomia;

IX - o fortalecimento de processos de escuta, diálogo, participação e deliberação coletiva na escola, que envolva estudantes e educadores em processos democráticos de construção das práticas educativas e da proposta pedagógica da escola, inclusive com o fomento à instauração e qualificação permanente de instâncias como os conselhos de escola, os grêmios escolares, associações e assembleias estudantis, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio;

X - a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento, da valorização e da mobilização dos saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno;

XI - a articulação intersetorial com políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;

XII - a melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral;

XIII - o atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Bilíngue de Surdos e Educação Especial;

XIV - o estabelecimento de metas e de estratégias de política educacional, gestão escolar e práticas pedagógicas que promovam a redução de desigualdades étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos, o público-alvo da Educação Especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas;

XV - a oferta de matrículas em tempo integral na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, na forma integrada ou concomitante intercomplementar, integrando-se, ao Ensino Médio e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia;

XVI - a oferta de matrículas em tempo integral nas modalidades de Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, considerando as respectivas Diretrizes Curriculares e outras normativas;

XVII - a valorização e inclusão das diretrizes curriculares nacionais para a educação em direitos humanos, para a educação ambiental, para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, sempre preconizando a gestão democrática, a participação social e a adoção de ações intersetoriais que atendam às necessidades das realidades diversas das escolas e sistemas de ensino;

XVIII - participação social dos sujeitos envolvidos de modo a que suas necessidades, percepções, conhecimentos, histórias, culturas e línguas sejam considerados na concepção, na implementação e na avaliação; e

XIX - a priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.

3.2 Princípios do Programa Escola em Tempo Integral

Os princípios do Programa Escola em Tempo Integral foram apresentados na PORTARIA Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 que Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Em seu Art. 3º, a portaria expõe

Art. 3º São princípios do Programa Escola em Tempo Integral:
I - reconhecimento da educação como um direito humano público e subjetivo e da educação escolar como parte inegociável da materialização deste direito;
II - qualidade socialmente referenciada da escola;

- III - reconhecimento das múltiplas formas de realização da Educação Integral, a partir das singularidades, potencialidades, limites e circunstâncias dos sujeitos, comunidade escolar e território;
- IV - reconhecimento e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem;
- V - visão integrada dos sujeitos que realizam a ação educativa - incluindo estudantes, professores, gestores, profissionais da educação e famílias - reconhecendo-os como indivíduos historicamente situados e multidimensionais, que se humanizam continuamente, mobilizando de forma articulada os aspectos cognitivo, físico, social, emocional, cultural e político de seu desenvolvimento;
- VI - indissociabilidade das práticas de cuidar e educar ao longo de toda a educação básica;
- VII - reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero, da comunidade surda e de condição de pessoa com deficiência como elemento estruturante de um ambiente escolar inclusivo, equitativo e democrático;
- VIII - integração e articulação da educação escolar com as demais políticas sociais, na perspectiva da proteção e promoção do conjunto de direitos humanos e do combate às múltiplas manifestações da exclusão social;
- IX - integração e articulação da educação escolar com políticas sociais implicadas com a educação integral promovida em ambientes externos à escola como espaços comunitários, institucionais e Territórios Etnoeducacionais;
- X - integração dos temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular com enfoque na promoção da Educação em Direitos Humanos, da Educação Socioambiental e da Educação para as Relações Étnico-raciais, nos termos das respectivas Diretrizes Nacionais;
- XI - intencionalidade da promoção da equidade educacional; e
- XII - reconhecimento da Educação Integral como concepção que organiza, integra e articula as diferentes etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - com as modalidades Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Educação Escolar Indígena e Quilombola, Educação de Jovens e Adultos) independente da ocorrência em tempo parcial ou integral.

3.3 Eixos do Programa Escola em Tempo Integral

Uma iniciativa da envergadura do Programa Escola em Tempo Integral pressupõe uma série de atenções, tanto em nível de programa quanto em nível de operacionalização local para que seja eficiente e eficaz na busca por resultados com base nos objetivos traçados. É importante que os entes federados saibam que essa é uma caminhada que se constrói nas diferentes possibilidades de parcerias, seja entre o MEC e as Prefeituras ou mesmo nos diferentes setores dos territórios locais.

O Programa Escola em Tempo Integral está estruturado em seis eixos determinados com base em avaliações, escutas, diálogos com redes de ensino, pesquisadores do campo, fóruns de Conselhos de Educação, organizações da

sociedade civil bem como na revisão de estudos e pesquisas já realizados sobre programas nacionais ou subnacionais de ampliação da jornada escolar.

Em relação aos trabalhos em cada um dos eixos que serão apresentados a seguir, e seus desdobramentos na prática, as Prefeituras, não devem, portanto, depender totalmente do MEC ou aguardar somente da União os elementos necessários para a consolidação local do programa. Há que se empreender jornada e organizar a caminhada local, buscando a assessoria necessária com o MEC no sentido de garantir os recursos para o desenvolvimento pleno do programa, e conseqüentemente, dos sujeitos envolvidos no mesmo. Da mesma forma, cabe enfatizar que, orientados pelos eixos, é possível que a gestão local do programa desenvolva iniciativas no mesmo direcionamento dado e sugerido em cada eixo.

Cientes de que apenas os recursos financeiros para a criação de matrículas de tempo integral não solucionam o complexo desafio de organização dos sistemas de ensino e escolas com matrículas em tempo integral, e com a finalidade de aumentar a qualidade da educação pública, o MEC oferece com assistência técnica em seis eixos estratégicos aos entes federados que pactuaram matrículas no programa.

São eixos do Programa Escola em Tempo Integral:

Ampliar

Este eixo que visa a ampliação das matrículas de tempo integral comprometida com sua alocação eficiente e equitativa, e para tanto, tem como estratégias de apoio:

- Guia com orientações de gestão eficiente e equitativa das matrículas em tempo integral;
- Programa de formação continuada para os quadros técnicos das secretarias de educação no âmbito da gestão pública para a Educação Integral em tempo integral com qualidade, eficiência e equidade;
- Publicação de coleção com documentos orientadores para as equipes técnicas das secretarias de educação com vistas a apoiar os entes federativos no planejamento da eficiência e equidade na alocação das matrículas;
- Incentivo à adoção de critérios de equidade na alocação de matrículas;
- Incentivo à institucionalização de programas locais de Escola em Tempo Integral.

Como ação central do eixo Ampliar, em regime de colaboração, o programa repassa 50% do valor do fomento no ato de pactuação da matrícula de tempo integral e o restante dos 50% na declaração de criação da matrícula no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, permitindo a aplicação flexível dos recursos pelos entes. A manutenção das novas matrículas, então, passa a ocorrer a partir do cômputo no Censo Escolar. A matrícula pactuada e declarada no sistema precisa, obrigatoriamente, ser registrada no Censo Escolar e as transferências de recursos se darão apenas para as matrículas presenciais.

Formar

Formar lideranças da gestão pública, equipes técnicas e profissionais da educação atuantes na escola é um dos elementos chave para a ampliação da jornada escolar e assegurar qualidade em sua oferta. Assim, se faz necessário um amplo e participativo processo de atualização de orientações curriculares para o fortalecimento do currículo de Educação Integral considerando, além do tempo, os espaços escolares, materiais, sujeitos, saberes e territórios no entorno da escola. Para tal, são previstas as seguintes ações para todo o ciclo do programa:

- Orientações curriculares para o fortalecimento do currículo de Educação Integral e formação de lideranças da gestão pública, equipes técnicas e profissionais da educação;
- Realização de seminários regionais para atualização, revisão e consolidação dos princípios e orientações curriculares por etapas da educação básica e modalidades de ensino;
- Distribuição de coleção de publicações com orientações curriculares para a Educação Integral em Tempo Integral por etapa da educação básica e modalidade;
- Formação de equipes técnicas de secretarias e gestores de escola para liderança pública para políticas de Educação Integral;
- Editais de fomento para pesquisa em Educação em Tempo Integral;
- Planejamento e oferta de programas de aperfeiçoamento profissional para articuladores, gestores de escola e professores;

- Ações e programas de formação continuada e de fomento ao desenvolvimento profissional de educadores com ênfase na gestão e práticas pedagógicas para a Educação Integral em tempo integral;
- Elaboração de documento nacional com princípios e orientações para a Educação Integral em tempo integral por etapa e modalidades da educação básica.

Fomentar

É fundamental estimular novos projetos inovadores, documentá-los e disseminá-los entre as comunidades escolares e a sociedade. Como ferramentas, os materiais pedagógicos são importantes instrumentos de mediação de bebês, crianças e adolescentes no processo de construção de conhecimentos, habilidades e atitudes. Eles possibilitam a ampliação dos meios de compreender, participar e expressar dos estudantes e devem compor a ambiência escolar a partir de critérios de diversidade, acessibilidade, sustentabilidade e apreço aos direitos humanos. Assim, são previstas as seguintes ações para todo o ciclo do programa:

- Oferta de materiais pedagógicos para apoio à oferta de tempo integral e reconhecimento aos projetos inovadores em Educação Integral em Tempo Integral;
- Oferta de conjuntos de materiais pedagógicos acessíveis e diversos para escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio vinculados às orientações curriculares para a Educação Integral;
- Edital de projetos inovadores de Educação Integral em Tempo Integral;
- Mostra nacional de experiências em Educação Integral em Tempo Integral;
- Mostras locais, estaduais e nacionais de Educação Integral em tempo integral;
- Registro, reconhecimento e disseminação da formulação e implantação das políticas de Educação Integral em tempo integral desenvolvidas nas escolas e nas secretarias de educação;
- Financiamento de pesquisas com foco na análise e sistematização das experiências de inovação na gestão pública e dos projetos pedagógicos na Educação Integral em tempo integral.

Estruturar

Este eixo é concretizado por meio de assistência técnica e financeira aos entes federados para a qualificação da infraestrutura escolar para a Educação Integral em tempo integral. Fazem parte do Eixo:

- Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;
- Plano de Ações Articuladas – PAR;
- PAR-Portfólio: para construção ou finalização de novas unidades escolares que contemplem o atendimento em tempo integral, com projetos próprios dos entes federados.

Entrelaçar

Entrelaçamento neste programa significa ‘não isolamento’. Não é possível cogitar, no contexto atual, que a escola pública brasileira consiga, sozinha ou dentro de seus limites historicamente reconhecidos, realizar um processo educativo embasado na concepção de educação integral ou mesmo um programa de tempo ampliado.

A articulação da educação com os campos da saúde, assistência social, cultura, esportes e meio ambiente, acolhe, identifica e encaminha situações de vulnerabilidade social, violências e violações nas infâncias e adolescências intervindo, de maneira colaborativa, para a promoção do desenvolvimento integral. Para tal, são previstas as seguintes ações para todo o ciclo do programa:

- Construção de documentos de referência para a orientação e fortalecimento da articulação intersetorial e do trabalho em rede no território, identificando o potencial educativo dos territórios;
- Desenvolvimento de ferramentas de gestão que permitam a integração de informações, o planejamento de ações intersetoriais e o uso dos diversos equipamentos sociais presentes no território da política de Educação Integral em tempo integral, para prevenção às violências e vulnerabilidades, assim como proteção social e promoção de direitos sociais;
- Formação dos profissionais da educação na perspectiva da articulação intersetorial e do trabalho em rede nos territórios;

- Registro, reconhecimento e disseminação das práticas inovadoras na articulação intersetorial e de trabalho em rede desenvolvidas pelas escolas e pelas secretarias de educação;
- Participação social de diferentes grupos sociais na formulação e aprimoramento de arranjos intersetoriais no âmbito das modalidades especiais, Educação profissional e Tecnológica de nível médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos.

Acompanhar

Acompanhar é fundamental em qualquer iniciativa na qual se almeje sucesso. Quando estas são de médio ou longo prazo, esta necessidade se faz mais presente, inclusive, como no caso deste programa, que envolve diferentes projetos de vida sobre e mediante os quais não é possível improvisar constantemente ou mesmo, realizar ações não planejadas.

Acompanhamento requer conhecer o planejamento, mas antes disso, requer que haja um planejamento consistente. Para qualquer planejamento, no entanto, é imprescindível um diagnóstico apurado da realidade ou dos aspectos que envolvem cada iniciativa.

Neste sentido, o processo de acompanhamento e avaliação permanente com participação social no desenho, aprimoramento, acompanhamento e na avaliação da política educacional de Educação Integral em Tempo Integral sugere:

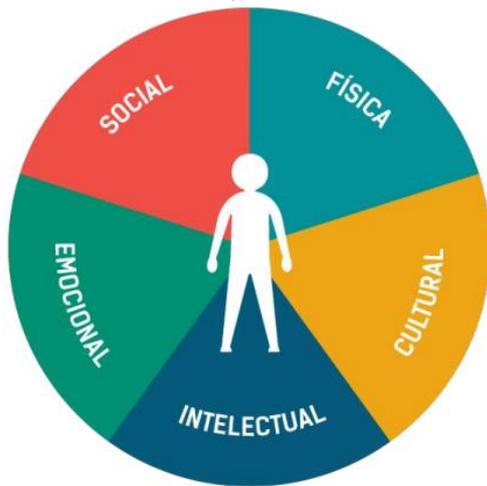
- Criação de instrumentos para avaliação das iniciativas de Educação Integral em Tempo Integral;
- Sistema de monitoramento e avaliação anual da eficácia quantitativa, qualitativa e participativa do Programa;
- Estudos sobre indicadores para avaliação na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral;
- Constituição de grupo de trabalho para o acompanhamento e aprimoramento permanente do programa com representantes das redes de ensino, das universidades, das organizações da sociedade civil, das associações de Conselhos de Educação;

- Desenvolvimento da Avaliação Institucional Participativa da Educação Integral em tempo integral com: definição dos indicadores de referência para a avaliação; disponibilização dos materiais orientadores para a realização da avaliação nas secretarias de educação e nas unidades educacionais.

3.4 Formação Humana Integral e/ou Educação Integral

A Formação Humana ou Educação Integral não é uma modalidade educacional. É uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

As dimensões da experiência humana são indissociáveis dos contextos em que vivemos: as especificidades dos modos de vida urbano, no campo, na itinerância se apresentam nos estudantes, na comunidade, na vida escolar e,



consequentemente, na rede de ensino. Da mesma forma, as etapas do desenvolvimento - e as culturas próprias das diversas infâncias, adolescências, juventudes e vidas adultas - são reconhecidas e assumidas como parte integrante dos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem. Por isso, a Educação Integral evoca um conjunto de estratégias - dentro e fora da escola, mobilizando ações intra e

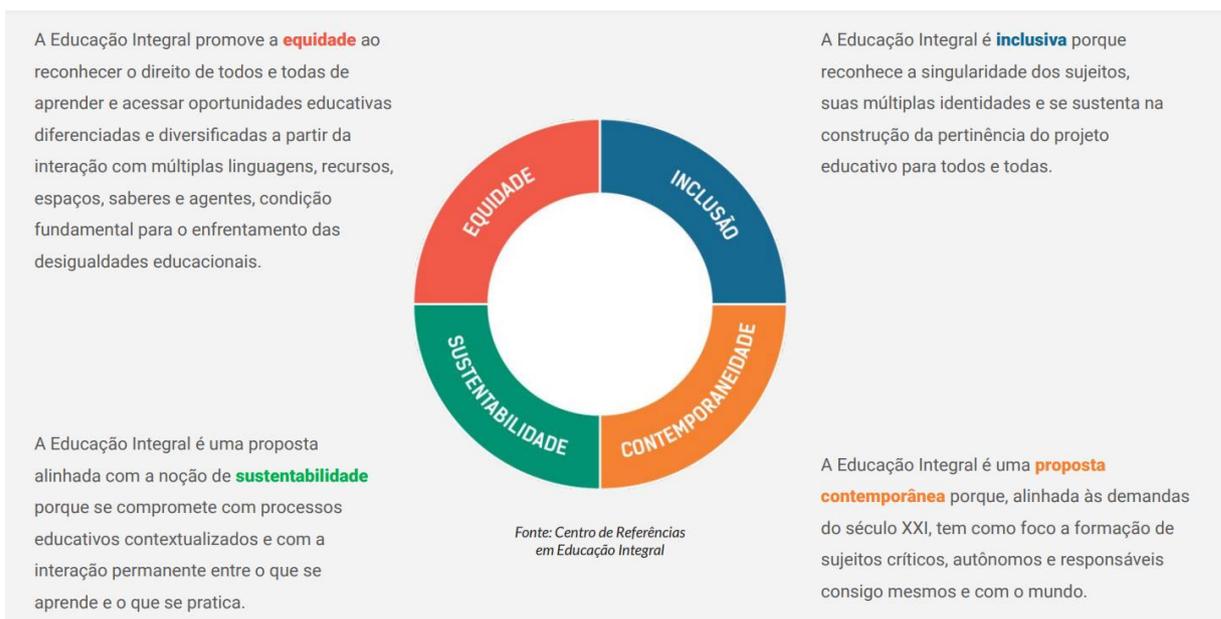
intersectoriais no governo e em parceria com a sociedade, ampliando a rede de proteção à infância, adolescência e juventude, a salvaguarda dos direitos humanos e atenção às diversidades.

Assim, a própria multidimensionalidade dos sujeitos evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como partes estruturantes do processo educativo. Como apresentam Weffort, Andrade e Costa,

[...] na perspectiva da Educação Integral, as práticas escolares devem estimular as aptidões naturais de todas as crianças, contribuir para o desenvolvimento de novas capacidades e linguagens durante a infância e a adolescência, favorecendo os processos de investigação e construção de conhecimentos e de sentidos coletivos e compartilhados.

Na perspectiva da Educação Integral, a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos sujeitos é um objetivo estruturado - e os conteúdos e habilidades necessárias a serem aprendidas e desenvolvidas, dizem do que se objetiva como sociedade global e contemporânea e também como sociedade local. Nesse sentido, é crucial que a equidade esteja no centro das políticas educacionais, assegurando o direito à educação de fato para todos.

Para que a criança e/ou estudante sejam considerados nessa multidimensionalidade apresentada, sugere-se alguns princípios que devem perpassar os planejamentos educacionais, curriculares e docentes de forma que a concepção de educação desenvolvida no programa esteja atentamente atrelada ao contexto contemporâneo e às demandas educacionais. Para isso, deve-se atentar aos conceitos de Equidade, Inclusão, Sustentabilidade e Contemporaneidade, conforme apresenta a figura abaixo:



Fonte: Centro de Referências de Educação Integral: Caderno 2 – Implementação

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelecem como um princípio fundamental o direito à educação integral, que abrange não apenas a dimensão intelectual, mas também a social, emocional, cultural e física do aluno. Isso significa que a educação integral não se restringe à sala de aula, aos conhecimentos clássicos, entre outros, mas permeia todas as atividades e experiências oferecidas pela escola, tanto na jornada regular quanto na ampliada.

3.5 Escola em Tempo Integral

Como apresenta Dietrich (2023) em material oficial do Programa Escola em Tempo Integral, o tempo é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral. A ampliação do tempo (em diálogo com a discussão de espaço - dentro e fora da escola) deve vir, na verdade, como resposta ao que se desenha no Projeto Político-Pedagógico e do currículo. O “uso” e a “organização” do tempo devem estar relacionados ao “uso” do espaço e à construção/implementação de práticas pedagógicas, formas de agrupamentos e gestão das turmas e experiências oferecidas às crianças e aos estudantes. Esse novo tempo também deve ser utilizado para integrar saberes e práticas necessárias à superação de desafios e iniquidades presentes na sociedade brasileira.

Nesta direção, escola em tempo integral é aquela que, conforme a Legislação anteriormente referendada compreende uma jornada de 7 horas diárias ou um quantitativo de 35 horas semanais. É interessante, no entanto, considerar que a concepção de educação integral não necessita, elementarmente, de tempo ampliado, embora, nesse modelo, haja a vantagem do ‘tempo maior’ para desenvolver aprendizagens e ressignificá-las. No mesmo viés, cabe considerar que escola em tempo integral, enquanto modalidade, não garante o desenvolvimento de uma concepção integral por si somente. Há que haver um entrelaçamento de concepção com a modalidade, para que, de fato, as oportunidades de aprendizagens sejam efetivas e melhoradas.

Ainda, cabe enfatizar que há diferentes desenhos e arranjos para a escola em tempo integral, dependendo do programa e do contexto em que são desenvolvidas, sendo o tempo de permanência na escola o primeiro e principal fator a considerar, sobre e a partir do qual todos demais fatores se desenvolverão.

3.6 Currículo

Por muito tempo currículo foi confundido como sendo simplesmente uma lista de conteúdos, disciplinas ou saberes historicamente acumulados que o estudante cursava em sua trajetória escolar. No entanto, currículo vai muito além disso, reunindo diferentes elementos que permeiam o cotidiano escolar. “O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que

nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração (Moreira, 2007).

O currículo é estruturante, uma vez que visa unificar e conectar os conteúdos e atividades oferecidos em diferentes períodos, rituais, tempos e espaços da jornada escolar, criando uma experiência educacional coesa e significativa para todos - independente da modalidade ou do tempo que passam na escola. Isso significa que os temas, habilidades e projetos trabalhados durante o período regular devem estar alinhados independente da jornada e complementados pelo que é oferecido no período ampliado ou de contraturno.

A Educação em Tempo Integral não pode incorrer na cisão entre a escola dos conhecimentos historicamente construídos e a escola das oficinas de artes, capoeira e outras atividades do contraturno. Esse é um modelo que já foi experimentado em outras iniciativas de tempo integral e que não reflete os anseios e compromissos que a Educação Integral promove. Por isso, um currículo integrado agrega saberes que fazem parte do cotidiano e da vida, do território, as múltiplas linguagens, os saberes ancestrais, os compromissos com a biodiversidade e a proteção ambiental, entre outros. Tudo isso vai atribuindo sentido a tudo que já produzimos historicamente enquanto conhecimento.

A integração curricular também contribui para valorizar o período regular da escola, mostrando que ele é tão importante e enriquecedor quanto o período ampliado. Por fim, a integração curricular pode fortalecer o senso de comunidade e pertencimento das crianças e estudantes ao criar uma identidade escolar coesa e compartilhada por todos.

O currículo na Educação Integral transcende a ideia de transmissão de conteúdos, assumindo o compromisso com o desenvolvimento integral do educando em suas diversas dimensões: física, social, emocional, intelectual e cultural, entre outras. Como apresentam Weffort, Andrade e Costa (2019), “quando o que se defende é a concepção de Educação Integral, a escola é concebida como espaço de produção de conhecimento, pesquisa, construção de valores, participação coletiva e desenvolvimento da autonomia de alunos e profissionais.” Ou seja, o currículo é ao mesmo tempo o guia orientador desse processo e produto dele, uma vez que, como afirma Sacristán (2000), sua estruturação e aplicação concretas se dão nas práticas e ações cotidianas.

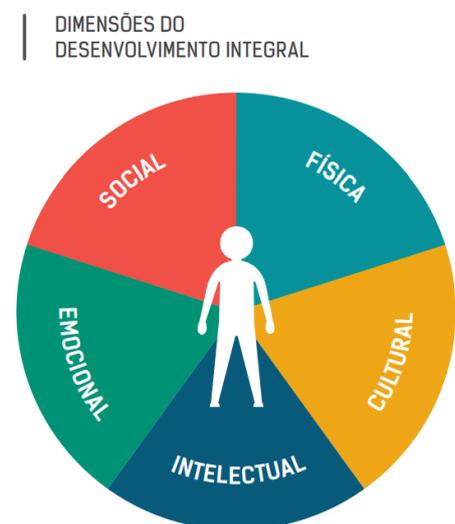
Desta forma, o currículo se assume como instrumento que materializa a educação integral. Por isso, neste programa, defende-se um currículo com:

- Abordagem interdisciplinar: Integra diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interconexão dos saberes e a construção de uma visão crítica e abrangente do mundo;
- Articulação com a realidade local: Leva em consideração o contexto social, cultural e econômico das crianças e dos estudantes, promovendo aprendizagens significativas e relevantes para suas vidas;
- Abordagem sistêmica: Prioriza o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da criatividade e da responsabilidade social;
- Flexibilidade: Atenção sistemática às necessidades e interesses dos alunos, considerando suas diferentes realidades e formas de aprender;
- Cultura participativa: Envolve alunos, professores, gestores, famílias e comunidade em sua construção, garantindo um processo democrático e inclusivo;
- Avaliação formativa: É revisto pela comunidade, que se apropria de sua aplicação cotidiana.

3.7 Multidimensionalidade e Dimensões do Desenvolvimento (Intelectual, cultural, físico, social, emocional)

A educação institucionalizada, enquanto projeto de sociedade, deve garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todas as crianças e estudantes. Para isso as áreas de conhecimento devem ser compreendidas a partir do seu potencial formativo, ou seja, das linguagens, códigos e métodos próprios a cada uma delas.

Para mobilizar o desenvolvimento integral associado às aprendizagens escolares, os conhecimentos das áreas são trabalhados a partir da diversificação das interações com recursos, pessoas, espaços e tempos, de forma contextualizada. A proficiência na educação integral implica, portanto, não apenas na capacidade dos sujeitos de reproduzir modelos prontos e responder a testes de múltipla escolha,



mas de produzir conhecimento de forma crítica, complexa e autônoma.

Estas dimensões da experiência humana são indissociáveis dos contextos em que vivemos: as especificidades dos modos de vida urbano, no campo, na itinerância se apresentam nos estudantes, na comunidade, na vida escolar e, conseqüentemente, na rede de ensino. Da mesma forma, as etapas do desenvolvimento - e as culturas próprias das diversas infâncias, adolescências, juventudes e vidas adultas - são reconhecidas e assumidas como parte integrante dos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem.

A seguir, apresentamos resumidamente o aspecto geral de cada dimensão considerada nessa concepção de educação integral:

- **DIMENSÃO FÍSICA:** Relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora.
- **DIMENSÃO SOCIAL:** Refere-se à compreensão das questões sociais, à participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo.
- **DIMENSÃO EMOCIONAL OU AFETIVA:** Refere-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança e capacidade de autorrealização, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de autorreinvenção e do sentimento de pertencimento.
- **DIMENSÃO INTELECTUAL:** Refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo.
- **DIMENSÃO CULTURAL:** Diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais.

Por fim, mas não menos importante, a multidimensionalidade evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como partes estruturantes do processo educativo. As relações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento passam então a considerar caminhos para erradicar as profundas desigualdades, e superar os prejuízos causados pelo racismo, machismo,

homofobia e todas as formas de discriminação, a fim de se alcançar a sociedade esperada e proclamada na Constituição Federal.

3.8 Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Transversalidade

No campo da educação escolar, há frequentemente o uso corrente, sem rigor conceitual, de termos como disciplina, matéria ou conteúdo. Para normatizar este uso, um parecer do Conselho Nacional de Educação de 2009 (CNE/CP n. 11/2009) unificou estes termos com a expressão componente curricular e reafirmou a total autonomia das escolas para definir a melhor forma de organizar seu currículo.

Do ponto de vista da educação integral, o currículo organizado a partir de cada uma de suas componentes reforça a fragmentação do conhecimento, comprometendo uma compreensão mais integrada dos fenômenos do mundo, da arte e das linguagens. Para superar esta fragmentação, há diversas alternativas, como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, ou mesmo, a transversalidade, que prescinde da lógica disciplinar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais definem a interdisciplinaridade como a abordagem teórico-metodológica em que a ênfase incide sobre o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento. E definem a transversalidade como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas ou eixos temáticos são integrados às componentes curriculares. Ambas as abordagens são complementares.

Buscando esta complementaridade, a escola pode optar por construir o conhecimento organizando sequências didáticas, roteiros de estudos ou pesquisas em cada uma destas áreas, buscando sempre a integração entre os diferentes componentes curriculares e garantindo que os estudantes possam também escolher temas de seu interesse. No entanto, a escola pode também optar por organizar o conhecimento de forma ainda mais integrada, por meio de projetos ou eixos temáticos, que convidam ao trabalho pedagógico coletivo e cooperativo, o planejamento sistemático e o diálogo permanente entre “diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas” (DCN).

É esta forma de organizar o conhecimento que possibilita “o aprendizado da realidade na realidade”. A ideia de “redes de conhecimento”, trazida pelas Diretrizes Curriculares para a caracterização do currículo, alinha-se com a perspectiva mais contemporânea da produção científica, superando o formato arquivista estanque,

compartimentado, cumulativo, hierárquico e compulsório, por um acesso transversal, com múltiplas possibilidades de conexões. A transversalidade possibilita assim o trânsito entre os campos de saber.

Na educação integral, o currículo se constrói pela articulação de projetos, pesquisas e estudos que se desenvolvem e se conectam e também conectam estudantes, professores, comunidades, suas trajetórias, escolhas e experiências, sempre de forma complexa e dinâmica. Desta forma, garante-se que os estudantes sejam os protagonistas de todo o processo, desenvolvendo as competências necessárias para a pesquisa nos diversos campos de saber.

Para isso, a escola precisa se constituir como um ambiente acolhedor das diferenças, estimulador da exploração de múltiplos recursos, favorável ao diálogo e bem integrado com o meio físico e social. Esta forma mais coerente, consistente e integrada de organizar o conhecimento somente se realiza se os professores das diferentes áreas planejarem seu trabalho conjuntamente. Portanto, é fundamental que a secretaria de educação garanta as condições necessárias para isso, sobretudo, no que se refere às jornadas de trabalho e à formação dos docentes.

Cabe lembrar que no Programa Escola em Tempo Integral é oportunizada a possibilidade de parcerias, convênios para integração de novos componentes curriculares ou mesmo projetos transversais no currículo escolar com tempo ampliado, mantendo, portanto, a devida vigilância pedagógica, bem como, o foco na função social da escola.

3.9 Políticas Públicas, Parcerias e Intersetorialidade

Para além do ambiente interno da escola, a educação integral exige um território educativo ampliado. Este se constitui com base no contínuo diálogo com os PPP's das escolas, definindo os agentes envolvidos e o conjunto disponível de espaços, tempos, recursos e práticas pedagógicas.

Especialmente quando se trata de ampliação da jornada escolar, as DCN definem que as atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar

[...] ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico (p. 139).

A constituição do território educativo depende da oferta de oportunidades relevantes do ponto de vista dos valores sociais e do desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem a participação ativa na sociedade contemporânea. A oferta diversificada e qualificada de oportunidades educativas é garantida pela parceria entre as escolas e as organizações que atuam nos diversos campos de saber. É por esta razão que o Plano Nacional de Educação (PNE), tornado lei em 2014, prevê como estratégia para a educação integral a intersetorialidade.

Na educação integral o currículo depende da intersetorialidade, em primeiro lugar, porque ele se realiza em diversos equipamentos do território, possibilitando aos estudantes explorar e pesquisar os diferentes assuntos de seu interesse, desenvolver projetos individuais e coletivos em espaços e com atores especializados nas respectivas temáticas, como centros culturais, bibliotecas, museus, parques, centros esportivos, universidades, teatros, equipamentos de saúde, entre muitos outros. São as parcerias entre as escolas e estes agentes que possibilitam a implementação do currículo, seguindo o planejamento coletivo, sempre de forma coerente com o seu projeto político pedagógico e concernente com a legislação que orienta o programa.

Em segundo lugar, na educação integral o currículo depende da intersetorialidade porque não separa o cuidar do educar, tal como afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais (p. 18). Compreende-se que sem cuidado, atenção, acolhimento, escuta, apoio, não há vínculos e sem vínculos não há aprendizagem. Além disso, a indissociabilidade entre cuidar e educar é o que possibilita focar nas condições para garantir uma vida digna a todos, promovendo a equidade.

A operacionalização disso pode se dar a partir do trabalho dos responsáveis pelas áreas do conhecimento, que mapeiam os recursos e agentes presentes no entorno da escola estabelecem com eles parcerias que possibilitam aos estudantes realizarem parte de sua formação nesses locais.

Assim, por exemplo, cabe à Secretaria de Educação constituir o regime de trabalho dos profissionais envolvidos, garantindo-lhes o tempo necessário para, além do planejamento coletivo, fazerem estes levantamentos e contatos e também estabelecerem os parâmetros e procedimentos para as parcerias que possibilitem as diversas opções. A Secretaria da Educação deve assumir a interlocução com agentes que atuam na cidade ou no estado, já disponibilizando para todas as

escolas de sua rede parcerias estratégicas para a ampliação das oportunidades educativas de todos os estudantes.

Também muito importante é que a Secretaria de Educação estimule os encontros, as trocas e mesmo o planejamento conjunto das diversas escolas que se encontram no mesmo território. Este diálogo favorece a consolidação das parcerias com os agentes locais e as estratégias intersetoriais. Além disso, o planejamento conjunto de escolas que atendem estudantes de diferentes níveis de ensino possibilita o olhar compartilhado sobre as famílias e o processo de desenvolvimento de cada estudante ao longo de sua vida escolar.

3.10 Tempos, Espaços e Práticas Escolares

Na Educação Integral, compreende-se que não há um único e melhor modo de ensinar a todos. Propostas pedagógicas de qualidade são aquelas que efetivamente consideram as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos sujeitos para os quais se destinam. Por isso é fundamental que os professores aprendam a avaliar o conhecimento prévio de seus alunos, para que possam ampliar o repertório de propostas desenvolvidas na sala de aula, na escola como um todo, no território educativo. Nesse sentido, é fundamental que as equipes gestoras (da escola e da rede) estimulem processos formativos que contribuam para o repertório didático-pedagógico de seus professores. (Weffort, Andrade e Costa, 2019).

Com base no exposto, é necessário lembrar que a escola, através do tempo e da história, tem construído aprendizagens por diferentes métodos e estratégias, embasadas em concepções variadas que definiam o ser professor, o estudante, a escola e a forma pela qual a aprendizagem se concretiza. Dito isso, partimos de uma educação mais tradicional, avançando (e às vezes retrocedendo) nas práticas escolares através dos anos.

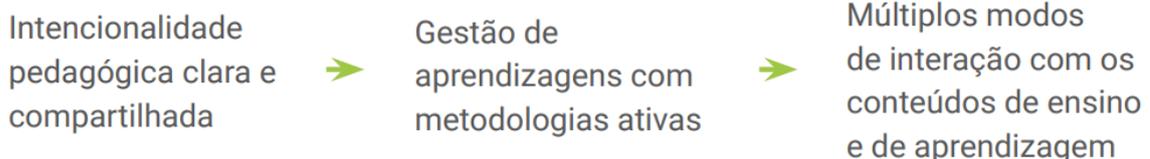
Atualmente, embasados por uma concepção histórico-cultural de aprendizagem, acreditamos numa educação possível à todos, indistintamente, a partir das relações e das trocas. No entanto, na prática cotidiana, é perceptível que nem sempre esta concepção é respaldada. Resistem, portanto, rituais escolares tradicionais, como a forma de organizar as carteiras, o uso ou não do boné, entre outros, que não tem uma contribuição significativa para um estudante que se almeja enquanto protagonista e transformador da realidade em que vive.

No Programa Escola em Tempo Integral, a ideia é que a aprendizagem responda ao “direito à construção coletiva, significativa, pertinente e relevante do conhecimento para os sujeitos da educação e para o mundo contemporâneo”. Como expressa a BNCC, todas as áreas do conhecimento contribuem para o desenvolvimento integral e aprendizagem das crianças e estudantes. Nessa perspectiva, a discussão sobre proficiência vai além da mensuração do desempenho dos estudantes em testes padronizados. Ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de saber ler, escrever, falar, interpretar, discutir, debater, inventariar, realizar operações matemáticas, sistematizar... entende-se que eles precisam ter essas habilidades em função de objetivos maiores para o estabelecimento e construção de relações sociais justas, solidárias e sustentáveis para si próprios e para os outros.

- De forma complementar, Weffort, Andrade e Costa (2018) apresentam que, embora sejam muitos os caminhos das pedagogias, existem alguns pontos razoavelmente consensuais a respeito do aprender e ensinar. Para as autoras, “a concepção de aprendizagem para o desenvolvimento integral deve levar em conta o saber acumulado do campo interdisciplinar de conhecimento sobre as ciências da aprendizagem”. Esse vasto corpo de conhecimento permite afirmar princípios como: Consideração dos conflitos (cognitivos e sociais) como elemento mobilizador da aprendizagem;
- Estabelecimento de relações intencionais e formalizadas (registradas) entre conhecimentos prévios e experiências atuais;
- Criação de desafios ambiciosos e significativos que reflitam como o conhecimento é construído no seu campo social e que criem pertinência, sentido e contexto para o uso da linguagem acadêmica e científica nas situações de estudo;
- Construção de problemas para estudo e investigação em sala de aula, a partir do que se observa no território (contexto, condições, saberes locais se tornam objeto de conhecimentos acadêmicos, ou seja, no estudo, ocorre a elaboração conceitual, formal, intencional e sistemática dos temas, fenômenos e processos vividos no cotidiano);

- Construção de situações de experimentação em que os estudantes sejam convidados a criar, colaborar, elaborar, testar, avaliar, registrar e comunicar suas hipóteses;
- Ênfase no desenvolvimento de um pensamento estratégico, autoconsciente, nas diferentes situações de estudo (autoconhecimento e metacognição);
- Prática de documentação processual e contínua para valorização da reflexão e tomada de consciência sobre o erro, a revisão de hipóteses de ensino-aprendizagem, para tornar mais autônoma (autorregulada) e mais visível a aprendizagem dos estudantes e aos próprios estudantes;
- Atenção à diversidade, aos diferentes tipos de agrupamentos e aos potenciais dos diferentes estudantes e de suas formas de aprender;
- Compreensão de que a motivação dos estudantes também se relaciona ao quanto se sentem pertencentes; ao quanto às propostas de estudo e de trabalho são construídas com base naquilo que os estudantes têm capacidade de fazer e têm a disposição para fazer, pois percebem ou são sensibilizados sobre sua relevância;
- Compreensão de que os arranjos espaciais do ambiente educativo e o tempo das atividades didático-pedagógicas condicionam fortemente a qualidade e os tipos de aprendizagem.

Na Educação Integral, a intencionalidade se expressa a partir de metodologias ativas (que envolvem e apoiam o estudante) e em diálogo com os saberes, espaços e agentes dos territórios (da escola, da comunidade, do município).



Fonte: Centro de Referências de Educação Integral

4 DIAGNÓSTICO DA REDE DE ENSINO E SEU CONTEXTO

O planejamento sempre deve preceder qualquer ação que venha a ser realizada, considerando as etapas do diagnóstico, execução e avaliação. Conforme o Centro de Referências em Educação Integral, o diagnóstico é elemento fundamental para viabilizar a implementação de uma política pública educacional de qualidade. Somente com o mapeamento de informações sobre a realidade do entorno bem como do interior da escola é possível antecipar questões, prever cenários, discutir modelos junto aos envolvidos e escolher qual melhor caminho para a consecução de uma política.

Ao compreender profundamente o contexto em que as escolas estão inseridas, é possível identificar desafios e potencialidades que influenciam diretamente o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

A etapa do diagnóstico é essencial para a oferta de um programa de Educação Integral em Tempo Integral em função do seu compromisso com o desenvolvimento integral de todas e todos. Desta forma, elaboraram-se diferentes diagnósticos que vêm de encontro com o conhecimento global do contexto para a posterior definição do arranjo local a ser adotado, em consonância com os marcos legais que orientam o estudo do contexto local, bem como, as diretrizes do Programa que orientam para a

XIX - a priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.

A seguir, apresentam-se os diagnósticos divididos em três macroáreas, a saber: Indicadores do Contexto Social e Familiar dos Estudantes de toda Rede de Ensino, Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social e os Indicadores Educacionais.

4.1 Indicadores do Contexto Social e Familiar dos Estudantes

Na busca por indicadores sobre o contexto social das crianças e estudantes considerou-se somente as famílias em que há crianças matriculadas na educação infantil e no ensino fundamental da rede municipal de ensino.

Assim, os indicadores foram construídos a partir de uma pesquisa realizada por meio do Google Forms, enviado via whatsapp para as famílias, às quais orientou-se que respondessem o mesmo somente uma vez para cada criança matriculada na rede de ensino. Foram organizados em dois blocos, sendo Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Estes indicadores, se analisados de forma isolada podem acarretar numa interpretação parcial do significado dos mesmos e da representação que podem assumir no planejamento educacional da rede de ensino. Porém, se interpretados na correlação com outros indicadores, podem resultar em análises que permitam compreender as necessidades do território, bem como, os interesses e demandas que advém do entorno da escola. Por isso, os dados serão apresentados para que inúmeras leituras e interpretações possam se realizadas através do tempo, visando as diferentes demandas que possam surgir no desenvolvimento do programa. É importante ainda ressaltar que os dados devem ser atualizados periodicamente devido a grande movimentação humana e a fluidez da realidade contemporânea que implicam nas características da comunidade escolar, que é o objeto de estudo desta pesquisa.

A seguir a apresentação dos gráficos com base na pesquisa realizada pelo Google Forms, com famílias que tem crianças matriculadas na Educação Infantil, em quem, de um número aproximado de 250 famílias houve 147 respostas, correspondendo a um índice de 58,8% de respondentes. Desta forma, seguem os dados coletados.

INDICADORES DO CONTEXTO SOCIAL E FAMILIAR DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MODELO/SC

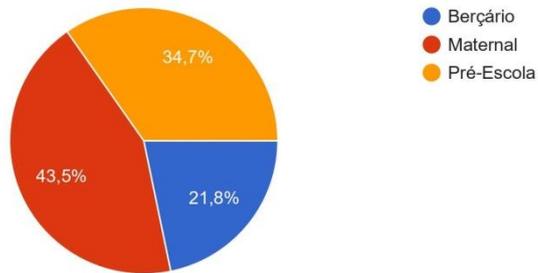
147 respostas

[Publicar análise](#)

1. Qual faixa etária (grupo) da Educação infantil seu filho frequenta:

[Copiar](#)

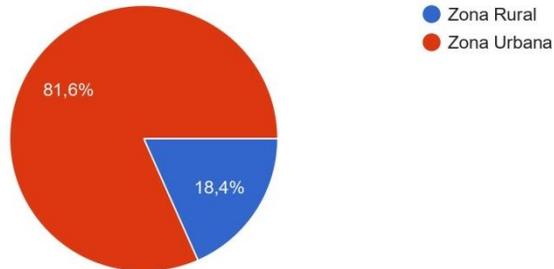
147 respostas



2. Onde a família reside?

[Copiar](#)

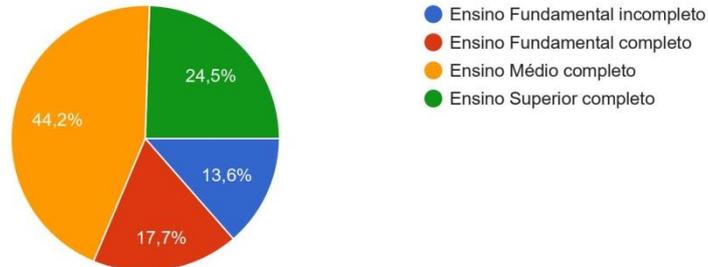
147 respostas



3. Qual escolaridade do Pai ou responsável? (em caso de dúvida, assinalar o último nível concluído)

 Copiar

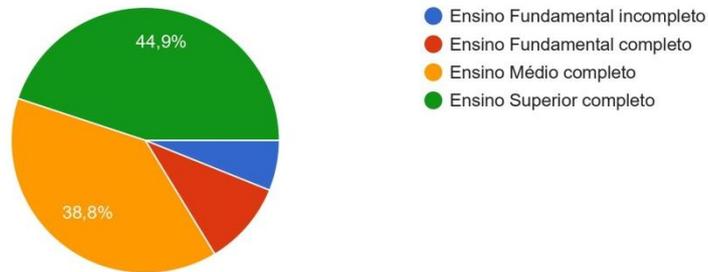
147 respostas



4. Qual escolaridade da mãe ou responsável? (em caso de dúvida, assinalar o último nível concluído)

 Copiar

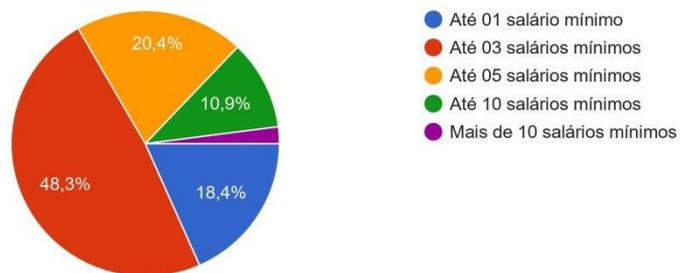
147 respostas



5. Qual a média da renda familiar?

 Copiar

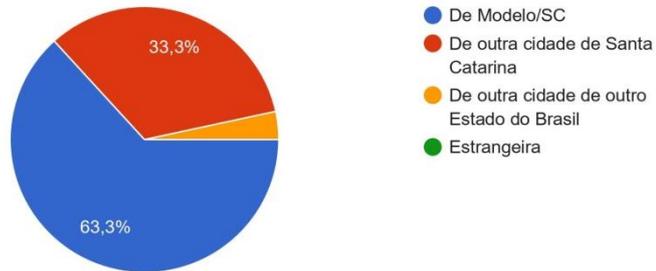
147 respostas



6. Qual a naturalidade da Criança?

 Copiar

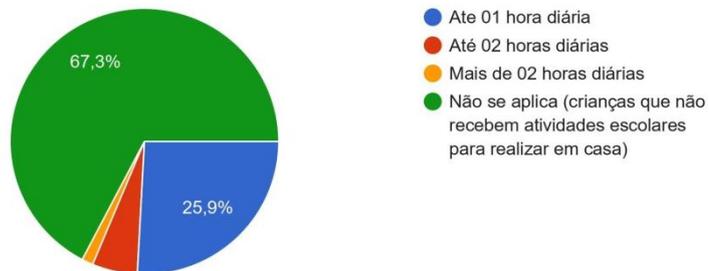
147 respostas



7. Quanto tempo por dia a criança utiliza para atividades escolares em casa?

 Copiar

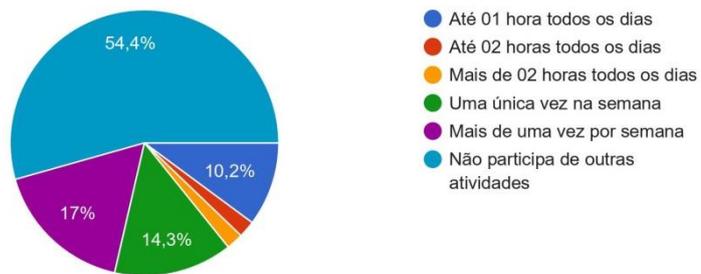
147 respostas

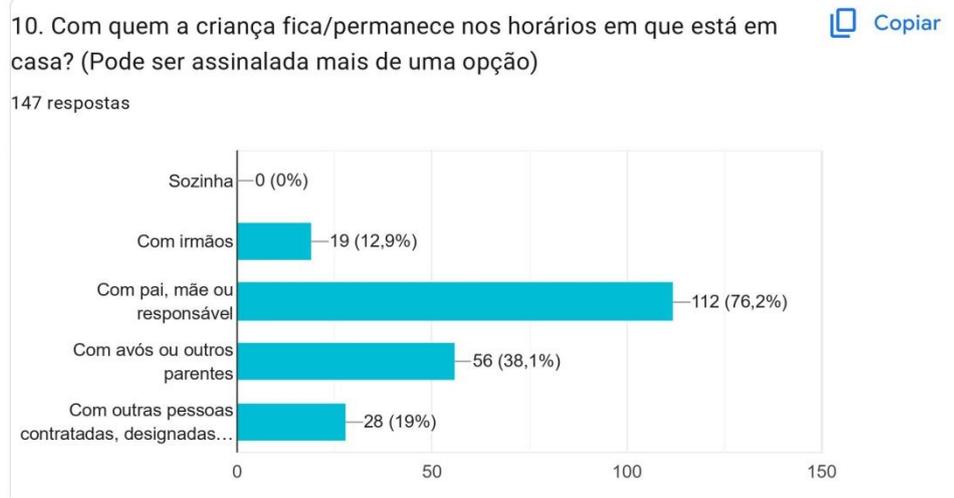
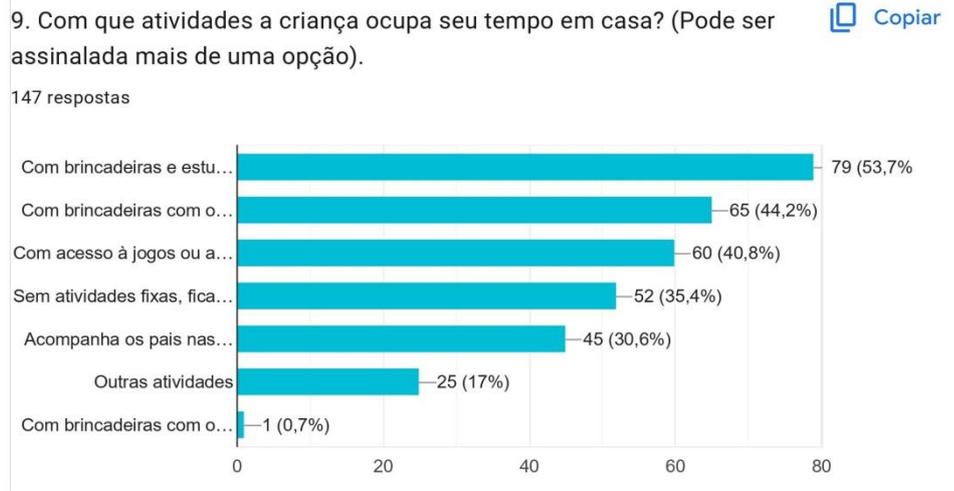


8. Quanto tempo por dia a criança participa de outras atividades esportivas, sociais, culturais além da escola, em outros locais ou setores?

 Copiar

147 respostas





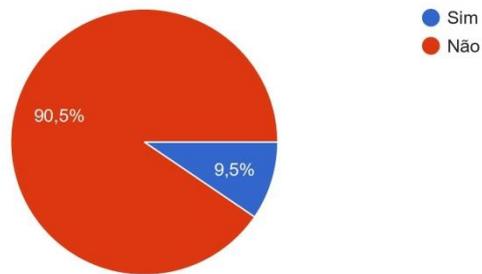
Da questão 09 (nove) acima, as alternativas, na íntegra, são as seguintes:

- Com brincadeiras e estudos (sozinha) dentro de casa ou ao ar livre;
- Com brincadeiras com outras crianças (que não sejam pela internet) dentro de casa ou ao ar livre;
- Com acesso à jogos ou atividades com equipamentos eletrônicos/internet tais como televisão, celular, computador, tablet;
- Sem atividades fixas, fica livre para fazer o que desejar;
- Acompanha os pais nas suas atividades diárias;
- Outras atividades.

11. A família recebe algum benefício social por parte do Governo, que seja destinado à famílias carentes ou de baixa renda?

 Copiar

147 respostas



12. A família tem conectividade com a internet em casa?

 Copiar

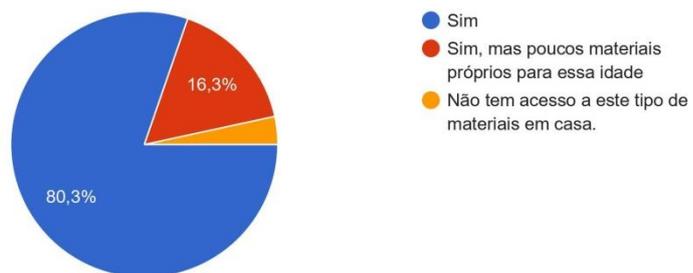
147 respostas



13. A criança tem acesso, **EM CASA**, a jogos, brinquedos, livros de histórias infantis, entre outros materiais próprios para a infância de 0 a 3 anos de idade?

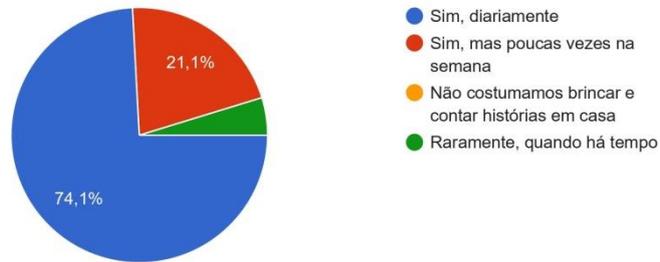
 Copiar

147 respostas



14. A família costuma brincar, contar histórias e passar tempo livre com a criança em casa? [Copiar](#)

147 respostas



Na sequência, a apresentação dos gráficos com base na pesquisa realizada pelo Google Forms, com famílias que tem crianças matriculadas no Ensino Fundamental, em quem, de um número aproximado de 240 famílias houve 138 respostas, correspondendo a um índice de 57,5% de respondentes. Desta forma, seguem os dados coletados.

INDICADORES DO CONTEXTO SOCIAL E FAMILIAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MODELO/SC

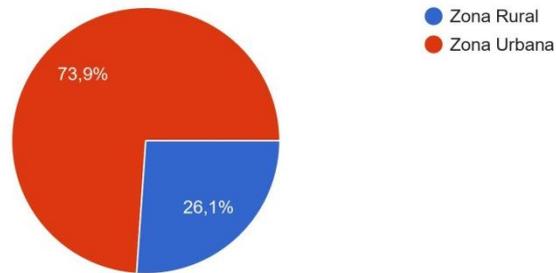
138 respostas

[Publicar análise](#)

1. Onde a família reside?

[Copiar](#)

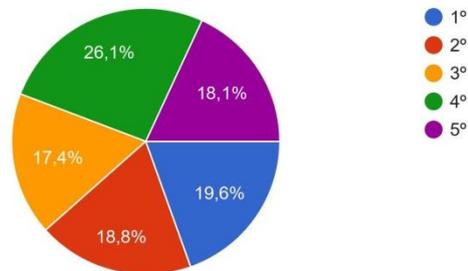
138 respostas



2. Em que ano/série seu filho estuda?

[Copiar](#)

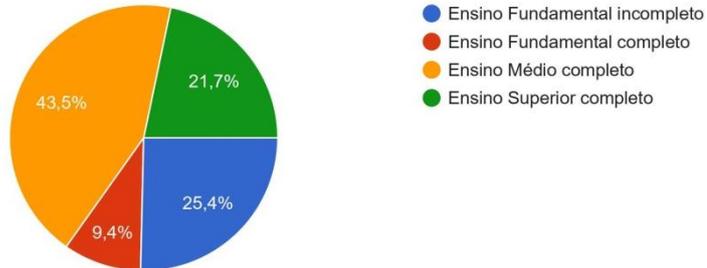
138 respostas



3. Qual escolaridade do Pai ou responsável? (em caso de dúvida, assinalar o último nível concluído)

 Copiar

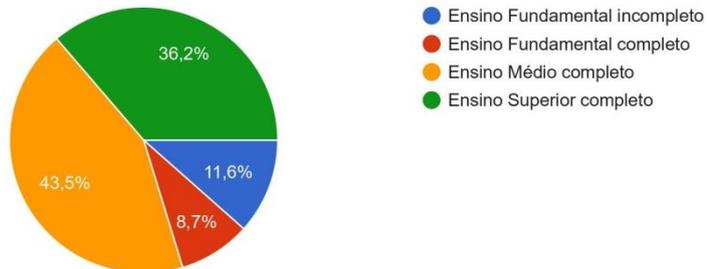
138 respostas



4. Qual escolaridade da mãe ou responsável? (em caso de dúvida, assinalar o último nível concluído)

 Copiar

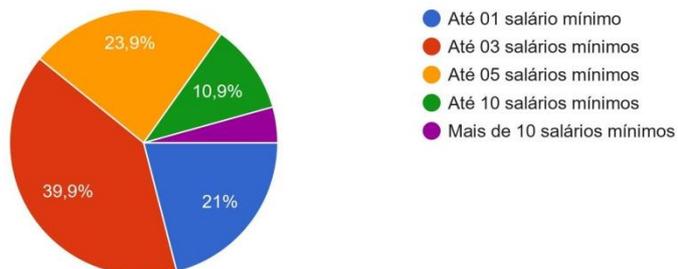
138 respostas



5. Qual a média da renda familiar?

 Copiar

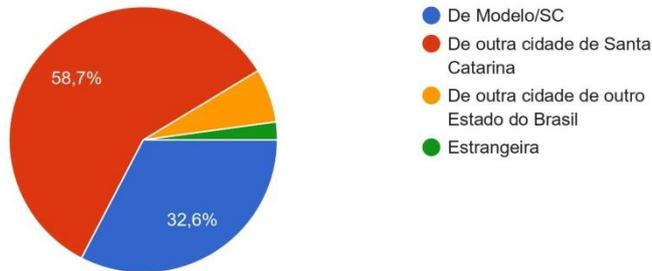
138 respostas



6. Qual a naturalidade do Estudante?

 Copiar

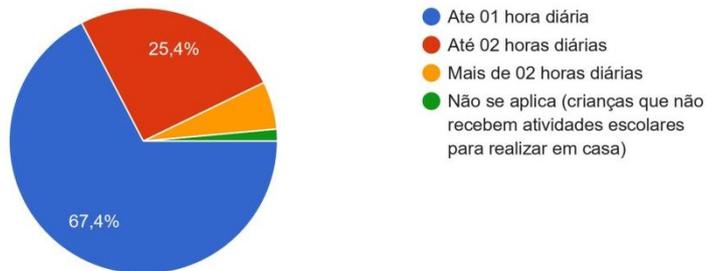
138 respostas



7. Quanto tempo por dia o estudante utiliza para atividades escolares em casa?

 Copiar

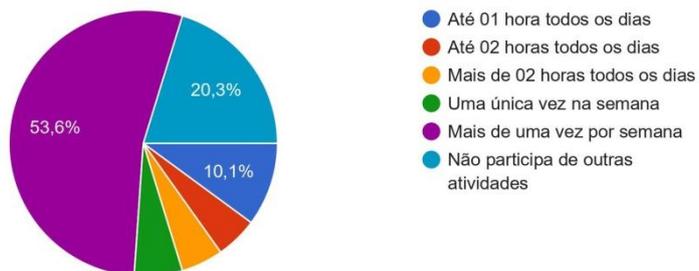
138 respostas



8. Quanto a participação do Estudante em outras atividades esportivas, sociais, culturais além da escola, em outros locais ou setores.

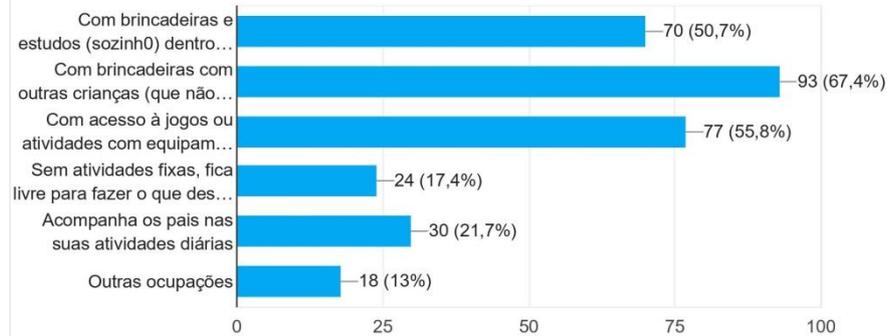
 Copiar

138 respostas



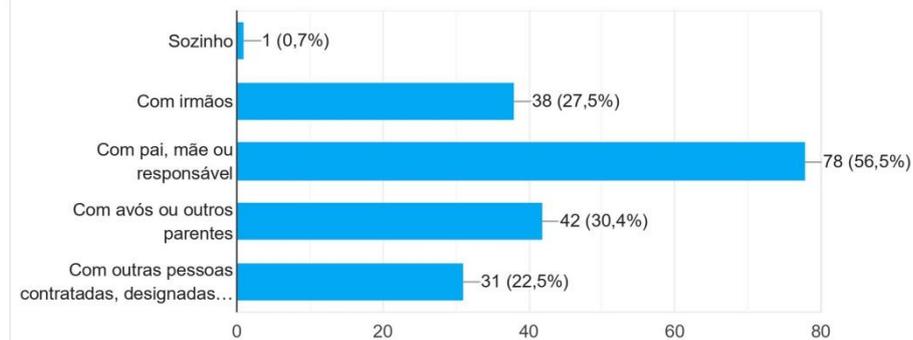
9. Com que atividades o estudante ocupa seu tempo em casa? (Pode ser assinalada mais de uma opção). [Copiar](#)

138 respostas



10. Com quem o estudante fica/permanece nos horários em que está em casa? (Pode ser assinalada mais de uma opção) [Copiar](#)

138 respostas



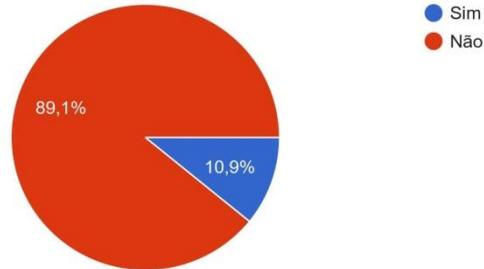
Da questão 09 (nove) acima, as alternativas, na íntegra, são as seguintes:

- Com brincadeiras e estudos (sozinha) dentro de casa ou ao ar livre;
- Com brincadeiras com outras crianças (que não sejam pela internet) dentro de casa ou ao ar livre;
- Com acesso à jogos ou atividades com equipamentos eletrônicos/internet tais como televisão, celular, computador, tablet;
- Sem atividades fixas, fica livre para fazer o que desejar;
- Acompanha os pais nas suas atividades diárias;
- Outras atividades.

11. A família recebe algum benefício social por parte do Governo, que seja destinado à famílias carentes ou de baixa renda?

 Copiar

138 respostas



12. A família tem conectividade com a internet em casa?

 Copiar

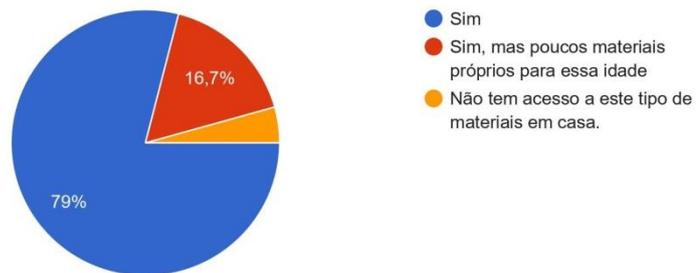
138 respostas

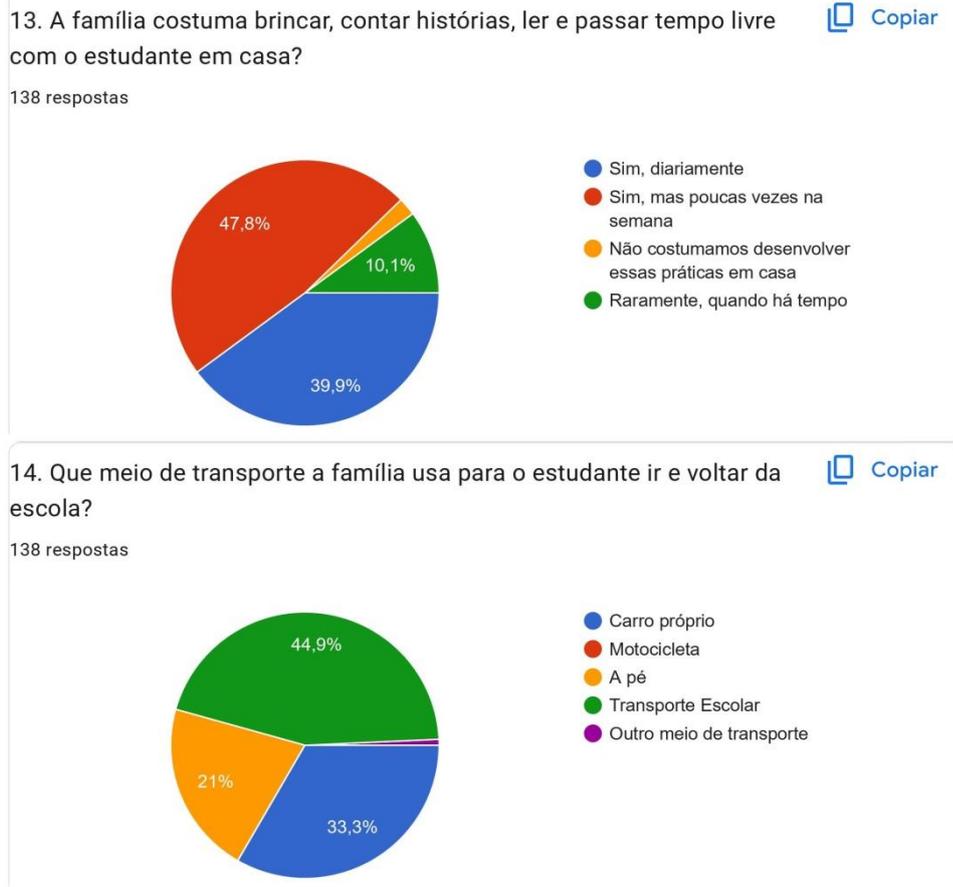


13. O Estudante tem acesso, **EM CASA**, a jogos, brinquedos, livros de histórias infanto-juvenis, entre outros materiais próprios para a infância de 6 a 10 anos de idade?

 Copiar

138 respostas





Diante dos dados apresentados, é importante ressaltar que as respostas se referem a uma representação conforme o percentual de respondentes, e se dão com base nas percepções pessoais e nas interpretações particulares destes, com base nos questionamentos feitos, não correspondendo, necessariamente, a uma representação totalmente fiel ou oficial da realidade encontrada, ou mesmo, podendo divergir de dados extraídos de fontes oficiais.

4.2 Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social

O Departamento de Assistência Social é responsável pela coordenação, implementação e gestão da Política de Assistência Social no município, como política pública, a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Principais ações desenvolvidas pelo Departamento de Assistência Social:

- Planejamento e monitoramento do trabalho do CRAS;
- Elaboração de projetos e gestão dos recursos destinados à assistência social;

- Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Organização de Conferências, Seminários, Capacitações e Campanhas Socioeducativas;
- Elaboração dos Planos Municipais: Da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, das Medidas Socioeducativas, de Habitação e Interesse Social, etc;
- Serviço de Proteção em Calamidade Pública e Emergências;
- Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;
- Gestão do Programa Bolsa-Família;
- Organização de Campanhas Socioeducativas;
- Assessoria a Diferentes Conselhos Municipais: CMDCA, CMAS, FHIS, CMI, CM, DpCD;
- Apoio a Programas de Acesso à Moradia;
- Atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA);
- Coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de atendimento aos Grupos de Idosos já organizados.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada para os serviços de proteção social básica de famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Os serviços incluem ações preventivas, de convivência, socialização, inserção, acolhida, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, capacitação, inserção produtiva, apoio e acompanhamento familiar.

Os principais serviços ofertados no CRAS são:

- Concessão dos Benefícios Eventuais: Cesta de Alimentos, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes- Cultivar;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos – Viver Melhor;
- Programa de Atenção Integral à Família-PAIF;
- Serviço De Proteção Social Básica No Domicílio Para Pessoas Com Deficiência e Idosas;
- Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Mulheres.

Os indicadores do Desenvolvimento Humano e Social são compostos entre as áreas da Saúde e da Assistência Social e suas devidas secretarias ou órgãos correlatos. Cabe ressaltar, que nestes indicadores consideram-se as famílias de todo território municipal. Neste sentido, dos dados amplos procurar-se-á demonstrar de forma a localizar tais dados dentro da realidade escolar, seja na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para descrição dos aspectos sociais do Município de Modelo/SC, foram atualizados os dados do Censo Demográfico de agosto de 2010, bem como os dados da SAGI MDS de julho de 2024. Conforme a estimativa do IBGE no município, no ano de 2024, a população total é de 4.228 habitantes. E ainda, os dados demonstram uma cobertura completa de atendimento a criança e adolescente, no que se refere aos índices educacionais, relativos ao ano de 2024.

Para identificar os usuários da Política de Assistência Social, buscamos informações na SAGI sobre os dados do Cadastro Único usado para Programas Sociais, uma vez que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem é, onde mora, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

Conforme dados do MDS em maio de 2024 o município contava com as quantidades de Famílias Cadastradas e recebendo o PBF - Programa Bolsa Família, conforme a seguinte tabela:

FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD ÚNICO	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA	FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ACIMA DE ½ SAL. MIN.
342	72	185

Fonte: MDS – CAD ÚNICO maio de 2024.

Vale ressaltar, que é através do CAD Único que as famílias são selecionadas para o PBF, o qual é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de julho de 2024, 100 famílias, representando uma cobertura de

91,9 da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 659,62 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou o valor aproximado R\$ 65.962,00,00 no mês.

Ao ser inserido no Programa Bolsa Família, a família assume os compromissos de manter as crianças e jovens frequentando a escola. No que se referem às condicionalidades da Saúde, as crianças devem ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional e as gestantes devem fazer o pré-natal. Tal condicionalidade tem por objetivo a manutenção e controle de doenças endêmicas, índice de natalidade, mortalidade, e nutricional, bem como a manutenção, e incentivo à permanência das crianças e adolescentes na escola.

Desta forma, no município de Modelo/SC, 100,00 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Programa Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. O município alcançou a meta de incluir todas as crianças e adolescentes na Escola. Contudo é fundamental manter a vigilância sócio assistencial para que se mantenham esses indicadores. Em relação à condicionalidade da educação, o acompanhamento da frequência escolar, com base no mês de maio de 2024, atingiu o percentual de 83,61%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 51 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 61. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 100%, resultando em 105 jovens acompanhados.

Na área da Saúde, o acompanhamento é de 83,9 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde continuem trabalhando articuladas para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde. Na vigência de maio de 2024, o acompanhamento atingiu o percentual de 96,61%, que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Não obstante, ressalta-se a inconsistência apresentada pelo sistema de saúde no que se refere às condicionalidades do Programa Bolsa Família, uma vez que as informações disponíveis sobre as famílias não são as mesmas da Assistência Social, se apresentando muitas vezes desatualizadas.

Diante das informações acima prestadas, apresentamos em números o resultado de acompanhamento dos beneficiários pelas políticas de educação e de saúde, referente ao mês de maio/2024:

RESULTADOS EM ACOMPANHAMENTO	QUANTIDADE
Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	61
Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	05
Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida (6 a 15 anos - 85%)	51
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	06
Total de beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	00
Total de famílias acompanhadas pela saúde	132

Fonte: CADÚNICO

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, poderá abrir espaço para incluir no PBF as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

Outro ponto a se considerar diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual está previsto na Constituição Federal de 1988, e regulamentado através da Lei Orgânica de Assistência Social em seu Art. 20, que garante um salário mínimo mensal à Pessoa com Deficiência, desde que comprovada sua incapacidade para a vida independente e para o trabalho, e à Pessoa Idosa com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. Para que este público alvo tenha direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar, seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Por se tratar de um Benefício assistencial, não é necessário que haja a contribuição previdenciária para ter direito. No entanto, todos os beneficiários do BPC deverão, obrigatoriamente, estar inseridos no CadÚnico.

No que se refere à quantidade de beneficiários de BPC, considerando o mês de maio de 2024, por tipo de beneficiário, temos a seguinte realidade.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA IDOSO
ATIVOS - MAIO DE 2024**

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS	RECURSOS PAGO NO MÊS MAIO/2024	TOTAL PAGO NO ANO EM 2023
06	8.472,00	145.873,61

Fonte: Departamento de Assistência Social

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA ATIVOS - MAIO DE 2024**

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS	RECURSOS PAGO NO MÊS DE MAIO/2024	TOTAL PAGO NO ANODE 2020
31	43.776,09	458.580,97

Fonte: Departamento de Assistência Social

Quanto à concessão dos benefícios eventuais no âmbito da assistência social, o quadro abaixo demonstra o número de benefícios concedidos em média por ano no município:

DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO EVENTUAL	FORMA DE CONCESSÃO	MÉDIA/ANO
Auxílio Funeral	(x) Pecúnia () Bens materiais	05
Auxílio natalidade	() Pecúnia (x) Bens materiais	05
Calamidade Pública	Não possui	
Vulnerabilidade temporária	Cestas de Alimentos	204

Fonte: Departamento de Assistência Social

Outro dado importante a ser destacado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2000).

Os diferentes dados apresentados no diagnóstico sócio econômico demonstram a presença de algumas vulnerabilidades sociais em nosso município, as quais deverão ser superadas através das intervenções das diversas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, entre outras e também através do desenvolvimento econômico, assim acontecerá de fato mudanças na qualidade de vida das famílias.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades são compromissos que as famílias assumem nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. O cumprimento das condicionalidades é condição para que as famílias continuem a receber o benefício financeiro.

O objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social e, dessa forma, promover a melhoria da situação de vida dessas pessoas.

CONDICIONALIDADES DO PBF	
Saúde	Acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento para as mães que amamentam.
Educação	Frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos.
Assistência Social	Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil.

Fonte: Departamento de Assistência Social

O acompanhamento das condicionalidades tem os seguintes objetivos: monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família;

- responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços sociais básicos e pela busca ativa das famílias em situação de maior vulnerabilidade;
- identificar as famílias em situação de não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas e programas públicos para melhor acompanhar as famílias que estejam nessa situação; e
- incentivar as famílias a participarem, de forma mais efetiva, no processo educacional e nas ações de prevenção e promoção da saúde, de modo que as futuras gerações possam ter melhores oportunidades devido ao seu maior grau de conhecimento e desenvolvimento de capacidades.

O Programa Bolsa Família contribui no combate à pobreza. Além de garantir renda básica, o Bolsa Família busca integrar políticas públicas, e fortalecer a

proteção destas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social.

O núcleo básico do Bolsa Família é composto por 4 benefícios:

1. Primeira Infância: para famílias com crianças de 0 (zero) a 6(seis) anos. O benefício será de R\$ 150 por criança nessa faixa etária. Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa.
2. Benefício Variável Familiar: pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos, e /ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos, no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda aos critérios.
3. Benefício Complementar: pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$ 600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600.

Para receber os benefícios, a principal regra é a "renda mensal por pessoa", que significa quanto a família ganha por mês, dividido pelo número de pessoas da família.

Se a renda mensal por pessoa for de até R\$ 218 (situação de pobreza), a entrada no Programa Bolsa Família pode acontecer. Se a estiver em uma das situações acima, pode receber o Bolsa Família mesmo se trabalhar com carteira assinada, for Microempreendedor Individual (MEI) ou se tiver alguma outra renda.

É preciso se inscrever no Cadastro Único (CadÚnico) e aguardar a análise de um sistema informatizado, que avalia todas as regras do Programa. A entrada no Bolsa Família não é automática, pois o Governo Federal analisa o limite orçamentário do programa.

Na educação infantil a faixa etária até 03 anos de idade não tem matrícula obrigatória, e no ensino fundamental é preciso considerar que todas as crianças de 06 a 10 anos estudam na rede municipal.

Apresentaremos, a seguir, os dados coletados.

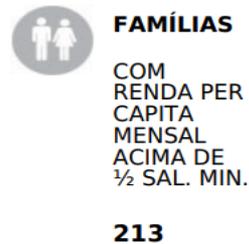
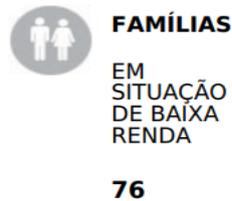
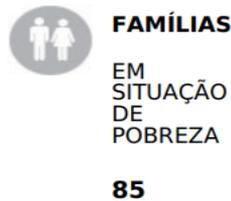
INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

As variáveis relacionadas ao Censo 2022 serão atualizadas à medida que disponibilizadas pelo IBGE.

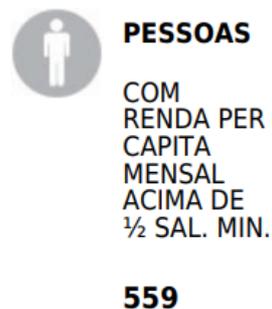
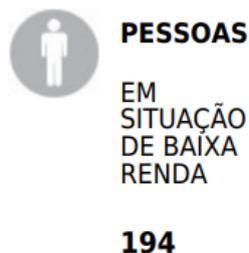
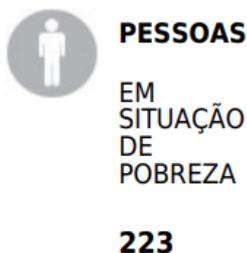
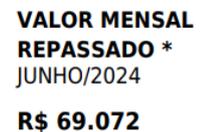
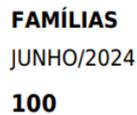


Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010 e 2022

CADASTRO ÚNICO



BOLSA FAMÍLIA



SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	57	118	175
Pessoas acompanhadas	18	114	132
Taxa de acompanhamento	31,58%	96,61%	75,43%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	18	-	
Taxa de cumprimento	100,00%	-	

No quadro a seguir demonstramos a quantidade, bem como, as séries e faixas etárias em que estudam os estudantes/crianças cujas famílias, atualmente, são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

ESCOLA	ESTUDANTES QUE A FAMÍLIA RECEBE BOLSA FAMÍLIA	FAIXA ETÁRIA/SÉRIE EM QUE ESTUDAM
ER MUN PROF GRISELDI MARIA MULLER	29	1º ano – 06 estudantes 2º ano – 09 estudantes 3º ano – 05 estudantes 4º ano – 07 estudantes 5º ano – 02 estudantes
JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE	18	Pré-Escola
CEI PEQUENO LAR	1	Creche

No quesito violências (agressões físicas) sofridas por crianças em idade escolar, o que por sua vez também pode significar um indicador de vulnerabilidades, o Conselho Tutelar tem apurado, nos primeiros oito meses de 2024, os dados do quadro a seguir:

ESCOLA EM QUE ESTUDA	NÚMERO DE DENÚNCIAS	IDADE DAS CRIANÇAS
ER MUN PROF GRISELDI MARIA MULLER	03	10 ANOS
JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE	00	
CEI PEQUENO LAR	00	

4.3 Indicadores Educacionais

Estudar os indicadores educacionais e os perfis socioeconômicos dos alunos permite identificar grupos vulnerabilizados que necessitam de maior atenção e apoio.

O diagnóstico da rede de ensino precisa conter informações sociais relevantes capazes de apoiar a tomada de decisões para o planejamento e implementação de políticas públicas locais, como a de educação em tempo integral. Dessa forma, um diagnóstico detalhado da rede e das escolas é um passo fundamental para garantir que a expansão de matrículas em tempo integral seja realizada de forma equitativa e eficaz, proporcionando oportunidades de aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

A seguir, apresentamos alguns dados relativos aos indicadores educacionais do município:

O quadro a seguir representa os quantitativos relativos à matrículas, bem como, especificidades como estrangeiros e pessoas com deficiências no quadro discente de cada escola.

ESCOLAS	TOTAL DE CRIANÇAS/ ESTUDANTES MATRICULADOS	CRIANÇAS/ ESTUDANTES ESTRANGEIROS MATRICULADOS	CRIANÇAS/ ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS
ER MUN PROF GRISELDI MARIA MULLER	244	0	33
JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE	102	0	3
CEI PEQUENO LAR	161	0	1

Na Educação Infantil, ao término da PRÉ-ESCOLA, mesmo não havendo intenção de promoção para o ensino fundamental, é importante que seja realizada uma avaliação quanto ao desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem propostos para toda esta etapa da educação básica. Com base nesta avaliação, que se refere à síntese sugerida pela BNCC, o NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

DO JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE em 2023, apresenta-se conforme quadro a seguir:

CAMPO DE EXPERIÊNCIA	APRENDIZAGEM A SER DESENVOLVIDA	SIM	NÃO	EM DESENVOLVIMENTO
O eu, o outro e o nós	Respeitar e expressar sentimentos e emoções.	88		6
	Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.	25	1	68
	Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.	59	1	34
Corpo, gestos e movimentos	Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.	44	1	49
	Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.	68	1	25
	Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.	40	1	53
	Coordenar suas habilidades manuais.	70	1	23
Traços, sons, cores e formas	Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva.	41	1	52
	Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais.	72	1	22
	Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal.	91	1	2

Escuta, fala, pensamento e imaginação	Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios.	86	1	7
	Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida.	62	1	31
	Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas.	39	1	54
	Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.			94
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles.	57	1	36
	Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles.	33	1	60
	Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências.	25	1	68
	Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano.		1	93
	Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens,	44	1	49

	desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).			
--	--	--	--	--

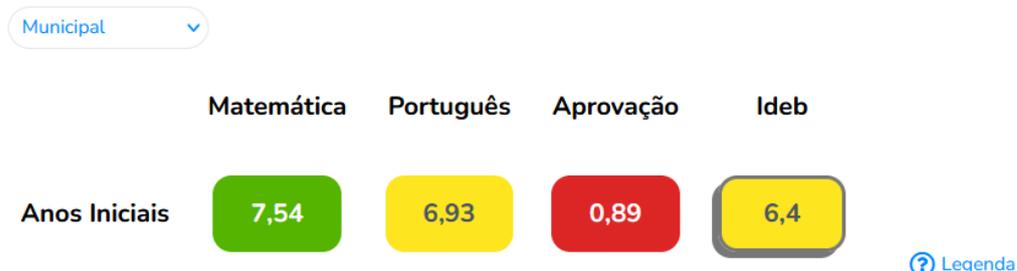
Fonte: Conselho de Classe (2023).

Com base no demonstrado, podemos perceber uma grande quantidade de crianças com status “em desenvolvimento”. Desta forma, cabe à escola propor momentos de reflexão e estudos de forma que a educação infantil, ao seu término, consiga aumentar o nível de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sendo que, todas as crianças deveriam concluir com sucesso esta etapa da educação básica.

Por meio do site Qedu – Use dados, transforme a Educação¹, extraímos alguns dados que permitem visualizar indicadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de Ensino, conforme demonstrado na sequência:

Composição do IDEB

O Ideb é calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.

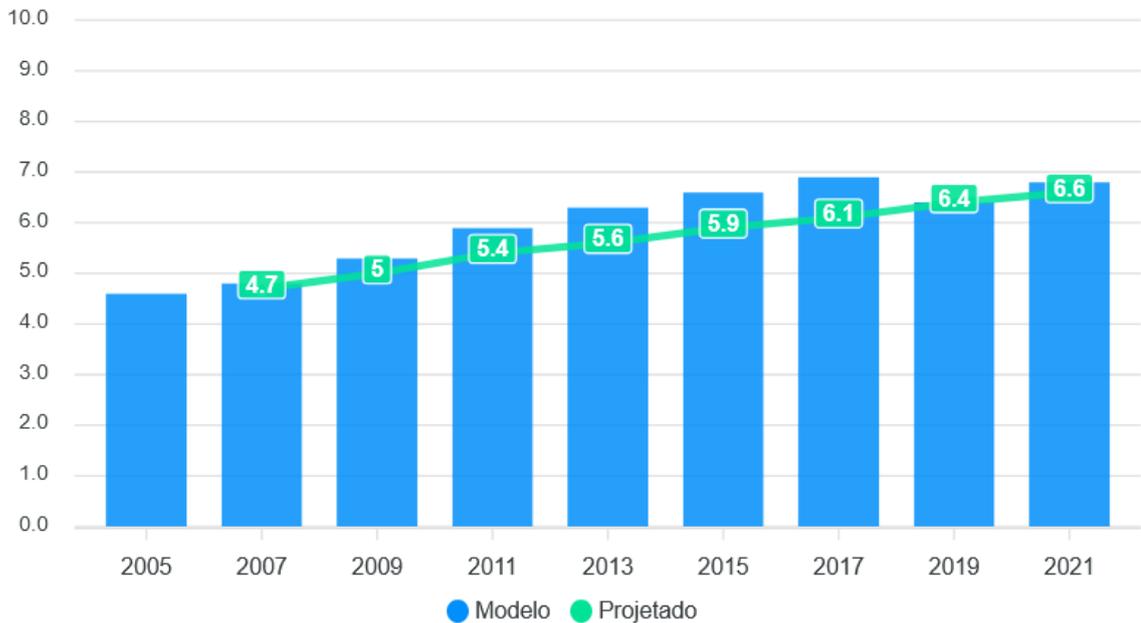


Fonte: Saeb/Ideb, INEP - 2019

Na próxima imagem conseguimos perceber a evolução do IDEB da Rede Municipal de Ensino, no decorrer dos anos, já acrescentando dados de 2021 (enquanto acima temos apenas dados até 2019), que permitem visualizar um ligeiro crescimento do IDEB entre 2019 e 2021, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

¹ Disponível em <https://qedu.org.br/>. Acesso em 30 de julho 2024.

Evolução do IDEB



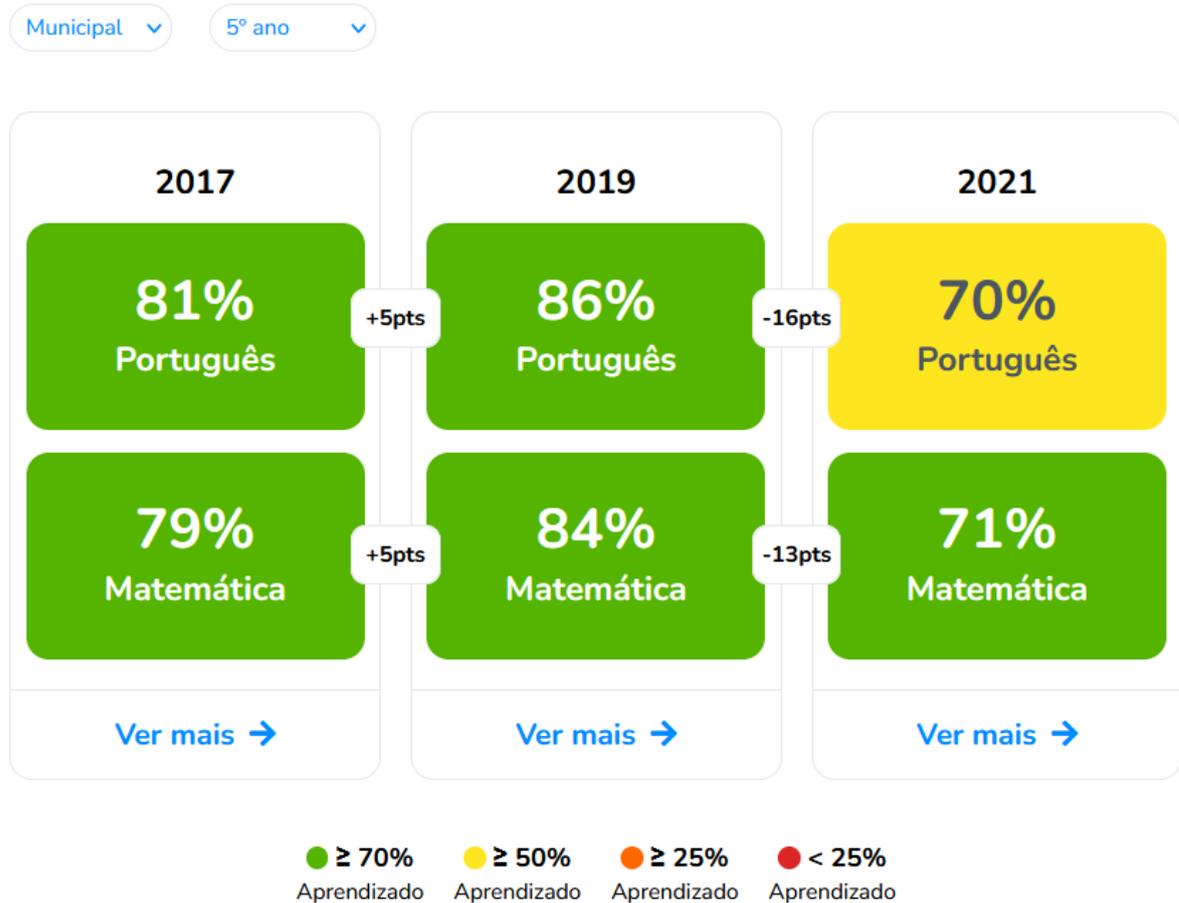
Fonte: IDEB 2021, INEP.

Além do IDEB, podemos demonstrar as taxas de aprendizado adequado, conforme demonstrado na próxima imagem.

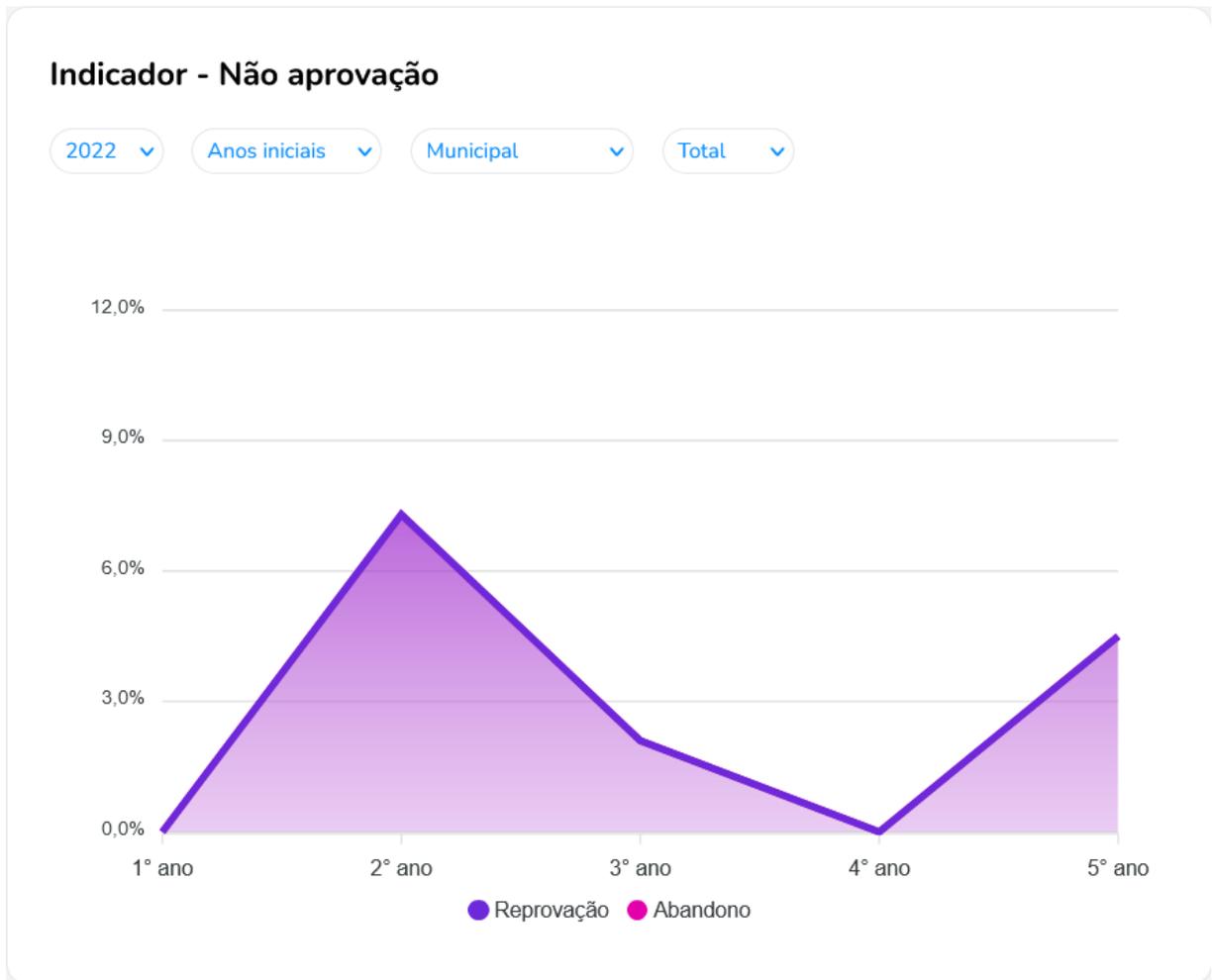
Sabe-se que não é somente aprovação ou reprovação que é capaz de demonstrar o aprendizado adequado em determinada série/ano do percurso formativo. Nem tampouco os dados numéricos conseguem expressar com clareza e por si, somente, as relações que se situam nessa esfera. Considerar o aprendizado adequado é uma ponderação difícil, pois em cada ser humano as aprendizagens se assentam e significam de forma muito particular. No entanto, a partir das verificações realizadas em larga escala, tem-se os dados da imagem a seguir acerca do considerado adequado para os estudantes do 5º ano do EF.

Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com aprendizado adequado.



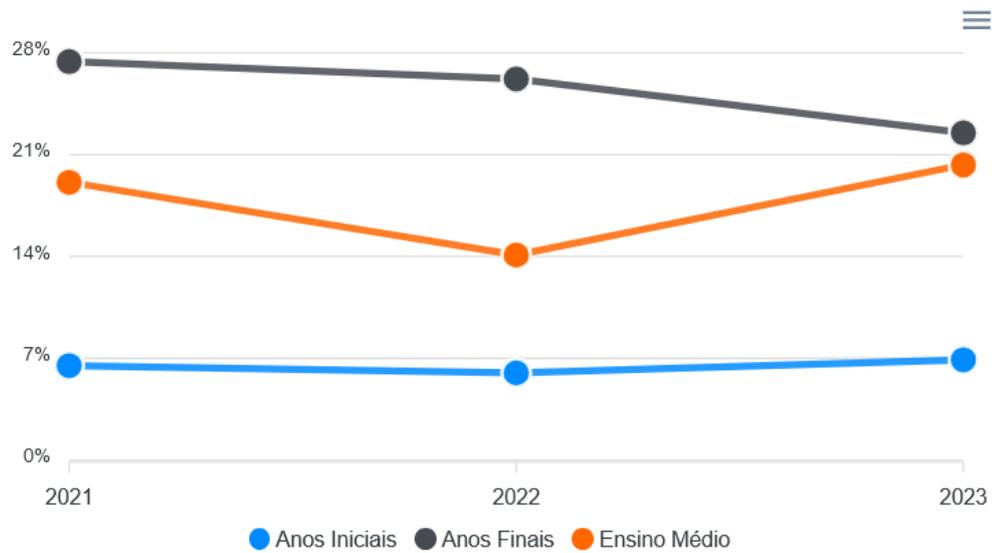
Quanto às taxas de Reprovação, percebemos nos indicadores abaixo que existe um percentual em 2022, demonstrando que as turmas de 2º e 5º anos são as etapas em que mais ocorrem reprovações.



A reprovação, por sua vez, é um dos motivos causadores da chamada distorção idade-série, que significa, o não posicionamento ideal do estudante no percurso formativo, considerando sua idade. Neste sentido, é importante considerar que segundo as DCN's para a Educação Básica, propõe-se idades próprias para o percurso formativo, iniciado aos 06 anos de idade, no EF. A imagem a seguir demonstra que há uma distorção nos anos iniciais, que tem um percentual em torno de 7%, o que significa em torno de 17 estudantes nessa situação.

Distorção idade-série

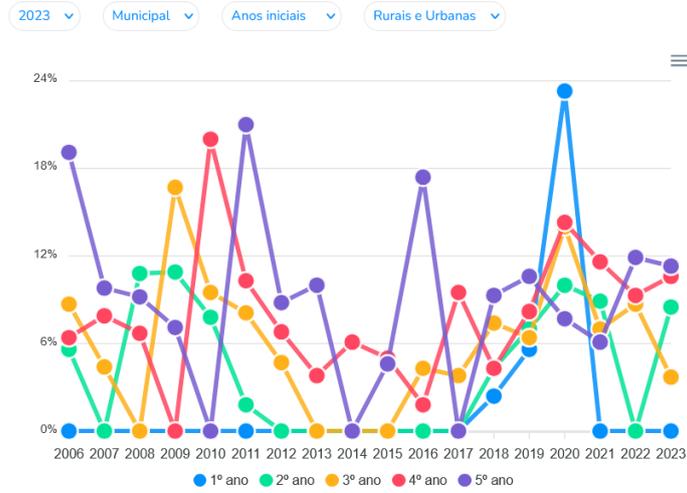
Rede pública.



Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2023

Localizando estes estudantes nas cinco séries/anos dos anos iniciais do EF percebemos que essa distorção está assim distribuída:

Evolução da distorção idade-série - Modelo



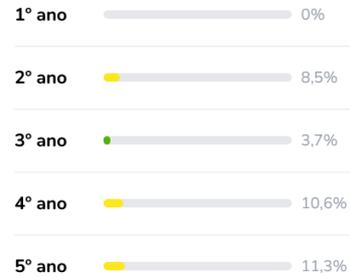
Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2023

Modelo

2023 • Anos Iniciais • Municipal • Rurais e Urbanas

6,9%

A cada 100 crianças, aproximadamente 7 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais



● ≤ 5% ● ≤ 15% ● ≤ 30% ● > 30%

Fonte: Indicador de Distorção idade-série - INEP, 2023

Infraestrutura

[VER TUDO >](#)

Percentual de escolas do município com essas características.



A equipe QEdu entende que é essencial a garantia de boas condições de funcionamento para todos e cada um dos alunos. Por isso, para os itens de acessibilidade, saneamento básico e condições elementares de infraestrutura se marcou em vermelho todos os itens abaixo de 70%. Dado o contexto atual de importância do ensino híbrido, também foi considerado o item banda larga nessa priorização.

Por último, apresentamos dados sobre a Infraestrutura das Escolas do Município, lembrando que, esse dado inclui escolas municipais e estaduais. Mesmo assim, é importante considerar o quantitativo de espaços que são fundamentais para uma educação em tempo integral, tais como laboratórios, bibliotecas, entre outros. Diante do exposto na imagem a seguir, sugere-se reflexões acerca da necessidade de ampliação de espaços e estruturas necessárias para um processo ensino aprendizagem de qualidade.

Os dados apresentados, portanto, são dinâmicos, alterando-se a cada ano letivo e suscitam diferentes reflexões. É importante que sirvam para orientar o município na identificação de vulnerabilidades de qualquer natureza as quais a educação em tempo integral, por meio de ações e parcerias intersetoriais pode contribuir na minimização.

5 PACTO SOCIAL

Conceber a construção de uma política de educação que tenha como princípio o envolvimento e a participação de todos os agentes e membros da comunidade que atuarão nesse processo já é bastante inovador. Para isso, o diagnóstico da comunidade escolar e a compreensão sobre o seu território, apoiam os gestores nas escolhas para o processo de implementação da educação integral comprometida com a equidade.

A ampliação da jornada, quando identificada como demanda no diagnóstico, e pautada na meta do Plano Municipal de Educação, deve ser pensada em escala, com base nas possibilidades e provisão orçamentária do município. Outra característica da pactuação é que essa ocorra não só através de informações repassadas pelo órgão gestor central da Secretaria de Educação, mas que envolva a formação e diálogo com os atores que estarão diretamente ligados a esse processo.

O processo de pactuação seguiu alguns momentos essenciais (não necessariamente nessa ordem):

1. Pactuação de Matrículas com o MEC;
2. Implantação do Programa Escola de Tempo Integral no município;
3. Início das aulas para as primeiras turmas pactuadas com o Programa Escola em Tempo Integral, na Educação Infantil;
4. Indicação do responsável para comunicação com as escolas e parceiros;
5. Início do desenvolvimento de estratégias de comunicação com as escolas e parceiros;
6. Desenho Inicial da Política de Educação Integral realizado, convocação dos diferentes segmentos para pactuação do mesmo;
7. Realização de Formação Básica para os diferentes segmentos envolvidos com a produção da Política;
8. Constituição do COMEITI – Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Em seu atual Plano Municipal de Educação 2015-2025, o município traçou uma meta para a Educação em Tempo Integral, considerando as redes estadual e municipal de ensino. Abaixo, apresentamos a meta estipulada:

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Em relação ao pactuado com o MEC para o Programa Escola em Tempo Integral, segue conforme exposto:

Matrículas Pactuadas com o MEC						
ANO	PACTUADO			ATENDIDO		
	CRECHE	PRÉ	EF	CRECHE	PRÉ	EF
2023	00	00	00	117	00	00
2024	00	00	20	150	00	20
2025 (Perspectiva)	00	00	40	170	00	40
2026 (Perspectiva)	00	00	60	180	00	60

Obs.: As crianças que frequentam em tempo integral na Creche não pertencem ao Programa Escola em Tempo Integral instituído pelo Governo federal, ou seja, já frequentavam em tempo integral antes deste programa.

Este pacto social reforça o compromisso do município com a ampliação e a melhoria da educação integral em tempo integral, garantindo um ambiente educacional inclusivo e equitativo para todas as crianças. A colaboração entre o município, MEC e a comunidade escolar é essencial para o sucesso desta política, que por ora, delinea e planeja a Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental da rede municipal de ensino.

A ampliação das matrículas deve orientar-se pelo Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade, que dispõe de Orientações e recomendações para Secretarias de Educação na alocação e distribuição de matrículas de tempo integral. Da mesma forma, está disponível no site do MEC um Guia Passo a Passo da Fase de Declaração de Matrículas, que constitui ação importante no cronograma do programa.

É importante destacar que a PORTARIA Nº 748, DE 29 DE JULHO DE 2024, estabelece estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, tendo em vista as modalidades de oferta da Educação Básica previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o fortalecimento das políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais. Desta forma, em seu Art. 1º,

Art. 1º Ficam estabelecidas as estratégias, os eixos estruturantes e as ações complementares no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, de que trata a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, em observância às

características, às necessidades e às singularidades das populações das modalidades educacionais previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a saber:

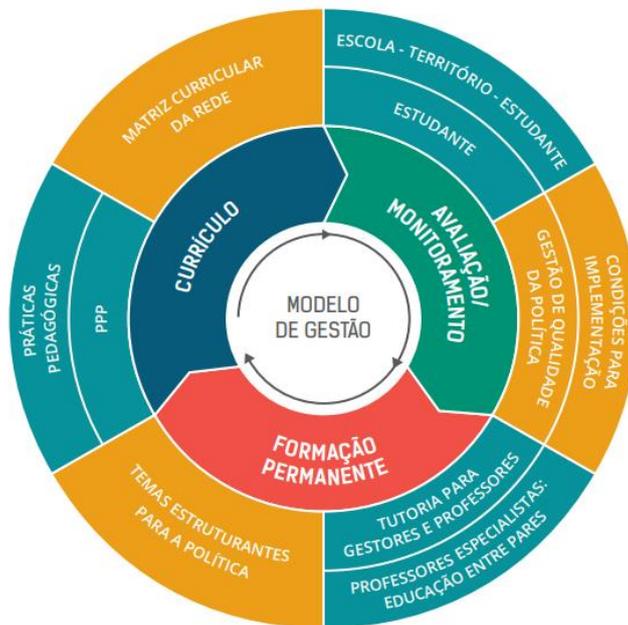
- I - Educação Especial Inclusiva;
- II - Educação Bilíngue de Surdos;
- III - Educação do Campo;
- IV - Educação Escolar Indígena;
- V - Educação Escolar Quilombola; e
- VI - Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º A garantia da oferta da jornada de tempo integral nas modalidades de que trata o caput configura-se elemento estruturante para o enfrentamento e a superação das desigualdades educacionais e para a melhoria contínua da qualidade social da educação.

O exposto ressalta que além de desenvolver a educação em tempo integral em diferentes etapas da educação básica, torna-se compromisso estender ações da educação integral em tempo integral para as diversas modalidades previstas na legislação.

6 DIRETRIZES GERENCIAIS

É de conhecimento que o Programa Escola em Tempo Integral, em sua execução cotidiana, não cabe somente à Secretaria de Educação, bem como, sua gestão não se restringe apenas a uma pessoa, devendo o diálogo ser uma premissa. Conforme o modelo de gestão proposto há um envolvimento entre currículo, formação docente e avaliação/monitoramento, que envolvem desde a Secretaria, seus parceiros, escolas e territórios.



Neste sentido, dentre as diferentes esferas, é importante que haja um Coordenador em nível de Secretaria de Educação que possa realizar as articulações necessárias, juntamente com o COMEITI, ou mesmo delegá-las, por meio do diálogo e da gestão democrática, garantindo responsáveis para cada uma

das dimensões que deverão ser estruturadas com base no desenho pactuado com a rede. A mesma perspectiva deve ser discutida com as escolas e parceiros, garantindo que cada agente saiba de fato qual é seu papel na implementação da Política.

RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL EM NÍVEL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- Secretária(o) de Educação

GESTÃO NAS ESCOLAS

- Gestores Escolares
- Professora Articuladora na Escola

ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS AGENTES ENVOLVIDOS

EQUIPE GESTORA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Consolidar um referencial sobre educação integral para todos os envolvidos com a Política;
- Garantir condições para a implementação da Política, manejando orçamento, normatizações, processos burocráticos, formação e orientação dos agentes educativos e promovendo a articulação com os parceiros da proposta.

DIREÇÃO ESCOLAR

- Incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e informações entre toda a comunidade escolar;
- Promover o debate sobre o PPP alinhado à Política de Educação Integral nas reuniões escolares, com a comunidade e com os estudantes;
- Responsabilizar-se pela execução financeira dos recursos em consonância com o planejamento proposto pela comunidade escolar e com as diretrizes da Secretaria;
- Gerenciar e participar dos processos de avaliação institucional da escola e monitorar a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
- Gerenciar e apoiar a atuação dos parceiros da comunidade na escola.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

- Coordenar os processos formativos da rede de educadores;
- Acompanhar/ tutorar os professores para alinhamento das práticas pedagógicas ao PPP da escola e à Matriz Curricular da rede;
- Gerenciar espaços de formação e planejamento coletivos para fomentar a interdisciplinaridade e transversalidade das áreas do conhecimento e saberes;
- Mediar os programas/projetos propostos pelas diferentes esferas governamentais e pela equipe escolar;
- Mediar a integração do currículo, do PPP e Plano Anual da escola com os parceiros do território, incluindo famílias dos estudantes.

Observação: Vale ressaltar que, dada a importância do coordenador pedagógico, a Política de Educação Integral retoma a necessidade de que este tenha suas atribuições garantidas e não assuma rotineiramente outras funções.

PROFESSOR(A)

- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo o PPP da escola e em acordo com a Matriz Curricular da rede;
- Zelar pela aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, acompanhando e participando dos processos de avaliação presentes na Política;
- Promover aproximações conceituais e procedimentais entre os saberes compartilhados pelos educadores da cidade e o currículo;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

AGENTES ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, buscando as aproximações conceituais e procedimentais entre suas atividades e o currículo da escola;
- Zelar pela aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, inclusive participando dos mecanismos e processos de avaliação previstos na Política;
- Participar dos períodos dedicados ao planejamento e aos processos formativos da escola;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias dos estudantes e demais agentes da comunidade escolar e do território.

FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA

- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, buscando as aproximações conceituais e procedimentais entre a administração e o pedagógico;
- Participar dos períodos dedicados aos processos formativos;

- Colaborar com as atividades de articulação da escola com a comunidade;
- Apoiar, em suas diferentes funções, o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando seus desejos, interesses e necessidades.

CONSELHO ESCOLAR E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

- Participação e colaboração na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas monitorando e fortalecendo a qualidade da Política incluindo seus princípios e concepção.

Observação: A Professora Articuladora na Escola, contratada para a coordenação do programa a nível escolar, deverá contribuir na execução e cumprimento das atribuições que cabem à gestão escolar, coordenação pedagógica e professores, articulando ações necessárias para o bom desenvolvimento desta política.

6.1 Programa Escola em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental

6.1.1 Contextualização das Etapas

EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando a identidade da etapa da Educação Infantil (Creche de 0 a 3 anos e Pré-Escola de 4 a 5 anos) e as formas pelas quais bebês e crianças aprendem e constroem significações sobre si, os outros e o mundo social e natural, ou seja, convivendo, interagindo, brincando, participando, explorando, vivenciando, expressando, comunicando e conhecendo-se, a matriz curricular da Educação Infantil orientada pela educação integral deve garantir condições para desenvolver as Dez Competências Gerais da BNCC e os Seis Direitos de Aprendizagem, com atividades estruturadas sobre os eixos norteadores da EI, a saber: interações e brincadeira. Assim, por meio dos campos de experiência e dos demais componentes elencados na Matriz Curricular da EI, espera-se que a criança aprenda e desenvolva-se plenamente, por meio das diversas oportunidades de aprendizagens a ela oportunizadas.

ENSINO FUNDAMENTAL

Na etapa do Ensino Fundamental compreendem-se os anos iniciais (1º ao 5º ano – idades de 6 a 10 anos) e os anos finais (6º ao 9º ano – idades de 11 a 14

anos). A BNCC passa a se organizar em: áreas do conhecimento, componentes curriculares, unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades e anos de escolarização ou, em alguns casos, ciclos de dois a quatro anos.

O artigo 23 da LDB,

[...] a Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

6.1.2 Organização da Rede Municipal de Ensino e a Oferta da Escola em Tempo Integral

Conforme citado na introdução do documento, existem diferentes modelos em que a Escola em Tempo Integral pode ser oferecida, conforme imagem que traremos novamente, a seguir:

MODELO	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	
	AMPLIAÇÃO DE TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	PARCERIAS (CONVÊNIOS)
1	Não	Não
2	Sim	Não
3	Sim	Sim

Fonte: Centro de Referências de Educação Integral

Isto posto, é importante lembrar que quanto a ampliação do tempo de permanência dos estudantes, o mesmo é ampliado em qualquer faixa etária ou ano do percurso formativo, respeitando o quantitativo mínimo de 35 horas semanais. Quanto a parcerias, as mesmas ainda estão em fase de consolidação no sentido de participação ativa em atividades de componentes curriculares ou então por meio de ações intersetoriais, interdisciplinares e transversais.

A Rede Municipal de Ensino do município de Modelo/SC atualmente possui escolas em Tempo Integral conforme quadro demonstrativo a seguir, no qual, além das escolas podemos identificar as turmas, quantidade de alunos matriculados no

programa, horários e dias da semana em que frequentam, bem como, os espaços utilizados além das dependências escolares.

A seguir, um quadro demonstrativo da logística adotada para o atendimento das crianças e estudantes, matriculadas no programa:

ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	TURMAS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	QUANTIDADE DE MATRICULADOS EM CADA TURMA NO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	HORÁRIOS DE ATENDIMENTO	DIAS DA SEMANA QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO INTEGRAL	UTILIZAM ESPAÇOS DO TERRITÓRIO (ALÉM DA ESCOLA)
Cantinho Alegre	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
CEI Pequeno Lar	Berçário I Berçário II Maternal I Maternal II	10 alunos 47 alunos 42 alunos 51 alunos Obs: Crianças atendidas em tempo integral anteriormente ao Programa Escola em Tempo Integral.	7:15 às 12:00 horas 13:00 às 17:45 horas	Atendimento de 2 ^a a 6 ^a feira. Possuem aulas com o professor titular, auxiliar de sala e também com professor de educação física e professor de Contação de história.	As crianças não frequentam ou fazem uso de espaços fora do ambiente escolar, exceto em programações especiais do calendário escolar.
Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Müller	5 ^o ano	20	7:30 às 17:15	Segunda-feira a sexta-feira, no período matutino, e segunda-feira a quinta-feira, no período vespertino.	- Espaço Cultivar - Ginásio de Esportes

Observação: As crianças e estudantes da Escola em Tempo Integral realizam o almoço na instituição.

6.1.3 Matriz Curricular

Faz-se necessário intenso diálogo com os diferentes atores da rede para concretizar um currículo orientado pela concepção de educação integral que de fato tenha pertinência local e responda às características e necessidades da população.

O currículo para a Educação Integral deve ser construído de forma coletiva e participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo:

- Professores como responsáveis pela seleção e organização dos conteúdos, competências e habilidades, metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem;
- Gestores que devem garantir a infraestrutura e os recursos necessários para a implementação do currículo;
- Crianças e Estudantes que são convidados a participar ativamente do processo, expressando suas necessidades e interesses;
- Famílias, que contribuem com suas experiências e saberes, fortalecendo a relação entre escola e comunidade.

O currículo para a Educação Integral deve ser flexível e aberto, permitindo adaptações às necessidades específicas de cada escola e comunidade. Nessa perspectiva, deve-se estabelecer uma relação entre a Matriz Curricular da Rede e da Escola com atenção à:

- complementaridade: a matriz curricular da rede define os conteúdos e objetivos de aprendizagem que devem ser contemplados no currículo de cada escola. As escolas, por sua vez, têm autonomia para elaborar suas propostas pedagógicas, complementando a matriz curricular da rede com conteúdos e atividades e estabelecendo estratégias que atendam às necessidades específicas de seus alunos e de seu contexto;
- autonomia e articulação: essa relação entre a matriz curricular da rede e da escola garante autonomia às escolas na construção de suas propostas, ao mesmo tempo que assegura a coerência e a articulação entre os diferentes níveis de organização do sistema educacional;
- colaboração: A articulação entre a matriz curricular da rede e da escola exige colaboração permanente entre os diferentes profissionais da educação, desde os professores e gestores escolares até os técnicos das redes de ensino. Essa articulação garante a construção de um currículo para a Educação Integral que seja coerente, relevante e de fato mais eficaz, uma vez que a pactuação é um processo formativo e que parte da autoria dos sujeitos da comunidade escolar.

O processo de elaboração do currículo em uma rede de ensino precisa ser construído reconhecendo alguns passos lógicos ou fases:

- Diagnóstico: análise da realidade sociocultural do contexto escolar e das necessidades dos alunos;
- Definição de objetivos: definição dos objetivos de aprendizagem e das competências que os alunos devem desenvolver;
- Seleção de conteúdos: seleção de conteúdos relevantes e significativos para a formação integral dos alunos;
- Organização Curricular: organização dos conteúdos em eixos temáticos, áreas de conhecimento e projetos de aprendizagem;
- Avaliação: avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem e do impacto do currículo na formação dos alunos.

MATRIZ CURRICULAR, COMPONENTES CURRICULARES E QUADROS ORGANIZADORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Matriz Curricular da Educação Infantil na Escola em Tempo Integral se constitui da seguinte forma:

ENSINO REGULAR		
BASE NACIONAL COMUM	PRÉ I	PRÉ II
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	17	17
EDUCAÇÃO FÍSICA	03	03
PARTE DIVERSIFICADA		
LÍNGUA ESTRANGEIRA	01	01
INFORMÁTICA	01	01
ARTE	02	02
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	01	01
Total	25 Aulas	
JORNADA AMPLIADA		
DANÇA E FUTEBOL	04	04
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA – INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, MUSICALIZAÇÃO, HORTA E JARDINAGEM.	05	05
SALA INTERAÇÃO LÚDICA	02	02
JOGOS PEDAGÓGICOS	02	02
RELAXAMENTO	03	03
JIU JITSU	02	02
MEIO AMBIENTE	02	02
Total	20 Aulas	
TOTAL GERAL	45 AULAS	

6.1.3.1 Descrição dos Componentes Curriculares da Jornada Ampliada

COMPONENTE CURRICULAR: Dança e Futebol

A dança está ligada à história da humanidade através dos tempos. Desde a antiguidade tem tomado várias formas e significados diversos. Atualmente a cultura tende a considerar a dança como fator importante na formação da personalidade humana, não apenas porque desenvolve possibilidades de criação, apreciação e expressão, mas por contribuir na ampliação de muitas outras habilidades humanas favorecendo então o desenvolvimento das diferentes dimensões e sentidos.

Os seres humanos sempre sentiram a necessidade de se comunicar e de se compreender, nesse sentido a música e a dança foram importantes parceiras da linguagem, utilizadas em diferentes culturas como formas de expressão e até mesmo comunicação. A dança faz parte do ritmo da vida das pessoas de todo o mundo e de todas as culturas, desde o começo da vida na terra, ampliando-se através do tempo. Trazendo estas reflexões, podemos oferecer no espaço escolar momentos de vivência da musicalização e do movimento dançante, já referenciados e discutidos enquanto elementos fundamentais para o desenvolvimento físico, psíquico, socioemocional, cultural e intelectual das crianças.

Na LDB 9394/96, em seu Art. 26, § 2º afirma que “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.” Neste sentido, depreende-se deste parágrafo a compreensão de que quando o mesmo se refere às expressões regionais, estamos falando de manifestações que podem ser expressas por meio das linguagens, ou seja, ao trabalhar a dança como uma das linguagens da arte podemos reconhecer, valorizar e exprimir as características, conhecimentos e valores regionais e locais.

A arte tem importante função na caracterização e socialização de um povo, bem como, na possibilidade de levá-la por meio de suas linguagens e expressões para a escola como uma ferramenta de libertação do ser humano, quando, através de sua livre manifestação, se percebe integrante do contexto onde vive e promotor de mudanças na cultura local e global.

Trabalhar a dança, nesta direção, além do desenvolvimento da sensibilidade musical contribui também em socialização, coordenação motora, a aprender a ter disciplina, acuidade auditiva e trabalho em grupo, entre outras características necessárias para viver em sociedade e que podem e devem ser desenvolvidas

paralelamente com os conhecimentos científicos que o estudante aprende em seu percurso formativo escolar.

Neste mesmo sentido, conforme Agência Senado (2016):

[...] a Lei 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. [...] Esse é um projeto que só traz vantagens, ao incluir o ensino da arte nos currículos das escolas. Sem isso, não vamos conseguir criar uma consciência, nem ensinar os nossos jovens a deslumbrar-se com as belezas do mundo, o que é tão importante como fazê-los entender, pela ciência, a realidade do mundo.

A dança têm por objetivo a expressão de emoções, conhecimento do corpo, entretenimento, comunicação e educação, oferecendo possibilidades de experiências, vivências, descobertas do corpo e da mente, bem como de seus movimentos, construindo assim uma consciência corporal de se relacionar com o espaço.

Da mesma forma, o esporte contribui com o desenvolvimento humano desde a mais tenra idade. Ao longo da história também é possível observar uma evolução dos esportes desenvolvidos pelas mais diferentes sociedades e culturas.

Hoje vivemos um grande aumento de modalidades esportivas, servido este também como uma ferramenta de inclusão social e cidadania. Em muitos casos, o esporte é a motivação para a superação de dificuldades e a mudança de vida de muitas pessoas. É importante considerar também o esporte como uma possibilidade de profissão, que assim como um estilo de vida, pode ser incentivado desde cedo na escola.

Uma de suas principais contribuições é a adoção de um estilo de vida saudável que perpassa as diferentes dimensões do ser humano e da construção de conhecimentos. O futebol é uma atividade física que pode contribuir para o desenvolvimento infantil de várias formas, como por exemplo no aspecto Motor quando ajuda a desenvolver a coordenação motora, a agilidade, o equilíbrio, a noção de espaço, o ritmo e a flexibilidade; no aspecto Físico ao contribuir para o aumento da resistência cardiovascular e respiratória, bem como a resistência dos ossos, músculos e articulações; na dimensão Social enquanto um esporte coletivo que ajuda a criar relacionamentos e laços sociais com colegas de equipe e adversários; no âmbito Mental o futebol ajuda a desenvolver o raciocínio, pois os jogadores precisam tomar decisões rápidas em alguns momentos, por exemplo; na

dimensão Emocional permite aprender a lidar com emoções como alegria, tristeza, frustração e raiva, entre outras.

Além de ser um esporte que vai além de mera diversão, perpassando pela saúde humana, o futebol contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como a Autoconfiança ensinando a confiar nas próprias habilidades, Empatia desenvolvendo a compreensão com as pessoas, aprendendo a se colocar no lugar dos outros, **convivência** social, entendimento de regras, trabalho em equipe, tomada de decisões, disciplina, vencer e perder, entre outros.

Neste sentido é importante que o educador proponha uma metodologia de trabalho que tenha a ludicidade, criação, criatividade e a mediação como norte principal. O educando precisa querer participar. É muito importante que o professor escolha um repertório que o motive a desejar interagir, repetir, manifestar, expressar, brincar, jogar para que assim a criança construa um conhecimento ativo e que seja transformador nas relações que constrói na própria vida.

A rede municipal de ensino de Modelo/SC, em sua proposta de Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil, propõe o componente curricular de Dança e Futebol, que tem o objetivo principal ampliar e estender o entendimento artístico e esportivo utilizando estratégias de ação e produção para exprimir os desejos, necessidades, pensamentos, anseios, manifestando e socializando o que tem de mais genuíno no ser humano, a vontade de viver e se reconhecer nessa vivência.

Cabe, portanto, ao docente promover uma visão laica da dança e do futebol, procurar viajar pela vastidão de culturas, expressões e possibilidades de uso da cultura e do esporte que o mundo reúne e contempla, permitindo através de um planejamento responsável e comprometido, que a criança conheça a sua e tantas outras e novas realidades, não como mero espectador ou reproduzidor, mas como alguém que interage, participa e transforma, tornando-se pleno pela aprendizagem e desenvolvimento.

Como forma de auxílio ao professor, apresenta-se um quadro organizador em que estão elencadas habilidades e sugestões de conteúdos, experiências e situações de aprendizagem, a partir das quais, a rede e os docentes podem inovar, transpor e acrescentar, conforme o contexto local.

Quadro 01 - Organizador Curricular – Componente Curricular Dança e Futebol – Educação Infantil

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
Dança	<p>Vivenciar a desenvolver apreço por momentos de experimentação auditiva, visual e corporal da música e da musicalização.</p> <p>Participar e desenvolver movimentos de embalo por meio da música em diferentes situações e para diferentes finalidades, sozinho ou com auxílio do professor ou outras crianças.</p> <p>Desenvolver noções básicas de movimentação, orientação, sensibilidade, consigo e com os outros.</p> <p>Aprender a ouvir atentamente orientações e comandos, bem como, a expressão das músicas que incitam o movimento dançante.</p> <p>Apreciar a música e o movimento dançante em diferentes momentos da rotina escolar, atribuindo significados para cada experiência.</p> <p>Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo.</p> <p>Experimentar e apreciar diferentes manifestações da dança presentes em diversos contextos.</p> <p>Respeitar as experiências pessoais e coletivas em dança, realizadas de forma individual ou com participação de outras crianças ou adultos.</p> <p>Conhecer e apreciar danças de diferentes matrizes culturais e grupos folclóricos.</p> <p>Conhecer os elementos integrantes da dança para compreendê-la na</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar a música no cotidiano para que a mesma seja apreciada e vinculada com movimentos dançantes, desde o simples embalo do bebê até a produção de iniciativas musicais pelas crianças pequenas; • Conhecimento corporal – de si e do outro; • Emoções e expressões; • Corpo e movimento; • Lateralidade e noção espacial; • Ações naturais corriqueiras (pular, sentar, levantar, cair, correr, balançar, rodar, andar...); • Ritmos, gestos e movimentos; • Exercícios acerca da musculatura, coordenação motora, flexibilidade, postura, consciência corporal, noções de espaço e integração social; • Repertório corporal a partir de: festas populares, danças folclóricas, circulares, cirandas ou cantigas de rodas, danças locais ou regionais; • Observar as variações de ritmos, valorizando o ritmo próprio; • Diferentes linguagens da dança que tragam a socialização através de movimentos dançantes, dinâmicos e expressivos; • Trabalho em equipe, colaboração e

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>totalidade de sua expressão.</p> <p>Reconhecer a linguagem presente na dança.</p> <p>Organizar, criar e apresentar danças a partir de histórias, temáticas e conteúdos dos demais campos de experiências.</p> <p>Vivenciar cirandas, cantigas dançadas (e de roda) e outras formas de expressão da dança individualmente e coletivamente.</p> <p>Desenvolver o trabalho em equipe e a colaboração através de danças grupais.</p> <p>Desenvolver juntamente com as demais linguagens da arte diferentes tipos de expressão corporal, facial, entre outras, reconhecendo seu intuito.</p> <p>Compreender a dança como forma de expressão cultural dos diferentes povos, compreendendo os significados que a dança assume em cada contexto.</p> <p>Exercitar a musculatura, coordenação motora, flexibilidade, postura, desenvolvendo maior consciência corporal, noções de espaço e melhora na sua integração social.</p> <p>Expressar desejos, necessidades e emoções por meio da dança em diferentes situações do cotidiano.</p>	<p>cooperação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre outras iniciativas que o professor poderá desenvolver com base na turma e no desenvolvimento desta, considerando a necessidade de contextualizar as experiências vivenciadas com as crianças.
Futebol	Participar de diferentes momentos com uso de bola em atividades diversas, desde bebê, para gradativamente compreender que existem	<ul style="list-style-type: none"> • Situações com uso de bola; • Atividades com movimentos diversos;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>diferentes esportes e práticas com uso de bolas, entre elas, o futebol. Apropriar-se, conforme a idade cronológica, de diferentes movimentos exercidos no futebol, participando de atividades práticas, visualizando vídeos, entre outros.</p> <p>Desenvolver a coordenação motora, agilidade, equilíbrio, noção de espaço, ritmo e flexibilidade em diferentes contextos e situações do cotidiano, conforme a idade da criança.</p> <p>Aumento da resistência do corpo nos diferentes movimentos, bem como, desenvolvimento da estabilidade, lateralidade, domínio e manuseio de objetos de diferentes formatos, entre eles, a bola.</p> <p>Desenvolver controle respiratório, bem como, a resistência dos ossos, músculos e articulações por meio dos exercícios que envolvem a prática do esporte.</p> <p>Criar relacionamentos e laços sociais com colegas de equipe e adversários.</p> <p>Desenvolver o raciocínio, aprendendo a tomar decisões em diferentes situações.</p> <p>Aprender a lidar com emoções como alegria, tristeza, frustração, raiva, entre outras.</p> <p>Desenvolver um estilo de vida saudável por meio da prática de esportes, como o futebol, compreendendo-o também como uma forma de diversão e como uma possibilidade de profissão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar vídeos e práticas que envolvam aspectos do futebol; • Atividades de coordenação motora, agilidade, equilíbrio, espaço e ritmo, flexibilidade; • Conhecimento do corpo; • Estabilidade e lateralidade; • Domínio e manuseio de objetos de diferentes tamanhos e formatos; • Controle de respiração e resistência em atividades; • Relacionamento social com outras crianças e adultos em diferentes situações; • Formas de pensar, estratégias de raciocínio, tomada de decisões em situações do contexto escolar e do esporte; • Gestão das emoções; • Estilo de vida; • Vida saudável; • Profissões; • Diversão (futebol como divertimento); • Regras de convivência; • Convivência saudável; • Individualidade, equipe; • Cooperação X competição; • Habilidades técnicas do futebol; • Entre outras situações, experiências que proporcionem à criança, em suas diferentes

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Desenvolver habilidades socioemocionais como autoconfiança aprendendo a confiar nas próprias habilidades já desenvolvidas.</p> <p>Desenvolver e praticar a compreensão com as pessoas, aprendendo a se colocar no lugar dos outros, convivência social, entendimento de regras, trabalho em equipe, tomada de decisões, disciplina, vencer e perder, entre outros.</p> <p>Aprimorar a força, velocidade, agilidade, resistência, coordenação e flexibilidade.</p> <p>Ser capaz de executar fundamentos como passes, chutes, dribles e controle de bola.</p> <p>Desenvolver a coordenação motora, concentração, raciocínio lógico, memória, inteligência tática, resiliência mental, disciplina e profissionalismo, comunicação, entre outros.</p> <p>Exercitar a criatividade, trabalho em equipe e autocontrole, inteligência emocional fortalecida pelo esporte.</p> <p>Executar tarefas de passe, controle de bola, condução, drible, desarme, cabeceio, finalização.</p>	<p>faixas etárias, a aproximação e conhecimento a cerca do futebol e seu contexto.</p>

COMPONENTE CURRICULAR: Serviço de Convivência Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, com caráter preventivo, protetivo e proativo. Os seus objetivos são: Fortalecer as relações familiares e comunitárias; Promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, Valorizar o sentido de vida coletiva; Defender e afirmar os direitos dos usuários; Desenvolver as suas capacidades e potencialidades; Prevenir a ocorrência de situações de risco social.

O planejamento das atividades do SCFV deve ser realizado com a participação da equipe do serviço e dos seus usuários. O **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** é um conjunto de serviços realizados em grupos de crianças, adolescentes, adultos ou idosos, de acordo com o seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além disso, o SCFV fortalece as relações familiares e comunitárias e promove a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma intervenção social que visa fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de prevenir situações de risco social. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Suas, que pode ser oferecido em Centros de Convivência ou no Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O SCFV é realizado por meio de oficinas socioeducativas, que podem incluir diferentes oficinas.

No município de Modelo/SC o SCFV é parceiro do Programa Escola em Tempo Integral, sendo que, crianças frequentam um dia na semana com realização de três oficinas por dia, com duração média de 1 a 1,5 horas diárias. As oficinas que são realizadas neste espaço, denominado como componente curricular, são: INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, MUSICALIZAÇÃO, HORTA E JARDINAGEM.

Desta forma, cabe enfatizar que estas oficinas demandam de planejamento e avaliação como nos demais componentes curriculares que compõe o percurso formativo das crianças da escola em tempo integral, e para tanto, sugere-se, abaixo, um Quadro Organizador de habilidades (objetivos de aprendizagem) e sugestões de

experiências para serem desenvolvidas neste componente, podendo o profissional responsável, através de sua atuação crítica e coerente, ampliar o leque de oportunidades ao longo das etapas da pré-escola PRÉ I e PRÉ II, na Educação Infantil.

Quadro 02 - Organizador Curricular – Componente Curricular Serviço de Convivência: Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
Horta e Jardinagem	<p>Conhecer e integrar-se no contexto do ambiente e da natureza como elementos que integram a vida humana.</p> <p>Conscientizar-se sobre a intervenção humana na natureza e a consequência de diferentes tipos de ação.</p> <p>Desenvolver o cuidado com e o contato com a natureza de diferentes formas.</p> <p>Aprender o cuidado e o trabalho com os diferentes tipos de plantas.</p> <p>Desenvolver o trabalho coletivo como forma de cuidado com o ambiente em que se vive e se relaciona o ser humano.</p> <p>Identificar o que é sustentabilidade, reconhecendo-a e praticando-a na vida cotidiana, escolar, familiar e social.</p> <p>Desenvolver conceitos como horta, jardim, lavoura, entre outros.</p> <p>Delinear conceitos básicos acerca da organização, preparo e cultivo de uma horta.</p> <p>Desenvolver ações de criação de pequenas hortas ou hortas experimentais, em ambientes e possibilidades diversas, aplicáveis à educação infantil, como vasos, caixas, verticais, entre outros.</p> <p>Manter contato com diferentes tipos de horta, aprendendo como as mesmas podem ser organizadas, sua importância e formas de cultivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e meio ambiente; • Vida humana e a relação com meio ambiente; • Natureza e meio ambiente; • Intervenção humana na natureza e nos meios em que vive; • Cuidado e contato com a natureza, ações e consequências; • Cuidado e trabalho com tipos de plantas; • Trabalho coletivo e cooperação; • Sustentabilidade; • Conceitos essenciais de horta, lavoura, jardim, entre outros; • Preparo de uma horta e jardim; • Diferentes tipos de hortas e jardins; • Organização de espaços com elementos de hortas e jardins; • Funções de uma horta e um jardim; • Visualizar vídeos e explicações sobre hortas; • Conhecer os mais significativos jardins do mundo de forma virtual; • Importância da produção de alimentos em pequenas hortas; • Importância dos jardins para o bem-estar humano; • Jardins públicos e privados – contextualizar; • Alimentação saudável e estilo de vida; • Uso consciente dos recursos naturais;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Reconhecer a importância dos alimentos que podem ser produzidos numa horta, bem como, reconhecer a alimentação saudável como estilo de vida.</p> <p>Usufruir conscientemente dos produtos das hortas experimentais cultivadas na escola, seja no ambiente e alimentação escolar ou mesmo nas famílias.</p> <p>Identificar elementos que compõe os jardins bem como, formas de organizar jardins.</p> <p>Conhecer grandes e importantes jardins do mundo, por meio de atividades digitais e virtuais.</p> <p>Conhecer diferentes tipos de jardins, seu surgimento e importância na vida humana, individual e coletiva.</p> <p>Participar da organização do jardim da escola e de outros espaços correlatos à escola.</p> <p>Aproveitar e usufruir os jardins disponíveis no contexto local para desenvolvimento de atividades escolares, percebendo a necessidade de cuidar e preservar estes espaços.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As atividades de plantar e regar as plantas são físicas e ajudam a melhorar o equilíbrio e a movimentação; • Lidar com a terra; • Atividades para aprenderem a trabalhar em equipe e a cocriar; • Ações para aprendem a identificar os alimentos que fazem bem para a saúde e a demonstrar maiores níveis de conhecimento sobre nutrição; • Estimular a curiosidade e a busca por conhecimento; • Promover a cultura maker, ou seja, as crianças “colocam a mão na massa”; • Desenvolver o pensamento lógico e científico; • Abordar a análise e a resolução de problemas de forma crítica e criativa; • Entre outros conforme a possibilidade de aprofundamento.
Inteligência Emocional	<p>Conhecer-se enquanto afirmação da própria identidade, por meio de diferentes atividades pedagógicas e lúdicas.</p> <p>Desenvolver o aspecto socioafetivo para melhorar as relações consigo, com os outros e o meio em que vive.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade pessoal; • Diversidade, inclusão e respeito; • Competências socioemocionais; • Relações humanas e relacionamento; • Emoções;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Identificar, gerenciar e expressar emoções de forma saudável.</p> <p>Desenvolver habilidades cognitivas como: memória, atenção, concentração e raciocínio lógico.</p> <p>Controlar ansiedade e depressão para melhor viver em coletividade.</p> <p>Fortalecer a saúde mental e valorizar as relações interpessoais saudáveis.</p> <p>Conhecer os próprios sentimentos e reações em diferentes situações.</p> <p>Praticar exercícios de respiração e meditação para manter a calma.</p> <p>Dedicar atenção aos colegas e procurar entender os seus sentimentos para melhorar a relação e a convivência.</p> <p>Expressar ideias e emoções de forma clara e respeitosa, fortalecendo a participação coletiva na vida escolar e familiar.</p> <p>Estabelecer objetivos claros e significativos nas relações sociais e interpessoais.</p> <p>Aprender a lidar com conflitos, frustrações, e outras situações desafiadoras da vida individual e coletiva.</p> <p>Resolver problemas e conflitos com argumentos e ações inteligentes e responsáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidades cognitivas: memória, atenção, concentração, raciocínio lógico; • Ansiedade, depressão e a relação com a vida humana e as relações; • Saúde mental, relações saudáveis e tóxicas; • Sentimentos e reações; • Respiração, meditação e outras formas de reflexão interior; • Participação social; • Respeito à diferentes ideias • Conflitos, frustrações e situações desafiadoras; • Argumentos e argumentação; • Responsabilidade e ética; • Bullying, preconceitos, discriminações, racismo, entre outros; • Usar histórias para falar de sentimentos, como solidão, inveja, ciúmes ou alegria; • Criar uma lista de emoções e encená-las com as crianças, ou mostrar figuras das expressões faciais e pedir para que identifiquem cada uma; • Atividades como dança, música, pintura e escrita para o desenvolvimento emocional das crianças; • Ensinar técnicas simples de respiração para ajudar a criança a ficar mais calma quando está agitada ou frustrada; • Promover atividades em grupo ajuda no desenvolvimento socioemocional;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Não praticar bullying, preconceitos, discriminações ou racismo no ambiente escolar e social, percebendo formas de enfrentamento a tais situações.</p> <p>Perceber-se como elemento protagonista, construtivo e fundamental para a convivência respeitosa, baseada nos direitos humanos e no bem-estar coletivo e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um senso de responsabilidade ajuda no desenvolvimento socioemocional; • Entre outras possibilidades.
Musicalização	<p>Compreender a música com uma linguagem da arte e como forma de expressão humana.</p> <p>Estimular áreas cognitivas, motoras, emocionais e sociais.</p> <p>Desenvolver autoestima, motricidade e autoconhecimento.</p> <p>Desenvolver coragem, autoestima e superação de medos.</p> <p>Aprender a relação entre música e musicalização de forma a perceber sua importância em seu próprio desenvolvimento.</p> <p>Desenvolver e praticar habilidades sociais, emocionais, físicas e psicológicas com uso da música e da musicalização.</p> <p>Estimular suas habilidades de forma lúdica contribuindo para o desenvolvimento da inteligência emocional.</p> <p>Aprimorar a percepção musical para que consiga acompanhar o ritmo sem que seja preciso explicar se o tempo está rápido ou lento.</p> <p>Reconhecer a orientação espacial e motora por meio dos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de música e de arte; • Conceito de musicalização; • Formas de inserir a música na rotina das crianças; • Emoções e reações das crianças em diferentes situações. • Valores humanos; • Motricidade; • Autoconhecimento; • Coragem e autoestima; • Superação de medos ou traumas; • Percepção da música no ambiente ou em diferentes ambientes; • A música para resolução de conflitos e como estratégia de gestão de sala de aula; • Canto, dança e música; • Cantigas, cirandas, recitais, entre outros; • Contação de histórias e uso da música; • Apresentar diferentes estilos musicais, como música clássica, folclore, pop, rock, música popular brasileira; • Cantar com as crianças quando chegam para a aula,

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>movimentos corporais relacionados com a música, como criar coreografias, embalar-se, dançar de forma livre.</p> <p>Fortalecer o pensamento social com oportunidades educativas que permitam a combinação do canto e os movimentos que se combinam.</p> <p>Manusear e tocar instrumentos musicais ou de musicalização conforme a possibilidade da turma.</p> <p>Apresentar-se em festivais, recitais e outros eventos musicais ou literário-musicais.</p>	<p>na hora do lanche ou na hora de sair;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular as crianças a fazer movimentos quando forem cantar; • Usar fantoches para ensinar uma canção ou para que cantem com as crianças; • Acompanhar versinhos ritmados com palmas ou batidas na carteira; • Brincar com instrumentos musicais, como chocalhos especiais; • Alterar o andamento das músicas; • Criar melodias com versos que estão sendo estudados em sala de aula; • Assistir a musicais; • Oferecer instrumentos para manusearem; • Construir instrumentos alternativos; • Instrumentos e sons com outros materiais, recicláveis ou não; • Uso de instrumentos variados em diferentes situações do cotidiano; • Brincadeiras musicais e trabalhos em grupos; • Improvisações, criação de melodias e letras, criação de danças e exploração de instrumentos musicais • Festival da Canção; • Entre outros.

COMPONENTE CURRICULAR: Sala de Interação Lúdica

A abordagem tradicional de aprendizagem considerava a criança como um recipiente vazio, que permitia ao professor o seu preenchimento. Com o passar dos anos, a questão interacionista surgiu via construtivismo, expondo a importância do simbólico como processo de aprendizagem, juntamente com a inclusão do brinquedo (Piaget, 1978). O ato de brincar é natural e faz parte do desenvolvimento humano, de maneira a auxiliar no desenvolvimento psíquico da criança.

A criança, ao brincar de faz de conta, manifesta algumas habilidades que vão além do que se espera para a sua idade. Essa aprendizagem possibilita o avanço do desenvolvimento de muitos processos internos. Na brincadeira de faz de conta, a criança pode imaginar-se adulta através da imitação das atividades observadas no seu cotidiano, uma realidade e uma forma encontrada pela criança para interagir, assimilar, atuar e transformar suas concepções diárias. De acordo com Vygotsky, no desenvolvimento das crianças,

[...] a imitação e o ensino desempenham um papel de primeira importância. Põem em evidência as qualidades especificamente humanas do cérebro e conduzem a criança a atingir novos níveis de desenvolvimento. A imitação é indispensável para se aprender a falar, assim como para se aprender as matérias escolares. A criança fará amanhã sozinha aquilo que hoje é capaz de fazer em cooperação (Vygotsky, 2001, p. 103-104).

Assim, o lúdico começa a ganhar corpo no processo educativo quando se fala em contextualização da aprendizagem e aprendizagens ativas, prazerosas e significativas. Essa conexão entre a aprendizagem e o lúdico, por sua vez, é visualizada na forma da interação lúdica. Toda a interação lúdica gera uma experiência para o usuário nas diferentes formas e contextos que o jogo pode assumir.

Acredita-se que o lúdico possibilita o desenvolvimento do pensamento, valorização da criatividade, a inovação, a socialização, comunicação e o senso crítico. O lúdico contribui para a aprendizagem das crianças, desenvolvendo habilidades cognitivas, visuais, auditivas, táteis e motora.

O lúdico deve permear todo processo educativo, em qualquer contexto, mas ter na escola uma sala de interação lúdica é um elemento que incrementa os processos educativos de forma singular. Contar com um espaço que favorece o brincar, a diversão e a interação entre as crianças, e que tem como objetivo o desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico é fundamental pois:

- Estimula a exploração, a troca e a descoberta da aprendizagem;

- Desenvolve a curiosidade, a autoconfiança, a autonomia e a criatividade;
- Auxilia na socialização e na interação com os colegas;
- Favorece a expressão e a integração no grupo;
- Promove a sensação de segurança e confiança;
- Incentiva a aprendizagem de forma simples e descomplicada.

A atividade lúdica auxilia no desenvolvimento das capacidades cognitivas, físicas, sociais e psicológicas, possibilitando a socialização e a interação das crianças durante a prática educativa. A prática docente em apoio pedagógico e na sala de brinquedoteca, por exemplo, proporciona uma percepção mais aguçada do desenvolvimento infantil e da utilização dessas capacidades nas atividades integradoras dos alunos.

A brinquedoteca que é um exemplo de espaço lúdico construído para a criança brincar, explorar, experimentar, fantasiar e aprender com diferentes brinquedos e jogos, e portanto, deveria ser um espaço disponível em todas as unidades escolares. As atividades educativas que podem ser desenvolvidas nestes espaços devem buscar estimular e desenvolver habilidades e capacidades de socialização e aprendizagem das crianças.

As recomendações de atividades lúdicas variam de acordo com a idade da criança. A cada idade, é possível introduzir novas brincadeiras ou objetos para incentivar e aperfeiçoar o desenvolvimento de novas habilidades. Os espaços lúdicos são ambientes que favorecem o brincar, o jogo, a diversão, a leitura e os primeiros entendimentos sobre o mundo, por isso é tão importante que haja um local, dentro e fora de casa, para a descoberta da aprendizagem e, assim, proporcionar o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração.

No município de Modelo/SC, na matriz curricular da Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil, foi constado o componente curricular Sala de Interação Lúdica, com duas aulas semanais. Para tanto, sugere-se a seguir, um Quadro Organizador Curricular com Habilidades (objetivos de aprendizagem) e sugestões de conteúdos, experiências e situações de aprendizagem que podem balizar os planejamentos docentes, que, no entanto, não devem limitar-se a este organizador, mas, por meio de um planejamento consistente, articulado, interdisciplinar deve transcender de forma que este componente curricular possa agregar no desenvolvimento integral das crianças.

Quadro 03 - Organizador Curricular – Componente Curricular Sala de Interação Lúdica – Educação Infantil

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Sentir integrante do espaço por meio do acolhimento entre os diferentes, permitindo-se a livre e autônoma expressão.</p> <p>Interagir, brincar, questionar, explorar, posicionar-se juntamente e em relação com os demais.</p> <p>Criar amizades estabelecendo laços de fraternidade, reconhecimento e valorização entre as crianças da sala e com o professor, bem como, com demais pessoas do contexto escolar.</p> <p>Desenvolver os direitos de aprendizagem da educação infantil de forma abrangente e contextualizada.</p> <p>Realizar diferentes tipos de trocas com colegas e professores, de forma a desenvolver a empatia e a compreensão da equidade.</p> <p>Desenvolver habilidades cognitivas na relação com os demais campos de experiências e aprendizagens oportunizadas para as crianças.</p> <p>Desenvolver a atenção, a concentração, o raciocínio lógico e a resolução de problemas por meio de situações lúdicas e problematizadoras.</p> <p>Expandir as habilidades sociais por meio de atividades lúdicas permitem que as crianças interajam e se socializem.</p> <p>Desenvolver o trabalho em equipe, a organização e a tomada de decisão em situações da escola ou do cotidiano.</p> <p>Fortalecer e ampliar as habilidades físicas para desenvolver o equilíbrio e a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diferentes estratégias de acolhimento; • Despertar sentimentos e desenvolver emoções; • Ofereça momentos de descontração; • Valorização do diálogo, da negociação, a valorização do indivíduo e de suas práticas, o respeito, a compreensão • Jogos de memória e quebra-cabeças; • Brincadeiras diversas como caça ao tesouro, por exemplo; • Brincadeiras como dança e corrida; • Brincadeiras com bonecos, como o teatro de fantoches; • Brincar com água, areia, grama ou terra; • Construir modelos, resolver problemas, roda de conversa; • Jogos físicos e digitais; • Propor situações problematizadoras e intrigantes; • Amizade, relacionamento, regras e estratégias para bem conviver; • Momentos de trocas, partilhas, em que crianças e professores possam se manifestar; • Empatia, compreensão; • Igualdade e equidade; • Direitos de aprendizagem da educação infantil; • Raciocínio, concentração, atenção; • Resolução de problemas; • Habilidades sociais e socioemocionais; • Trabalho em equipe e cooperação; • Tomada de decisão; • Projeto e estilo de vida;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>flexibilidade.</p> <p>Ampliar o imaginário para estimular o imaginário que é importante para o desenvolvimento da criatividade e da abstração.</p> <p>Explorar os sentidos para ampliar as oportunidades de aprendizagem e interação com os demais e o meio em que vive.</p> <p>Vivenciar a estimulação, exploração, a troca e a descoberta da aprendizagem por meio de atividades pedagógicas interdisciplinares.</p> <p>Desenvolver a curiosidade, a autoconfiança, a autonomia e a criatividade nos diferentes momentos e situações vivenciadas em sala e na escola, podendo gradativamente ampliar para situações sociais.</p> <p>Aprender a socializar na interação com outras crianças e com adultos por meio de atividades que promovam a interação e a brincadeira.</p> <p>Conhecer diferentes formas que favorecem a expressão e a integração no grupo.</p> <p>Expandir a promoção da sensação de segurança e confiança no convívio com outras pessoas, seres, ambientes ou situações.</p> <p>Visualizar a resolução de problemas por meio de interações e intervenções lúdicas.</p> <p>Aprender de forma simples e descomplicada, por meio de metodologias ativas e inovadoras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulação do imaginário e pensamento crítico; • Interações sociais; • Direitos, deveres; • Realizar trabalhos interdisciplinares com demais campos de experiência, trazendo a ludicidade presente nas atividades das crianças de forma constante, favorecendo aprendizagens; • Interações e brincadeiras; • Socialização; • Segurança e confiança em si, nos outros e no meio; • Oportunizar atividades por meio de metodologias inovadoras e ativas; • Diferentes situações (favoráveis e desfavoráveis); • Direitos humanos; • Problemáticas e questões atuais; • Tecnologia e recursos digitais para interação lúdica; • Entre outras propostas que podem ser desenvolvidas pelos professores.

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Interagir em diferentes situações de forma propositiva e protagonista, nas relações com as aprendizagens dos demais campos de experiências, estabelecendo relações de aprendizagem.</p> <p>Conhecer os diferentes sentimentos, sensações e emoções, bem como, aprender a lidar com situações que lhe sejam favoráveis e desfavoráveis.</p> <p>Refletir sobre os valores humanos e os direitos e deveres das crianças a partir das convenções e legislações existentes, na escola ou na sociedade, ampliando do local para o global ou vice versa.</p> <p>Compreender problemáticas e questões atuais acerca da vida humana, em sua relação direta ou indireta, discutindo soluções e possibilidades com colegas e professores.</p> <p>Interagir de forma lúdica com a sociedade local, levando o conhecimento construído na escola para a sociedade em suas diferentes instâncias.</p> <p>Conhecer e desenvolver iniciativas digitais, tecnológicas e inovadoras no contexto da sala de interação lúdica, seja para diversão ou para resolução de situações problemas.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Jogos Pedagógicos

Jogos educacionais são jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural. Em resumo, são jogos que têm como objetivo construir aprendizagens acerca de algum fundamento ético, valores de vida ou conhecimentos inerentes ao percurso formativo do ser humano. Os jogos educacionais, portanto, podem ser conhecidos também como jogos pedagógicos.

Os jogos pedagógicos são brincadeiras que podem ser lúdicas ou não e que ajudam a desenvolver a aprendizagem. Eles podem ser usados para o desenvolvimento global do aluno, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais, mas podem se diferenciar levando em considerações como ambiente de uso, objetivos, e formas de participação. É importante, neste sentido, reconhecer que não é somente na escola que podem ser usados, mesmo que tenham um objetivo didático explícito e podem ser usados para introduzir novos conceitos, reforçar conteúdos ou revisar antes de avaliações. Ainda, quanto à participação dos estudantes os mesmos devem ser usados de acordo com o desenvolvimento destes, levando-os a uma participação ativa e uma autoavaliação no final do jogo.

Os jogos pedagógicos podem ser importantes porque:

- Tornam a aprendizagem mais dinâmica e significativa;
- Estimulam o desejo de aprender;
- Promovem situações-problema e atividades desafiadoras;
- Favorecem o trabalho com a interdisciplinaridade, a linguagem e a comunicação;
- São úteis para alunos com déficit de atenção, como dislexia e TDAH, ou outras necessidades educativas que requeiram atenção especial.

Para que os jogos pedagógicos sejam efetivos, é importante que o professor assuma o papel de mediador, considerando o estágio de desenvolvimento, o interesse e o prazer do aluno. Alguns aspectos a considerar para garantir os benefícios dos jogos na educação são:

- A diversidade de jogos, que podem ser tanto físicos como digitais;
- A idade e a qualidade do jogo que será disponibilizado na escola;

- A intencionalidade pedagógica.

A verdade é que essas brincadeiras, quando usadas com intencionalidade, têm o efeito de agregar conhecimento, de forma leve e descontraída. No âmbito da construção da aprendizagem, alguns jogos têm o propósito de auxiliar o aluno na aprendizagem e desenvolvimento do raciocínio matemático e conhecimentos linguísticos. Já em outros momentos, eles os auxiliam no desenvolvimento afetivo, físico-motor e social.

Através dos jogos a criança aprende brincando, ela inventa, descobre, aprende e valida suas habilidades, explora as suas potencialidades e sua afetividade se harmoniza em relação a si própria e ao outro. O jogar estimula a inteligência e a sensibilidade do aluno. Nesse sentido, os jogos educativos/pedagógicos são ferramentas que incentivam o engajamento, o aprendizado e a educação, atraindo crianças e também adultos. Por meio dos jogos, os participantes podem desenvolver a imaginação, a concentração, o raciocínio lógico, as habilidades motoras e também sociais, por exemplo. Isso significa que o jogo pedagógico precisa ser utilizado com uma intenção específica, trazendo problemas e desafios, favorecendo a argumentação, a partir de estratégias que agregam valor ao aprendizado.

É importante saber, no entanto, que nem todo jogo lúdico é um jogo pedagógico. Se o jogo lúdico oferecer apenas o prazer de brincar, ele não se encaixa no objetivo de um jogo pedagógico, que é promover aprendizado à criança.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera os jogos e as brincadeiras como um componente essencial da educação, e enfatiza a importância de estimulá-los em todas as áreas do conhecimento:

- A BNCC reconhece que as crianças desenvolvem competências e habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras ao brincar.
- A BNCC considera os jogos como uma atividade voluntária, que envolve a criação e alteração de regras, a obediência a acordos coletivos e a apreciação do ato de brincar.
- A BNCC valoriza os jogos e as brincadeiras presentes na memória dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- A BNCC considera os games como parte do universo de crianças e adolescentes, e os inclui entre as competências gerais e habilidades específicas para toda a Educação Básica.

- A BNCC destaca que as instituições de ensino devem proporcionar ambientes que estimulem o brincar de forma intencional. Para isso, é importante:
 - Selecionar jogos de acordo com os objetivos pedagógicos.
 - Criar jogos simples com a ajuda das crianças.
 - Usar o jogo como contexto para que seja uma atividade produtiva e não só um passatempo.
 - Deixar que as crianças e os jovens sejam os protagonistas na elaboração de seus jogos.

A BNCC considera a interação e a brincadeira eixos estruturantes do currículo na Educação Infantil. Ou seja, estão intimamente ligados à forma como a criança aprende. Logo, o professor deve criar condições para que a criança interaja e brinque. Assim, conseguirá explorar diversas habilidades no contexto de aprendizagem das crianças, e essa é uma das principais funções dos jogos pedagógicos.

A neurociência, em suas pesquisas, também aborda a importância dos jogos como uma abordagem educacional necessária. Segundo estudos nesta área, eles fazem parte da inovação que a educação deve promover no desenvolvimento intelectual e cognitivo do indivíduo. Os jogos educativos podem colaborar na Interação social; Expressão afetiva; Evolução da linguagem; Coordenação motora; Convívio social; Imersão no universo cultural, entre outros.

No município de Modelo/SC, na matriz curricular da Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil, foi constado o componente curricular Jogos Pedagógicos, com duas aulas semanais. Para tanto, sugere-se a seguir, um Quadro Organizador Curricular com Habilidades (objetivos de aprendizagem) e sugestões de conteúdos, experiências e situações de aprendizagem que podem balizar os planejamentos docentes, que, no entanto, não devem limitar-se a este organizador, mas, por meio de um planejamento consistente, articulado, interdisciplinar deve transcender de forma que este componente curricular possa agregar no desenvolvimento integral das crianças.

Quadro 04 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jogos Pedagógicos – Educação Infantil

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Conhecer o jogo como elemento de aprendizagem por meio de diferentes tipos de jogos.</p> <p>Expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre o cotidiano ou um evento histórico ou cultural.</p> <p>Construir aprendizagens acerca de algum fundamento ético, valores de vida ou conhecimentos inerentes ao seu percurso formativo.</p> <p>Desenvolver-se globalmente, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais.</p> <p>Aprender de forma mais dinâmica e significativa com utilização de jogos e recursos físicos e digitais.</p> <p>Estimulam o próprio desejo de aprender com autonomia e consciência.</p> <p>Resolver situações-problema e atividades desafiadoras por meio do uso de jogos educacionais em diferentes formatos e contextos.</p> <p>Aprender de forma interdisciplinar, ampliando seu repertório de linguagem e comunicação.</p> <p>Incluir a si e aos outros, relacionando-se de forma saudável e prazerosa com crianças com déficit de atenção, como dislexia e TDAH, ou outras necessidades educacionais ou sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir novos conceitos acerca dos jogos; • Reforçar conteúdos já ensinados por meio de jogos; • Revisar conteúdos com jogos pedagógicos; • Desenvolver habilidades fundamentais, como memorização, reconhecimento de objetos e cores; • Fundamentos éticos e valores coletivos; • Vivência em sociedade por meio dos jogos de cidadania; • Desenvolver um ambiente propício ou adaptar outros ambientes para a realização de jogos; • Jogar e brincar de diferentes formas e em diferentes contextos e locais; • Atividades que despertem desejo e a necessidade de raciocínio lógico, desenvolvimento cognitivo, emocional e motor; • Fortalecer trocas entre estudantes e professores; • Favorecer o trabalho com a interdisciplinaridade, a linguagem e a comunicação; • Modelar peças pequenas de massinha, como cestas com frutas e bolinhas; • Montar cordões com miçangas ou macarrões; • Construir um ioiô de papel; • Picar papel e realizar colagens utilizando as mãos; • Desenhar e pintar; • Produzir pintura a dedo; • Defrontar a criança com situações problemas, por meio de jogos que simulem a realidade vivenciada; • Jogo da Memória; • Quebra-Cabeças;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Aprender e desenvolver o raciocínio matemático e conhecimentos linguísticos.</p> <p>Ampliar e reforçar o desenvolvimento afetivo, físico-motor e social.</p> <p>Aprender brincando, inventando, descobrindo, aprendendo e validando suas habilidades, explorando as suas potencialidades e sua afetividade, harmonizando-se em relação a si próprio e ao outro.</p> <p>Reconhecer e identificar de forma voluntária a criação e alteração de regras, a obediência a acordos coletivos e a apreciação do ato de brincar.</p> <p>Realizar e apreciar jogos e brincadeiras presentes na memória dos povos indígenas, comunidades tradicionais, culturas negras, brancas, asiáticas, entre outras.</p> <p>Usar games como parte do universo de vida e estudo, identificando e sinalizando regras e cuidados ao uso, bem como, desenvolver o uso consciente.</p> <p>Jogar sozinho, com outras crianças e adultos, de forma autônoma ou orientada, ampliando o leque de relações sociais em situações favoráveis ou adversas.</p> <p>Criar jogos e brincadeiras livres, com possibilidade de recriação de outras existentes, com as devidas adaptações necessárias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Jogo de Tabuleiro; • Dominó Educativo; • Jogo de Cartas Educativo; • Jogo de Lógica e Raciocínio; • Jogo de Simulação; • Quebra-cabeças de diferentes tamanhos e complexidade, conforme a idade; • Jogos de perguntas e respostas; • Jogo da velha; • Jogo de damas; • Jogo dos sete erros • Algumas plataformas de jogos educativos são: Ludo Educativo, Casa da Educação. • Jogos de carta tipo UNO; • Amarelinha; • Pular corda; • Pular de lado, ocupando quadrados desenhados no chão; • Corridas com obstáculos; • Boliche; • Corrida do saco; • Twistter; • Jogos de interpretação; • Reconto de histórias; • Mímicas; • Imitar os animais; • Parlendas;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Interagir, brincar e jogar presencialmente ou em ambientes virtuais, com base nos princípios da convivência pacífica, saudável e construtiva.</p> <p>Colaborar na interação social entre diferentes pessoas, por meio da expressão afetiva.</p> <p>Evoluir em termos de linguagem, coordenação motora, convívio social; imersão no universo cultural, entre outros, de forma a resignificar as aprendizagens.</p> <p>Sensibilizar-se diante de diferentes realidades sociais, reconhecendo o direito de brincar e jogar como inerente ao contexto infantil, refletindo a partir de diferentes realidades.</p> <p>Desenvolver a coordenação motora, lateralidade, orientação espacial aprimorando suas capacidades de interação social.</p> <p>Experimentar diferentes jogos, de forma interdisciplinar, para solidificar as aprendizagens em vários campos de experiências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Brincadeiras de roda; • Jogos de adivinhar; • Estação de Perguntas; • Explore as formas, cores, objetos, alguns conceitos matemáticos e dimensões; • Aderir a algumas ferramentas digitais para estimular o aprendizado; • Desenvolver a percepção visual e a resolução de problemas, envolvendo noções de espaço e matemática; • Esteira Maluca; • Introduzir a alfabetização de maneira contextualizada com joguinhos digitais que ajudam a criança a reconhecer letras e números, sem intenção de alfabetizá-la; • Estratégias de calcular a distância correta para localização; • Selecionar jogos de acordo com os objetivos pedagógicos; • Criar jogos simples com a ajuda das crianças; • Usar o jogo como contexto para que seja uma atividade produtiva e não só um passatempo; • Deixar que as crianças e os jovens sejam os protagonistas na elaboração de seus jogos; • Entre outras possibilidades.

COMPONENTE CURRICULAR: Relaxamento

No período da educação infantil, as crianças, após executarem diversas atividades durante o dia, necessitam de um tempo para relaxar e acalmar. Momentos desse tipo são importantes para que elas fiquem tranquilas e não percam a sua rotina de sono e consigam participar ativamente das demais atividades da rotina escolar.

Além disso, um momento de relaxamento e até uma pequena soneca durante o dia é muito importante para auxiliar as crianças no armazenamento da memória recente, na prevenção da ansiedade e do estresse e na ampliação dos processos cognitivos, por exemplo.

O relaxamento é importante na educação infantil porque ajuda a promover o bem-estar das crianças e a melhorar a sua interação com o mundo. Desta forma, podemos citar algumas das vantagens do relaxamento para as crianças:

- Acalmar a mente e o corpo: O relaxamento ajuda a acalmar a mente e o corpo, permitindo que a criança controle os seus sentimentos.
- Melhorar a concentração: O relaxamento ajuda a aumentar a atenção e a concentração.
- Fortalecer a resiliência emocional: O relaxamento ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade, e a fortalecer a resiliência emocional.
- Desenvolver a consciência corporal: O relaxamento ajuda a desenvolver a consciência corporal e a noção corporal.
- Promover a criatividade: O relaxamento ajuda a promover a criatividade.
- Auxiliar no armazenamento da memória: Uma pequena soneca durante o dia ajuda a armazenar a memória recente.

O relaxamento pode ocorrer de diferentes formas, e no contexto da escola, não é tratado como uma terapia, mas um momento diferenciado para que as crianças possam acalmar-se do agito diário e recuperar suas energias para o restante da rotina, sendo que, por isso, geralmente acontece (ou é indicado) entre uma atividade e outra ou entre os dois turnos, quando se trata da escola de tempo integral.

Existem, no entanto, algumas técnicas de relaxamento para crianças que podem ser iniciadas, geralmente, a partir dos dois anos de idade (não sendo isso

uma regra). No início, pode ser oferecido como um jogo ou brincadeira, mas com o desenvolvimento da criança, pode ser adaptado para técnicas mais estruturadas.

A rede municipal de ensino de Modelo/SC, em sua proposta de Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil, propõe o componente curricular de Relaxamento, que tem o objetivo principal promover o bem-estar das crianças, ajudando-as a se sentirem mais tranquilas, descansadas e concentradas para as atividades. Assim, o relaxamento assume também um caráter pedagógico, e cabe ao docente, portanto, promover uma visão coerente e abrangente deste componente, procurando proporcionar momentos de repouso e recomposição de energias da criança. Como forma de auxílio ao professor, apresenta-se um quadro organizador em que estão elencadas habilidades e sugestões de conteúdos, experiências e situações de aprendizagem, a partir das quais, a rede e os docentes podem inovar, transpor e acrescentar, conforme o contexto local.

Quadro 05 - Organizador Curricular – Componente Curricular Relaxamento – Educação Infantil

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
Relaxamento	<p>Participar de momentos de acolhimento e ambientação no espaço escolar.</p> <p>Desenvolver autoconhecimento e de autocontrole em diferentes situações do cotidiano, mas também como estratégia de preparo e enfrentamento da rotina diária.</p> <p>Acalmar a mente e o corpo por meio de diferentes situações que permitam que a criança controle os seus sentimentos.</p> <p>Melhorar a concentração e aumentar a atenção nas atividades propostas.</p> <p>Fortalecer a resiliência emocional por meio de atividades ou vivências que ajudam a reduzir o estresse e a ansiedade.</p> <p>Desenvolver a consciência corporal por meio de diferentes técnicas que permitam à criança sua noção corporal.</p> <p>Promover a criatividade por meio de situações de aprendizagem em que a criança perceba que existem diferentes formas de pensamento, ação, compreensão e posicionamento diante da realidade.</p> <p>Fortalecer a memória por meio de momentos de repouso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Momentos de acolhida e recepção das crianças; • Utilização da música e vídeos para situações do cotidiano; • Ludicidade; • Autoconhecimento e autocontrole; • Simular situações reais em sala de aula utilizando o relacionamento entre as crianças com elemento de aprendizagem; • Sensações, sentimentos, emoções; • Estratégias, momentos e espaços sensoriais; • Utilização de elementos audiovisuais; • Vivências a atividades que promovam o exercício da resiliência frente a situações vivenciadas pelas crianças; • Corpo e corporeidade; • Criatividade, expressão e movimento; • Estruturação do pensamento e das ações como consequência deste; • Repouso, relaxamento; • Atividades e exercícios de cognição, tais como jogos de encaixe, massinha de modelar, entre outros; • Disciplina e autodisciplina; • Relações saudáveis; • Relações humanas; • Trabalho em equipe, colaboração e cooperação; • Momentos de meditação; • Técnica do mindfulness; • Musicalização;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>e recomposição durante o dia, entre atividades ou entre os turnos escolares.</p> <p>Ampliar a capacidade cognitiva por meio de ação, reflexão, ação em diferentes situações.</p> <p>Desenvolvimento da autodisciplina e da autoconfiança estabelecendo uma relação mais sadia consigo mesma e com as pessoas à sua volta.</p> <p>Agir na escola por meio de ações cooperativas e compreensivas, promovendo um ambiente saudável, amigável e com relações interpessoais construtivas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Momentos de pequenas massagens (se for apropriado no contexto); • Leitura de histórias • Cantigas e brincadeiras calmas; • Diferentes tipos de pinturas e desenhos em que a criança possa expressar seus sentimentos; • Criar um cantinho do relaxamento na sala de aula ou na escola, com recursos apropriados; • Entre outras iniciativas que o professor poderá desenvolver com base na turma e no desenvolvimento desta, considerando a necessidade de contextualizar as experiências vivenciadas com as crianças.

COMPONENTE CURRICULAR: Jiu Jitsu

O jiu-jítsu teve origem cerca de três mil anos antes de Cristo, provavelmente na Índia, onde era praticado por monges budistas. É um esporte de combate e uma arte marcial que foi desenvolvida posteriormente no Japão. Trata-se de uma luta em que o atleta tenta controlar o adversário com golpes, até conseguir imobilizá-lo, usando técnicas de torção ou estrangulamento, que finalizam o combate. Esta é uma arte marcial difícil, porque exige movimentos complexos, rápidos e não são permitidos socos e chutes.

Os praticantes veem no jiu-jítsu não apenas um esporte ou uma forma de defesa pessoal, mas uma filosofia de vida. Isso ocorre porque, além de treinar o corpo, os atletas do jiu-jítsu também treinam a mente, já que a sua prática se baseia em princípios. Um dos seus princípios mais importantes é a humildade.

O nome jiu-jítsu significa “arte suave”, porque é formado pelas palavras “ju”, que significa suavidade, e “jutsu”, que significa arte. O jiu-jítsu brasileiro (Brazilian jiu-jítsu) é um estilo de jiu-jítsu muito respeitado e que tem vários atletas no mundo. Em 1915, o mestre de artes marciais Conde Koma, chegou a Belém do Pará. Em Belém, abriu uma escola de jiu-jítsu, onde deu aulas a Carlos Gracie, filho de um empresário que tinha ajudado Conde Koma em sua mudança para o Brasil. Em 1925, a família Gracie abriu uma academia de jiu-jítsu.

A popularização das Artes Marciais Mistas (MMA - Mixed Martial Arts, em inglês) ajudou a popularizar o jiu-jítsu brasileiro, porque nos eventos mundiais de MMA, o jiu-jítsu era uma das lutas que mais se destacava. No Jiu Jitsu existe uma classificação de faixas, sendo que as cores das faixas são diferentes para atletas com até 15 anos e para atletas a partir dos 16 anos.

O jiu-jitsu pode ser uma atividade muito benéfica para o ambiente escolar, pois ajuda a desenvolver habilidades motoras, a confiança e a autoestima, além de promover a disciplina, o equilíbrio mental e a interação social:

- A prática do jiu-jitsu pode ajudar as crianças a lidar com desafios e superar obstáculos, ganhando confiança em suas habilidades.
- O jiu-jitsu pode ajudar a formar o caráter das crianças e a desenvolver princípios morais.
- A prática do jiu-jitsu pode ajudar a desenvolver a disciplina mental.

- O jiu-jitsu pode ajudar a desenvolver o equilíbrio mental, a interação social, as habilidades motoras, o autoconhecimento e a desenvolver hábitos e um estilo de vida mais saudável.

O jiu-jitsu é uma arte marcial de combate e defesa pessoal que se concentra em imobilizar o adversário. É uma modalidade que pode ser praticada por pessoas de todas as faixas etárias, tipos físicos e classes sociais e por isso, se aplica a realidade escolar. Já existe um projeto de lei que propõe a inclusão do jiu-jitsu como disciplina opcional nas escolas do ensino fundamental.

Segundo a Câmara de Notícias do Senado, o Projeto de Lei 4478/19, inclui a prática do jiu-jitsu como opção nos currículos de todas as séries do ensino fundamental. A proposta é de autoria do senador Chico Rodrigues (DEM-RR) e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Rodrigues afirma que houve melhora no rendimento dos alunos de Roraima depois que o jiu-jitsu passou a ser adotado como disciplina opcional em diversas escolas. “A arte marcial traz benefícios à saúde física, ao equilíbrio mental e à interação social. Também possui potencial para enriquecer o processo educativo”, afirma o Senador.

A Rede Municipal de Ensino de Modelo/SC inclui a prática do Jiu Jitsu no currículo escolar da jornada ampliada na Escola em Tempo Integral para a Educação Infantil, mais especificamente para a Pré-Escola. Assim, é importante que o instrutor dessa atividade esteja também atrelado à escola, de forma que o jiu-jitsu seja trabalho com a devida intencionalidade pedagógica voltada para a formação humana integral.

O quadro a seguir organiza-se em habilidades e uma relação de sugestões de conteúdos, experiências ou situações de aprendizagens, e portanto, apresenta sugestões, que não estão divididas por faixa etária e, por isso, podem e devem ser desdobradas pelo docente em seus planejamentos, ao longo dos dois anos da pré-escola, por meio de um trabalho crítico e responsável, verificando sempre a possibilidade de complementar o disposto neste quadro, ampliando o repertório de aprendizagens, bem como, gradativamente aprofundar as aprendizagens com base no desenvolvimento dos educandos (crianças).

Quadro 06 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jiu-Jitsu – Educação Infantil

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Conhecer o contexto do Jiu-Jitsu para compreendê-lo como um esporte.</p> <p>Compreender a história do Jiu-Jitsu e sua relação nos diferentes contextos em que é desenvolvido, bem como, sua inserção no Brasil.</p> <p>Descrever o que é o Jiu-Jitsu, sua origem e suas principais características.</p> <p>Compreender a importância do Jiu-Jitsu como arte marcial e esporte.</p> <p>Identificar e descrever os principais golpes do Jiu-Jitsu na posição de luta em pé.</p> <p>Compreender a aplicação destes golpes e a importância do domínio destes para a prática do Jiu-Jitsu.</p> <p>Listar as regras básicas do Jiu-Jitsu e compreendê-las bem como entender a consequência no descumprimento destas.</p> <p>Compreender a importância de seguir as regras no Jiu-Jitsu e como elas são aplicadas durante uma luta.</p> <p>Praticar alguns dos golpes básicos do Jiu-Jitsu para desenvolver suas habilidades motoras.</p> <p>Aplicar os conceitos de força e equilíbrio durante a prática.</p> <p>Respeitar tanto os colegas quanto o professor durante a aula e na prática do esporte, estendendo este respeito para além da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Jiu-Jitsu: Origem, história, trajetória pelo mundo, contextos e interação social nos contextos em que é praticado; • Introdução do esporte no Brasil; • Finalidades deste esporte e principais características; • Arte marcial; • Esporte; • Golpes básicos e movimentos deste esporte; • Semelhanças e diferenças com outras artes marciais; • Vestimenta e adereços para este esporte; • Local onde pode e deve ser praticado este esporte, bem como, necessidades e cuidados com a preparação corporal e do ambiente; • Regras do Jiu-Jitsu; • Habilidades Motoras; • Prática do esporte; • Aplicação teórica e prática dos conceitos básicos durante a prática e no contexto deste esporte; • Respeito, cidadania e outros valores inerentes à prática deste e de outros esportes; • Disciplina corporal e intelectual; • Bem-estar humano e social, bem como, estilos de vida saudáveis; • Apresentar aos alunos duas situações que envolvam o Jiu-Jitsu, como por exemplo, um atleta que usa um golpe de Jiu-Jitsu para se defender em uma situação de perigo ou uma luta de Jiu-Jitsu em um campeonato;

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Dominar e reforçar cotidianamente os conceitos de disciplina e respeito que são fundamentais no Jiu-Jitsu.</p> <p>Adotar estilos de vida saudáveis para melhor conviver consigo e em sociedade.</p> <p>Desenvolver o autoconhecimento, autocontrole, imagem positiva de si e do outro.</p> <p>Conhecer exemplos de atletas famosos de Jiu-Jitsu ou de MMA que são conhecidos por suas habilidades em Jiu-Jitsu, como Royce Gracie e Demian Maia.</p> <p>Conhecer e identificar a estrutura de faixas e classificações dentro do esporte.</p> <p>Conhecer como ocorrem as lesões neste esporte e como podem ser evitadas, bem como, suas consequências.</p> <p>Aprender as posturas e posicionamentos adequados para a prática do esporte, de forma que seja executado em sua perfeição e sem lesões.</p> <p>Compreender que é importante realizar aquecimento antes da prática esportiva, bem como, reconhecer a necessidade e a relevância da constância das atividades físicas para a saúde humana.</p> <p>Desenvolver a cooperação como forma inteligente de resolução de conflitos, bem como, possibilidade de atingir melhores resultados em equipes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Questionar aos educandos o que eles acham que é necessário para ser bem-sucedido em diferentes situações; • Nas situações escolares reforçar a relação e interdisciplinaridade que o Jiu-Jitsu tem com outros esportes, principalmente com outras artes marciais; • Mostrar exemplos de atletas famosos que são conhecidos por suas habilidades • Compartilhar algumas curiosidades sobre o Jiu-Jitsu; • Faixas e classificações dentro do esporte; • Lesões dentro do Jiu-Jitsu; • Postura e posicionamento; • Fazer a ligação entre as atividades práticas realizadas e a teoria apresentada no início da aula; • O professor sempre deve pedir aos alunos que compartilhem suas reflexões, perguntas ou dúvidas com a turma; • Cooperação X Competição; • Utilizar diferentes materiais e recursos didáticos para a execução das aulas deste esporte de forma a apresentá-lo de maneira mais completa possível aos educandos; • O professor deve explicar como o conhecimento adquirido sobre o Jiu-Jitsu pode ser aplicado no dia a dia dos alunos; • Reforçar que as habilidades físicas desenvolvidas no Jiu-Jitsu, como a força, a flexibilidade e o equilíbrio, podem contribuir para a saúde e bem-estar dos alunos; • Importância do aquecimento e da constância na prática dos esportes.

Educação Infantil – PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Reconhecer e aplicar os conhecimentos do Jiu-Jitsu no dia a dia na escola e na vida, com responsabilidade, ética e respeito coletivo.</p> <p>Exercitar a prática deste esporte na escola, bem como, participar de iniciativas na escola e na comunidade como forma de ampliar a prática, divulgar e mostrar sua importância para o desenvolvimento humano.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Meio Ambiente

A Educação Ambiental é um processo contínuo e permanente de formação dos públicos e tem o papel de desenvolver conhecimentos e informações sobre as questões ambientais; sensibilizar as pessoas a respeito dos problemas ambientais e fazê-las entender que elas fazem parte da solução desses problemas; estimular a iniciativa e o senso de responsabilidade para a construção de um futuro melhor; capacitar; qualificar; emancipar; empoderar; mobilizar as pessoas; e contribuir com a formação de sujeitos críticos, cientes do seu papel de cidadãos, capazes de refletir sobre a sua realidade, e estimulados a atuar no enfrentamento dos problemas socioambientais e intervir de forma qualificada na gestão ambiental da sua cidade, do seu estado e do seu país.

A Educação Ambiental deve buscar uma perspectiva holística, que relacione o homem e a natureza. O ser humano, em todas as suas ações, de alguma forma afeta o meio ambiente, por isso deve ter ciência da sua responsabilidade em zelar por ele.

Segundo a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

A Educação Ambiental está prevista na nossa Constituição Federal, de 1988, portanto é um direito humano fundamental do cidadão brasileiro, considerando que ela contribui diretamente para a proteção do meio ambiente e para a promoção da cidadania e da dignidade das pessoas.

Artigo 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; [...]

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, instituídas pela RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Desta forma, compreende-se que a Educação Ambiental, assegurada pela legislação, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, integrante do rol de Temas Contemporâneos Transversais da BNCC, deve ser focada nos sujeitos da comunidade escolar e na sua relação com o ambiente local e seu entorno, a qual reverbera nas demais dimensões escolares. Mesmo que as Diretrizes Curriculares Nacionais orientem que a mesma não seja instituída como um componente curricular em específico, esta é uma escolha da comunidade local, e portanto, isso não retira da escola a responsabilidade de tratar o tema transversalmente, nem os demais componentes curriculares de abordarem a temática em seus currículos.

Ainda é importante considerar que o estudo dos temas de Meio Ambiente no âmbito escolar está amparado, sobretudo, na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), no Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que fixaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. O artigo 2º da PNEA ressalta que: Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A justificativa de uma educação para o ambiente se dá pela crescente perda da qualidade e da degradação ambiental, além do comprometimento da preservação da vida. Esse alerta serviu para o reconhecimento do papel da educação ambiental na formação e na mobilização dos sujeitos, no resgate de valores e na ação social

comprometidos com toda a forma de vida; é, por conseguinte, uma educação para a sustentabilidade socioambiental (Santa Catarina, 2019).

A Educação Ambiental trata da educação para o ambiente, e o agente ativo nesse processo é o ser humano. Educar significa obter conhecimento, que pode ser construído pelas experiências, pela aceitação, pela razão e pela experimentação. O sentido de educar é instruir para o mundo, para si e para os outros. Nesse sentido, a educação como processo visa promover, nas pessoas, o desenvolvimento de habilidades intelectuais para assimilação de dados e de informações na geração de conhecimento de forma integrada, para apropriarem-se e mudarem comportamentos. esperança de algo que vai mudar de forma positiva, para melhor. (Santa Catarina, 2019, --)

A Educação Ambiental pode ser trabalhada em todos os componentes curriculares por meio dos pressupostos pedagógicos do cuidado, da integridade e do diálogo. O cuidado visa promover a empatia e a alteridade. A integridade une o que se planeja e o que se faz; sem fuga dos objetivos. Na Rede Municipal de Ensino de Modelo/SC essa temática foi transformada em componente curricular da jornada ampliada da Escola em Tempo Integral intitulado como Meio Ambiente, para as crianças da Pré-Escola I e II, na Educação Infantil.

A Educação Ambiental pode ser inserida no planejamento docente por meio de ações que desenvolvam a interação e promovam, aos estudantes, a formação humana e integral em diversas esferas da atividade humana. Além do prescrito para este componente curricular em seu Quadro Organizador de Habilidades e Conteúdos, é importante que o professor utilize de sua autonomia para incrementar ao processo, saberes, questionamentos, temas de interesse local e regional, bem como, os desafios que o contexto apresenta em determinados tempos e espaços.

Destaca-se que o foco está no estudante como sujeito crítico e ativo, de forma que este compreenda a realidade catarinense, a sua relação e a do outro como agentes do ambiente, visando construir valores e atitudes socioambientais para a sustentabilidade. As temáticas são variadas, mas conectadas aos fenômenos sociais e naturais próximas da realidade do estudante e, conseqüentemente, das demais escalas espaciais. (Santa Catarina, 2019, --)

Em se tratando do espaço escolar, pode-se afirmar que as questões socioambientais perpassam por todos os níveis de conhecimento, e que, quando o “saber e o “saber fazer” acontecem, o processo educacional se efetiva como propósito da BNCC. No currículo escolar, o componente Meio Ambiente é responsável por proporcionar às crianças e a coletividade, por meio da educação ambiental e seus processos, os valores sociais, conhecimentos, habilidades,

atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Quadro 07 - Organizador Curricular – Componente Curricular Meio Ambiente – Educação Infantil

Educação Infantil - PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS/EXPERIÊNCIAS
<p>Desenvolver o conceito de ambiente e meio ambiente, nas mais diversas nuances em que pode ser considerado, utilizando a bibliografia e os recursos necessários para uma compreensão abrangente;</p> <p>Compreender e identificar a diferença, bem como as inter-relações entre ambiente natural, artificial e cultural;</p> <p>Participar de dinâmicas que envolvam o conceito e com isso elaborar observações de campo que possam colaborar na compreensão da educação ambiental;</p> <p>Observar o contexto e construir diagnósticos juntamente com os colegas e professores, com as principais problemáticas ambientais e possibilidades de resolução ou intervenção;</p> <p>Reconhecer as habilidades socioemocionais que envolvem a convivência humana e exercitar a construção de consensos e evitar bem como, contrapor quaisquer tipos de violências;</p> <p>Conhecer a segurança alimentar e nutricional buscando incorporá-la aos hábitos cotidianos; Identificar, rechaçar e propor medidas para todas as formas de discriminações de todos os tipos, no sentido de extingui-las;</p> <p>Trazer à tona experiências individuais e coletivas que possam ser significativas em relação a questões ambientais, considerando os diferentes significados de meio ambiente;</p> <p>Realizar tarefas e ações interdisciplinares nos diferentes campos de experiências, com mediação de professores, a partir desse conceito de meio ambiente;</p> <p>Propor atividades que possam interagir com a comunidade escolar na preservação e manutenção da qualidade de vida nos diferentes ambientes, sociais e naturais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de ambiente e meio ambiente; • Relações humanas e outros tipos de relações; • Inter-relação; • Diferentes tipos de inter-relações; • Aspectos natural, artificial e cultural; • Observação de campo; • Educação ambiental; • Diagnósticos – formas de fazer diagnósticos; • Problemáticas ambientais em todos os tipos de ambientes; • Resolução e intervenção – conceitos e práticas; • Características socioemocionais; • Violências em suas diversas formas de expressão; • Segurança alimentar e nutricional; • Hábitos cotidianos saudáveis e não saudáveis; • Discriminação, preconceito, racismo; • Questões ambientais; • Ação conjunta escola e sociedade; • Cooperação e colaboração; • Qualidade de vida • Sustentabilidade; • Fome e outros problemas planetários; • Cuidados com a Terra;

Educação Infantil - PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS/EXPERIÊNCIAS
<p>Desenvolver ideias e iniciativas que contribuam para uma sociedade mais sustentável e a diminuição da fome no planeta;</p> <p>Propor a formação de uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros;</p> <p>Fortalecer uma mentalidade centrada no meio ambiente e na qualidade da vida em todas suas formas de expressão;</p> <p>Aprender o que é poluição e como a mesma é produzida, identificando possibilidades de minimização na escola e na família;</p> <p>Sugerir propostas de ações concretas da preservação do meio ambiente na escola, nas casas das crianças e nos espaços coletivos do contexto local;</p> <p>Desenvolver aprendizagem e compreensão da metodologia dos 5R: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Recusar e Reciclar de forma lúdica a partir das experiências desenvolvidas na educação infantil;</p> <p>Desenvolver ideias de reaproveitamento de materiais com base na metodologia proposta pelos 5R da Sustentabilidade;</p> <p>Valorizar a presença e realizar o cultivo de plantas no ambiente da escola que possam colaborar com a melhoria do ambiente;</p> <p>Realizar e sugerir atividades sustentáveis no cotidiano da escola;</p> <p>Praticar relações sociais solidárias e cooperativas para a melhoria do ambiente em que vive;</p> <p>Despertar, por meio de atividades lúdicas e brincadeiras, para a importância dos recursos naturais para a vida e para a vida das outras formas de vida (construção de observatórios do</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidados com e entre as pessoas; • Valores pessoais e comunitários; • Poluição; • Efeitos da poluição; • Metodologia dos 5R; • Repensar, Reduzir, Reutilizar, Recusar e Reciclar; • Democracia e vida em sociedade; • Cultivo e cuidado com plantas e animais; • Ações sociais e solidárias; • Cooperação X competição; • Comunidade planetária; • Falta de acesso aos bens básicos; • Escassez de recursos naturais e de dignidade humana; • Produção e consumo consciente e sustentável; • Padrões de vida; • Vivências grupais; • Impactos ao meio ambiente; • Liberdade de expressão; • Agressões ao meio ambiente; • Desperdício; • Reaproveitamento (5R); • Gerações humanas e aprendizagens, valores e experiências;

Educação Infantil - PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS/EXPERIÊNCIAS
<p>bioma que se situem no entorno da escola (mangues, arroios, rios, matas, jardins; programar passeios coletivos em ambientes livres: bosque, linha de praia, dunas, áreas gramadas...);</p> <p>Sensibilizar-se para oportunidades de reflexão e tomada de decisão sobre produção e do consumo consciente e sustentável;</p> <p>Apropriar-se e utilizar de jogos dinâmicos e vivências grupais na construção de conhecimento;</p> <p>Utilizar a internet e as redes sociais para ampliar o acesso a informações e para produção de conhecimentos;</p> <p>Desenvolver a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão com elementos da natureza sem agressão ao meio;</p> <p>Identificar, compreender e praticar o consumo consciente ao propor atividades que envolvam a reutilização e a troca de brinquedos, rodízio de livros, desperdício de alimentos, o reaproveitamento da água;</p> <p>Ampliar a imaginação, desenvolvimento de valores e valorização do meio ambiente por meio da leitura e interpretação de histórias relacionadas ao meio ambiente, à fauna e flora;</p> <p>Experienciar atividades relacionadas à alimentação saudável e consciente no entorno de uma horta pedagógica – tanto no período de cultivo quanto de colheita;</p> <p>Integrar-se com outras crianças e com adultos por meio de um ambiente favorável e atividades lúdicas, prazerosas, como o piquenique coletivo e ou outras inúmeras possibilidades;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos da natureza; • Entre outros.

Educação Infantil - PRÉ I e PRÉ II	
HABILIDADES	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS/EXPERIÊNCIAS
Vivenciar momentos intergeracionais para o reconhecimento de que o meio em que vive é uma construção histórica e social; Experimentar e refletir sobre vivências com elementos da natureza: terra, fogo, água e ar.	

MATRIZ CURRICULAR, COMPONENTES CURRICULARES E QUADROS ORGANIZADORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

A Matriz Curricular do Ensino Fundamental no Programa Escola em Tempo Integral foi aprovada pela Resolução Nº. 001/2023 novembro de 2023, e se constitui da seguinte forma:

ENSINO FUNDAMENTAL	Nº DE AULAS SEMANAIS
BASE NACIONAL COMUM	
LÍNGUA PORTUGUESA	05 aulas
MATEMÁTICA	05 aulas
GEOGRAFIA	02 aulas
HISTÓRIA	02 aulas
CIÊNCIAS	02 aulas
ENSINO RELIGIOSO	01 aula
EDUCAÇÃO FÍSICA	03 aulas
ARTES	02 aulas
PARTE DIVERSIFICADA	
LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS	01 aula
PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	01 aula
INFORMÁTICA	01 aula
JORNADA AMPLIADA	
INFORMÁTICA BÁSICA	04 aulas
INGLÊS	01 aula
JOGOS DESPORTIVOS E DANÇA	05 aulas
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA (Inteligência Emocional, Musicalização e Horta e jardinagem)	10 aulas
TOTAL	45 aulas

6.1.3.2 Descrição dos Componentes Curriculares da Jornada Ampliada do Ensino Fundamental

COMPONENTE CURRICULAR: Informática Básica

No município de Modelo/SC a Informática já é um componente do currículo da jornada regular na Pré-Escola e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino. No entanto, com a implementação da Escola em Tempo Integral, foram adicionadas mais aulas de Informática no currículo da jornada ampliada no ensino fundamental, chamando o componente de Informática Básica. Desta forma, torna-se oportuno trazer o Complemento Computação da BNCC para este espaço da Informática Básica, conforme detalharemos a seguir, já que o

mesmo não foi parâmetro para a organização do componente similar da jornada regular.

Tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 2/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União em 3 de outubro de 2022 e a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022 que dispõe as Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC, as redes de ensino deverão adequar seus currículos de forma a implantar na rede a Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de forma Transversal ao Currículo ou em formato Disciplinar, cabendo a discussão e decisão aos gestores locais, professores e ao Conselho Municipal de Educação.

Em conformidade com a legislação supracitada e observados os Arts. 12, 13, 14 e 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundos os quais cabe aos Estados, Municípios e o Distrito Federal estabelecerem parâmetros e abordagens pedagógicas de implementação da Computação na Educação Básica, o currículo da Computação deve considerar as tabelas de competências e habilidades constantes do referido complemento da BNCC, devendo o mesmo passar a integrar o referencial curricular da rede de ensino, como no caso de Modelo/SC a Proposta Curricular Municipal. Com base na atualização da Proposta Curricular, as Unidades Escolares deverão atualizar imediatamente seu Projeto Político Pedagógico, fazendo constar as atualizações aqui referidas.

Em Modelo/SC, portanto, este anexo da Computação conforme estipulado na BNCC foi colocado em prática de forma disciplinar, com o nome de Informática na jornada regular e como Informática Básica na jornada ampliada, devendo as mesmas ser trabalhadas em complementaridade para os alunos que frequentam a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental.

Em conformidade com o Guia de Implementação da Computação na Educação Básica, as redes de ensino deverão prover:

- Formação Continuada para o desenvolvimento dos saberes docentes para o ensino de Computação na Educação Básica antes do início do trabalho deste complemento com os discentes, considerando que a maioria dos professores não obteve formação inicial na área, de forma que o trabalho transversal aconteça coerentemente, desenvolvendo as habilidades e competências previstas;

- Infraestrutura adequada para atendimento às Escolas da Rede de Ensino com atendimento e apoio à professores e estudantes. A estrutura deverá observar e garantir a expansão gradativa de forma que a computação consiga atingir as premissas e competências estipuladas para cada nível de ensino;
- Apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos compatíveis com as tabelas de competências e habilidades exigidas;
- Apoio ao desenvolvimento de planejamentos coletivos considerando as tabelas de competências e habilidades da Computação e assessoramento pedagógico aos professores para a implementação e continuidade do Ensino de Computação na Educação Básica na Rede Municipal de Ensino.

A Computação, neste caso entendida e abordada como Informática Básica permite vivenciar e explorar o mundo por meio de múltiplas formas, tendo em vista, diferentes dispositivos tecnológicos. Interação, amplificação, redução e contraste; são muitas as possibilidades educativas partindo da ludicidade estabelecida na BNCC para a infância (que também se faz presente no Ensino Fundamental). Considerando o disposto nas normas referidas, as competências e habilidades aqui dispostas apresentam um contínuo de complexidade e abordagens correlatas às etapas de desenvolvimento, tendo por base, no Ensino Fundamental, premissas como da *Compreensão da Computação e seus modos de explicação de experiências, artefatos e impactos na realidade social, no meio ambiente, na economia, na ciência, nas artes.*

Os Anos Iniciais sugerem conceitos relacionados ao desenvolvimento de aspectos que paulatinamente propiciem a compreensão de estruturas abstratas que serão utilizadas para interação e manipulação de dados, informações e resolução de problemas. As práticas nacionais indicam diferentes possibilidades de fazê-lo, seja por meio de uso mais frequente de artefatos digitais e computadores, seja por meio de atividades lúdicas, computação desplugada, construção de games. O desenvolvimento gradual e consistente deve favorecer noções básicas de algoritmo e manipulação de dados usando diferentes linguagens, inclusive visual. Espera-se que o domínio técnico de construção de algoritmos (composição sequencial, seleção e repetição) e noções de decomposição de problemas ocorram, posteriormente, entre o Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio.

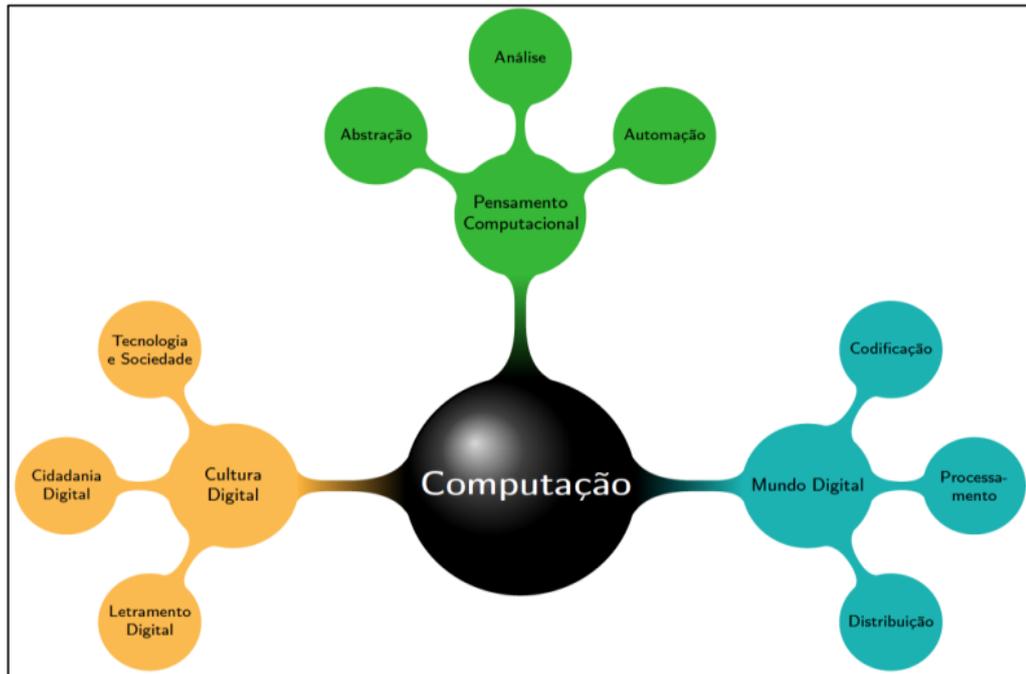
Nos Anos Iniciais da Educação Básica, é fundamental que experiências concretas permitam a construção de modelos mentais para as abstrações computacionais que serão formalizadas nos Anos Finais, sobretudo com linguagens de programação. Por isso é importante que o Pensamento Computacional ocorra, mesmo que de forma desplugada (sem uso de computadores) nos Anos Iniciais.

O conjunto de habilidades computacionais a serem desenvolvidas na Educação Básica esta organizada em 3 eixos, conforme apresentado:

1. Pensamento Computacional: refere-se à habilidade de compreender, analisar definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, através do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento.

2. Mundo Digital: envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (como computadores, celulares, tablets) e como virtuais (como a internet, redes sociais e nuvens de dados). Compreender o mundo contemporâneo requer conhecimento sobre o poder da informação e a importância de armazená-la e protegê-la, entendendo os códigos utilizados para a sua representação em diferentes tipologias informacionais, bem como as formas de processamento, transmissão e distribuição segura e confiável.

3. Cultura Digital: envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea; bem como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas.



Para o Ensino Fundamental, o Anexo BNCC – Computação prevê o desenvolvimento das seguintes competências:

- Compreender a Computação como uma área de conhecimento que contribui para explicar o mundo atual e ser um agente ativo e consciente de transformação capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos.
- Reconhecer o impacto dos artefatos computacionais e os respectivos desafios para os indivíduos na sociedade, discutindo questões socioambientais, culturais, científicas, políticas e econômicas.
- Expressar e partilhar informações, ideias, sentimentos e soluções computacionais utilizando diferentes linguagens e tecnologias da Computação de forma criativa, crítica, significativa, reflexiva e ética.
- Aplicar os princípios e técnicas da Computação e suas tecnologias para identificar problemas e criar soluções computacionais, preferencialmente de forma cooperativa, bem como alicerçar descobertas em diversas áreas do conhecimento seguindo uma abordagem científica e inovadora, considerando os impactos sob diferentes contextos.
- Avaliar as soluções e os processos envolvidos na resolução computacional de problemas de diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de construir argumentações coerentes e consistentes, utilizando conhecimentos da

Computação para argumentar em diferentes contextos com base em fatos e informações confiáveis com respeito à diversidade de opiniões, saberes, identidades e culturas.

- Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva.
- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, identificando e reconhecendo seus direitos e deveres, recorrendo aos conhecimentos da Computação e suas tecnologias para tomar decisões frente às questões de diferentes naturezas.

É importante reconhecer que para desenvolver as competências delineadas para esta área do conhecimento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverão ser desenvolvidas as habilidades da Computação, organizadas no Quadro Organizador Curricular por ano/série que acompanha o Anexo BNCC – Computação, podendo o mesmo servir como elemento de reflexão e aprimoramento em contexto local, através do planejamento responsável e crítico dos educadores.

Quadro 08 - Organizador Curricular – Componente Curricular Informática Básica – Anos Iniciais

ANOS INICIAIS – 1º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	Organização de objetos	(EF01CO01) Organizar objetos físicos ou digitais considerando diferentes características para esta organização, explicitando semelhanças (padrões) e diferenças.	Objetos de um mesmo conjunto podem ser organizados e agrupados de diferentes maneiras, enfatizando as características desejadas. A organização adequada pode facilitar a busca por um objeto específico dentro deste conjunto.	O professor pode pedir que os alunos organizem um conjunto de personagens por gênero, cor dos olhos, idade, tamanho, nacionalidade etc. Também pode sugerir que os alunos organizem um conjunto de figuras geométricas por cor, portipo de figura, por tamanho das figuras etc.
	Conceituação de Algoritmos	(EF01CO02) Identificar e seguir sequências de passos aplicados no dia a dia para resolver problemas.	O objetivo é que os alunos possam identificar passos que fazem parte da execução de uma tarefa, bem como seguir uma sequência de passos para realizar uma tarefa (resolver um problema).	O professor pode fornecer sequências de passos para resolver problemas como construir origamis simples, seguir caminhos, executar uma receita, construir figuras com Tangram, entre outros, e solicitar que os alunos as executem.
		(EF01CO03) Reorganizar e criar sequências de passos em meios físicos ou digitais, relacionando essas sequências à palavra 'Algoritmos'.	Ao explicar para alguém como realizar uma tarefa (resolver um problema), se está criando um algoritmo. Esses algoritmos podem ser construídos a partir de um conjunto de passos desordenados, onde o aluno deve identificar a sequência em que esses passos devem ser executados, ou podem ser construídos partindo do zero, na qual esses passos também devem ser determinados, além da sequência desses. Pode-se usar linguagem textual, oral ou pictográfica	O professor pode fornecer imagens que descrevem os passos para construir um objeto usando peças do tipo 'Lego' e solicitar que os alunos as organizem em uma sequência que permita construir o objeto. Ou ainda, o professor pode solicitar que os alunos expliquem, oralmente ou através de sequências de desenhos, como se joga esconde-esconde ou qualquer outro tipo de jogo.

ANOS INICIAIS – 1º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			para descrever os passos de um algoritmo.	
MUNDO DIGITAL	Codificação da informação	(EF01CO04) Reconhecer o que é a informação, que ela pode ser armazenada, transmitida como mensagem por diversos meios e descrita em várias linguagens.	O objetivo é fazer com que o aluno compreenda o conceito de informação, que uma mesma informação pode ser descrita de diversas formas (usando linguagem oral, imagens, sons etc.) e que tal descrição pode ser armazenada e transmitida. Por exemplo, a informação sobre a existência de um cachorro pode ser representada como uma imagem ou como o som de seu latido, que pode ser transmitida repassando a folha com a imagem para outra pessoa ou reproduzindo o som para outra pessoa (como na brincadeira telefone sem fio) e depois pode ser armazenada em uma pasta ou gravação.	Transmitir uma palavra por 'telefone sem fio', enviar um desenho para um colega, gravar uma mensagem de áudio e reproduzi-la para um colega, entre outros.
		(EF01CO05) Representar informação usando diferentes codificações.	Compreender o conceito de representação é um passo importante para a compreensão de como computadores representam as informações e simulam comportamentos, além de ser habilidade importante para o desenvolvimento e uso de abstrações.	Mostrar que ao pintar as áreas de uma imagem com cores pré-definidas (codificação) uma imagem é recuperada (informação) ou mostrar a relação de uma música com suas notas musicais.

ANOS INICIAIS – 1º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			Um algoritmo executado por um computador opera dados representados de maneira simbólica. Por exemplo, uma imagem pode ser representada por uma grade formada por pequenos quadrados (pixels), cada qual com um número que representa sua cor (por exemplo, 0 branco e 1 preto). Sons podem ser representados por notas musicais etc.	
CULTURA DIGITAL	Uso de artefatos computacionais	(EF01CO06) Reconhecer e explorar artefatos computacionais voltados a atender necessidades pessoais ou coletivas.	Esta habilidade tem como proposta a identificação e exploração de tecnologias físicas ou digitais, como por exemplo computador, tablets, brinquedos eletrônicos, ferramentas do cotidiano (martelo, alavancas, rampa).	O professor poderá utilizar um jogo educacional em ferramentas como computador, tablet, mesas interativas, celular, em que os alunos possam experimentar seus recursos.
	Segurança e responsabilidade no uso de tecnologia computacional	(EF01CO07) Conhecer as possibilidades de uso seguro das tecnologias computacionais para proteção dos dados pessoais e para garantir a própria segurança.	Esta habilidade propõe que o aluno possa refletir sobre a importância de resguardar dados pessoais como nome, endereço, idade, onde estuda, quando da utilização de tecnologias como celular, tablets, em que não se pode compartilhar essas informações com qualquer pessoa.	Professor poderá fazer um jogo de imagens de dispositivos como celular, tablet, computador dentre outros em que os alunos precisam apresentar o que as pessoas fazem com essas tecnologias. Assim, o professor poderá destacar os cuidados quando usamos esses dispositivos.

ANOS INICIAIS – 2º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	Modelagem de objetos	(EF02CO01) Criar e comparar modelos (representações) de objetos, identificando padrões e atributos essenciais.	Um modelo é construído ao se identificar características essenciais de objetos. Modelos são importantes para classificar objetos e a escolha das características define os agrupamentos.	O professor pode distribuir um conjunto de imagens de veículos como motos, bicicletas, automóveis, trens, aviões, caminhões, helicópteros, jet-skis, barcos a vela, lanchas etc., e solicitar que os alunos agrupem as imagens dos veículos que voam ou que possuem rodas, ou ainda os que possuem motor, entre outras características. Chamar a atenção de que diferentes características podem gerar diferentes agrupamentos.
	Algoritmos com repetições simples	(EF02CO02) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, construídos como sequências com repetições simples (iterações definidas) com base em instruções preestabelecidas ou criadas, analisando como a precisão da instrução impacta na execução do algoritmo.	Usar linguagem oral, textual ou pictográfica para descrever algoritmos, percebendo a importância de descrevê-los com precisão para que possam ser executados por outras pessoas (ou máquinas). Os algoritmos aqui devem ser descritos através de sequências de instruções (preestabelecidas ou criadas pelos alunos) que podem ser repetidas um determinado número de vezes. Os ciclos de repetição devem ser simples, isto é, não devem conter outros ciclos.	Os alunos podem construir algoritmos com conjuntos de instruções pré-definidas, como ações para avançar, virar à direita, virar à esquerda, bem como definir seus próprios conjuntos de instruções. Para descrever a tarefa de andar 10 passos, virar a esquerda e andar mais 5 passos, pode-se definir o seguinte algoritmo: 'Ande um passo 10 vezes; vire à esquerda; e ande um passo 5 vezes'

ANOS INICIAIS – 2º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
MUNDO DIGITAL	Instrução de máquina	(EF02CO03) Identificar que máquinas diferentes executam conjuntos próprios de instruções e que podem ser usadas para definir algoritmos.	Para compreender o funcionamento dos computadores, é importante entender que uma máquina disponibiliza um conjunto de instruções (as operações) que, se realizadas em uma dada sequência (algoritmo), produzem algum resultado.	Nesta etapa, o aluno poderia começar a identificar que alguns conjuntos de instruções bem definidos (operações aritméticas simples de uma calculadora, operações de dobradura etc.) podem ser usados em sequências bem definidas para produzir coisas (o cálculo de uma expressão simples, um origami etc.).
	Hardware e software	(EF02CO04) Diferenciar componentes físicos (hardware) e programas que fornecem as instruções (software) para o hardware.	O objetivo da habilidade é mostrar aos alunos que em seu cotidiano existem dispositivos físicos (celulares, computadores, calculadoras, máquinas de costura etc.) que são controlados por algo que segue uma sequência de passos lógicos (um App do celular, uma pessoa como calculadora, uma costureira) etc.	Pode-se utilizar dispositivos do cotidiano do aluno para diferenciar o dispositivo físico (hardware) daquilo que o controla (software).
CULTURA DIGITAL	Uso de artefatos computacionais	(EF02CO05) Reconhecer as características e usos das tecnologias computacionais no cotidiano dentro e fora da escola.	A proposta nessa habilidade é que o aluno verifique as diferentes características das tecnologias de informação e comunicação, identificando como funcionam, principais aspectos, bem como reconhecendo os diferentes usos no dia a dia das pessoas dentro e fora da escola.	O professor pode apresentar imagens de diferentes tecnologias (celular, tablets, computador, dentre outros) destacando características de cada uma delas como tamanho, tipos, bem como diferentes usos do no seu cotidiano, celular para ligações, acessar informações, computador para trabalhar com documentos, produzir conteúdo, dentre outros.

ANOS INICIAIS – 2º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
				Criar um portfólio de tecnologias com imagens de tecnologias;
	Segurança e responsabilidade no uso de tecnologia computacional	(EF02CO06) Reconhecer os cuidados com a segurança no uso de dispositivos computacionais.	Nesta habilidade temos a perspectiva de trazer um panorama sobre os cuidados com a segurança ao usar dispositivos como celular, tablets, computadores dentre outros (roubo de dados em dispositivos físicos, rastro de dados online quando da utilização de jogos por exemplo etc.).	O professor poderá criar um portfólio com alguns cuidados ao jogar nos dispositivos como celular, tablets.

ANOS INICIAIS – 3º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	Lógica computacional	(EF03CO01) Associar os valores 'verdadeiro' e 'falso' a sentenças lógicas que dizem respeito a situações do dia a dia, fazendo uso de termos que indicam negação.	As sentenças lógicas são sentenças declarativas que representam a constatação de um fato pelo emissor, podendo ser afirmativas ou negativas. Quando se faz uma declaração, ela pode ser "verdadeira" ou "falsa". Esses termos definem os possíveis valores (verdade) para as sentenças lógicas. Comparações de tamanho, peso ou cor de objetos tem como resultado um valor lógico ("verdadeiro" ou "falso"). O valor de uma sentença lógica pode ser modificado usando a operação de negação, indicada por termos como NÃO e NÃO É VERDADE QUE.	O professor pode apresentar diferentes sentenças lógicas e solicitar que os alunos determinem seus valores verdade, como por exemplo: Cinco é maior que seis. (Falso) Cinco NÃO é maior que seis. (Verdadeiro) A raiz é uma das partes de uma planta. (Verdadeiro) A raiz NÃO é uma das partes de uma planta. (Falso)
	Algoritmos com repetições condicionais simples	(EF03CO02) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências e repetições simples com condição (iterações indefinidas), para resolver problemas de forma independente e em colaboração.	Os algoritmos aqui devem ser descritos através de sequências de instruções que podem ser repetidas um número de vezes que não é conhecido de antemão. Nestes casos, esta repetição é controlada por alguma condição (sentença lógica). Os ciclos de repetição devem ser simples, isto é, não devem conter outros ciclos.	Os alunos podem construir algoritmos com conjuntos de instruções como ações para avançar, virar à direita, virar à esquerda. Para descrever a tarefa de andar em um tabuleiro até encontrar um obstáculo, pode-se definir o seguinte algoritmo: "Enquanto a próxima posição estiver vazia, ande um passo". Nesse exemplo, o número de vezes em que a ação "andar um passo" será repetida é determinado pelo valor lógico da sentença "a próxima posição está vazia". Caso o

ANOS INICIAIS – 3º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
				valor seja "verdadeiro", o ciclo de repetição continua, caso contrário ele será interrompido.
	Decomposição	(EF03CO03) Aplicar a estratégia de decomposição para resolver problemas complexos, dividindo esse problema em partes menores, resolvendo-as e combinando suas soluções.	Decomposição é uma das principais técnicas de resolução de problemas, na qual um problema é dividido em subproblemas, os quais são resolvidos independentemente, e cujas soluções são combinadas para construir a solução do problema original. Algumas vantagens da decomposição são: permitir uma melhor organização e visualização do problema e da solução; facilitar o trabalho em grupo; permitir que possamos reutilizar as soluções dos subproblemas em outros problemas.	Criar uma receita (algoritmo) que descreva a tarefa (problema) de preparar o café da manhã, pode-se dividir essa tarefa em duas etapas (subproblemas): preparar o café e fazer um sanduíche. Cada etapa pode ser descrita por receitas independentes, criadas pela mesma pessoa ou pessoas diferentes. A solução do problema inicial é obtida combinando as duas receitas (algoritmos). Uma possível combinação é realizar todos os passos da receita do sanduíche e depois todos os passos da receita do café. Outra combinação poderia intercalar os passos das duas receitas, podendo, por exemplo, iniciar aquecendo a água para o café, após preparar o sanduíche e por fim terminar o café.
MUNDO DIGITAL	Codificação da informação	(EF03CO04) Relacionar o conceito de informação com o de dado.	Para que um computador possa armazenar, transmitir ou manipular uma informação é preciso processá-la e representá-la como um conjunto de dados	Pode-se mostrar exemplos de dados que individualmente não possuem significado relevante, mas que, em conjunto, definem alguma informação.

ANOS INICIAIS – 3º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			(símbolos). A habilidade trabalha a diferença entre esses dois conceitos.	Por exemplo, cada um dos dados de um endereço (tipo e nome do logradouro, CEP, município etc.), em conjunto, definem a informação de um endereço específico, os dados de dia, mês e ano definem uma data específica, as cores de cada pixel, juntas, definem uma imagem etc.
		(EF03CO05) Compreender que dados são estruturados em formatos específicos dependendo da informação armazenada.	A Computação emprega diferentes técnicas para organizar dados de forma estruturada para representar informação. Cada tipo de informação possui uma estratégia de representação. Textos podem ser representados como uma sequência de números decimais, onde cada número representa um caractere (como é feito com o uso da tabela ASCII), uma imagem pode ser representada como uma sequência de números decimais que definem a cor de cada elemento de um reticulado uniforme que divide a imagem (pixel) etc.	Mostrar que para representar informação às vezes é necessário combinar diferentes tipos de dados. A informação sobre uma data pode ser recuperada pelo processamento de uma composição de dados de um dia, de um mês e de um ano em uma determinada ordem. Imagens podem ser representadas por composições de cores em determinados pontos (pixels) etc.
	Interface física	(EF03CO06) Reconhecer que, para um computador realizar tarefas, ele se comunica com o mundo exterior com o uso de	É importante entender que o computador se comunica com o mundo exterior com dispositivos físicos próprios. Alguns dos dispositivos permitem fornecer informações para os computadores, os	Exemplificar os diferentes tipos de dispositivos de entrada (teclado, mouse, microfone, sensores, antena etc.) e de dispositivos de saída (monitor, alto-falante, impressora etc.)

ANOS INICIAIS – 3º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
		interfaces físicas (dispositivos de entrada e saída).	dispositivos de entrada (teclado, mouse, microfone, sensores, antena etc.), enquanto outros permitem que o computador transmita informações para o mundo exterior, os dispositivos de saída (monitor, alto-falante, impressora etc.).	
CULTURA DIGITAL	Uso de tecnologias computacionais	(EF03CO07) Utilizar diferentes navegadores e ferramentas de busca para pesquisar e acessar informações.	Nesta habilidade temos a perspectiva que o aluno possa explorar diferentes navegadores e buscadores, conhecendo aspectos gerais das ferramentas de busca como associação de palavras, as abas em cada um deles, filtros, dentre outros. Além disso, por meio das pesquisas apresentar os cuidados na busca das informações desejadas.	O professor pode solicitar uma pesquisa simples em algum site de escolha do docente, sobre temas como um personagem de desenho animado por exemplo, em que os alunos poderão verificar os diferentes resultados da busca, verificando filtros de pesquisa, testando novas palavras associadas a escolhida primeiramente e assim os diferentes tipos de informação sobre um mesmo assunto.
		(EF03CO08) Usar ferramentas computacionais em situações didáticas para se expressar em diferentes formatos digitais.	O objetivo desta habilidade é que o aluno possa explorar diversas ferramentas computacionais como jogos educacionais, programas de animação, ferramentas de desenho dentre outros, expressar ideias.	O professor poderá utilizar uma ferramenta de desenho para os alunos criarem uma figura que represente suas férias ou algum evento importante.
	Segurança e responsabilidade no uso da tecnologia	(EF03CO09) Reconhecer o potencial impacto do compartilhamento de	A proposta nesta habilidade é que o aluno possa identificar alguns dos principais impactos de compartilhar	O professor poderá apresentar um caso em que foram utilizados dados roubados de pessoas, solicitando aos

ANOS INICIAIS – 3º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
		informações pessoais ou desejos pares em meio digital.	informações pessoais com colegas ou pessoas em meio digital, como por exemplo endereço, nomes das pessoas da família, onde estuda, onde mora. Essas informações podem ser utilizadas por pessoas de forma mal-intencionadas, quando os alunos trocam informações online por celular, computador ou até mesmo quando estão jogando na internet.	alunos que destaquem o que pode ter acontecido para que os dados pudessem ter sido roubados. Poderá ainda, a partir do que foi levantado pelos alunos, criar um painel com imagens dos dispositivos computacionais como tablets, celular, computador, apontando em cada um os impactos de acordo com o que mais se utiliza nesses dispositivos.

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	Matrizes e registros	(EF04CO01) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de matrizes que estabelecem uma organização na qual cada componente está em uma posição definida por coordenadas, fazendo manipulações simples sobre estas representações.	<p>Informações podem ser organizadas em estruturas, denominadas estruturas de dados. Essas estruturas permitem uma melhor compreensão e também facilitam a manipulação das informações. Uma estrutura de dados esconde a particularidade de diferentes informações, permitindo que sejam vistas como objetos únicos, ou seja, é uma forma de abstração.</p> <p>Matrizes são um tipo de estrutura de dados organizadas em linhas e colunas</p>	O professor pode solicitar que os alunos construam o tabuleiro (usando uma matriz) e joguem a batalha naval, onde os tiros são dados informando as coordenadas no tabuleiro. Outra atividade que pode ser feita é apresentar diferentes fachadas de prédio e solicitar que os alunos representem a distribuição das janelas por matrizes, registrando nas correspondentes coordenadas as características de cada janela (por exemplo, aberta ou fechada, com cortina

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			<p>assim como as tabelas. As matrizes possuem um tamanho pré-definido e todos os dados que fazem parte da estrutura são do mesmo tipo. Um dado específico é acessado em uma matriz através de coordenadas (x,y) que indicam a linha e a coluna em que esse se localiza. Matrizes compostas de uma única linha são denominadas vetores. A ideia aqui é que os alunos consigam identificar objetos estruturados no mundo real que possam ser caracterizados como matrizes e usem algum tipo de representação (podendo ser visual) para ilustrá-los. Além disso, devem realizar manipulações simples sobre essas representações como recuperar e alterar informações nas matrizes. Exemplos de objetos que podem ser caracterizados como matrizes: tabuleiro de batalha naval, tabuleiro de xadrez, caixa de ovos, organização de classes em uma sala, janelas na fachada de um prédio etc.</p>	<p>ou não, com persiana ou não). Com essas representações, os alunos podem fazer um jogo estilo "cara a cara" onde cada jogador escolhe secretamente uma janela (por exemplo 2ª janela do 3º andar) e o adversário deve descobrir a janela escolhida. Para isso, os jogadores devem fazer perguntas, sobre as características das janelas, que permitam ir descartando janelas até descobrir a janela escolhida pelo adversário. O registro das janelas descartadas deve ser feito na matriz que representa a fachada do prédio.</p>
		(EF04CO02) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de	<p>Informações podem ser organizadas em estruturas, denominadas estruturas de dados. Essas estruturas permitem uma melhor compreensão e também facilitam</p>	<p>O professor pode distribuir imagens de documentos de identidade de pessoas fictícias e solicitar que os alunos identifiquem quais informações estão</p>

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
		registros que estabelecem uma organização na qual cada componente é identificado por um nome, fazendo manipulações sobre estas representações.	<p>a manipulação das informações. Uma estrutura de dados esconde a particularidade de diferentes informações, permitindo que sejam vistas como objetos únicos, ou seja, é uma forma de abstração.</p> <p>Registros, que são agrupamentos de informações, são um tipo de estrutura de dados que possui um tamanho pré-definido e os dados agrupados podem ser de diferentes tipos. Uma informação específica de um registro é acessada através de um identificador (ou nome) associado a ela. A ideia aqui é que os alunos consigam identificar objetos estruturados no mundo real que possam ser caracterizados como registros e usem algum tipo de representação (podendo ser visual) para ilustrá-los. Além disso, devem realizar manipulações simples sobre essas representações como recuperar e alterar informações nos registros.</p> <p>Exemplos de objetos que podem ser caracterizados como registros: carteira de estudante, boletim, ficha de cadastro de aluno, descrição de qualquer</p>	<p>disponíveis nos documentos, como por exemplo nome, registro geral, filiação, naturalidade, data de nascimento etc. Pedir que os alunos separem os documentos cujas pessoas tenham nascido em um determinado ano ou tenham nascido em uma determinada cidade. O docente pode ainda solicitar que identifiquem qual é a cidade em que a maioria das pessoas nasceu. Outra atividade que pode ser feita é solicitar que os alunos, em grupos, criem um formulário para coletar informações anônimas sobre os colegas como características físicas, gostos sobre comida, time de futebol, jogo/brincadeira, filmes etc. Após distribuir aos colegas de grupos diferentes para que completem e devolvam ao grupo. De posse dos formulários preenchidos, os grupos devem identificar qual o colega que preencheu cada formulário.</p>

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			objeto/pessoa (escolhendo um conjunto de atributos) etc.	
	Algoritmos com repetições simples e aninhadas	(EF04CO03) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências e repetições simples e aninhadas (iterações definidas e indefinidas), para resolver problemas de forma independente e em colaboração.	Os algoritmos aqui devem ser descritos através de sequências de instruções que podem ser repetidas. As repetições, aqui, podem ser aninhadas, isto é, um ciclo de repetição pode conter outro.	Imaginando que alguém quer lavar as janelas de um prédio com 10 andares e 20 janelas por andar. A pessoa pode lavar as 20 janelas de um andar, e depois ir para o próximo andar (até chegar ao último andar). Este é um algoritmo que envolve uma repetição aninhada: A pessoa vai repetir 10 vezes a tarefa de lavar 20 janelas, que por sua vez, repete 20 vezes a tarefa de lavar uma janela.
MUNDO DIGITAL	Codificação da informação	(EF04CO04) Entender que para guardar, manipular e transmitir dados deve-se codificá-los de alguma forma que seja compreendida pela máquina (formato digital).	Um processador é formado por circuitos eletrônicos que operam apenas em dois níveis de tensão. Por isso, o sistema binário (0 e 1) é o sistema de numeração usado para codificação em formato digital. Isso implica que para que um computador possa guardar, manipular e transmitir dados, precisamos codificá-los utilizando diferentes estratégias.	Pode-se utilizar a tabela ASCII de codificação de caracteres. Por exemplo, quando se utiliza a tabela ASCII de codificação, a letra "A" é representada pelo número decimal 65, que é codificado em binário como 1000001.
		(EF04CO05) Codificar diferentes informações para representação em computador (binária,	Existem diferentes estratégias de representação em formato digital para diferentes tipos de informação. Conhecê-las é um passo importante para o	Pode-se utilizar como exemplos a tabela ASCII, que especifica como codificar caracteres em formato digital, ou os formatos de imagem 'Portable

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
		ASCII, atributos de pixel, como RGB etc.).	desenvolvimento de algoritmos que trabalhem com tipos diferentes de informação.	BitMap' e 'Portable GrayMap', que codificam uma imagem de forma simples usando uma matriz de 0 e 1 (branco e preto) ou com uma matriz com valores entre 0 e 255 (tons de cinza), respectivamente.
CULTURA DIGITAL	Uso de tecnologias computacionais	(EF04CO06) Usar diferentes ferramentas computacionais para criação de conteúdo (textos, apresentações, vídeos etc.).	O objetivo desta habilidade é que o aluno possa explorar diversas ferramentas computacionais como editor de texto, editor de imagem, editor de apresentações, programa de história em quadrinhos, animação dentre outros, para produzir conteúdo em projetos, atividades diversas.	O professor poderá propor um projeto de criação de uma história digital ou um vídeo de curta duração, em que os alunos experimentam os recursos de um editor de texto ou de vídeo.
		(EF04CO07) Demonstrar postura ética nas atividades de coleta, transferência, guarda e uso de dados.	Propõe-se que o aluno reflita sobre aspectos éticos relacionados a manipulação de dados, como por exemplo quando assiste e faz download, compartilha uma imagem, dentre outros.	Construção de um painel, a partir das imagens de tecnologias como o celular e computador, em que os alunos poderão destacar ações importantes de quando se manipula um dado como imagem, música, vídeo, informação, como verificar as permissões, autoria, dentre outros.
	Segurança e responsabilidade no uso da tecnologia	(EF04CO08) Reconhecer a importância de verificar a confiabilidade das fontes de informações obtidas na Internet.	Nesta habilidade espera-se que os alunos possam reconhecer que, ao se obter informações na Internet, é preciso identificar as suas fontes e se elas são seguras e a informação é confiável.	O professor poderá organizar casos em que se precisa de determinadas informações e ao se deparar com elas, se verifica que muitas dessas informações estão equivocadas,

ANOS INICIAIS – 4º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
				comparando páginas que tratam do mesmo tema, mas com informações diferentes como por exemplo em uma biografia.

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
PENSAMENTO COMPUTACIONAL	Listas e grafos	(EF05CO01) Reconhecer objetos do mundo real e/ou digital que podem ser representados através de listas que estabelecem uma organização na qual há um número variável de itens dispostos em sequência, fazendo manipulações simples sobre estas representações.	Listas são estruturas de dados que agrupam itens organizados (logicamente) um depois do outro. As listas não têm um tamanho pré-definido, o que permite a resolução de problemas que tratam argumentos de diferentes tamanhos (um algoritmo que descreve como gerenciar uma fila de pessoas em um caixa é o mesmo, independentemente do tamanho da fila). A ideia aqui é que os alunos consigam identificar objetos estruturados no mundo real que possam ser caracterizados como listas e usem algum tipo de representação (podendo ser visual) para ilustrá-los. Além disso, devem realizar manipulações simples sobre essas representações como	O professor pode fornecer um monte de cartas agrupadas por naipes e em cada naipe as cartas estão ordenadas por seus valores. Fornecer novas cartas, solicitar que os alunos incluam no baralho mantendo a ordem e registrem as cartas vizinhas. O professor também pode solicitar que todas as cartas de um determinado valor sejam substituídas por cartas curingas ou retiradas do monte. Outra tarefa que pode ser dada é fazer a busca por uma carta específica que pode ou não estar no monte de cartas.

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			recuperar, alterar e inserir informações nas listas. Exemplos de objetos que podem ser representados usando listas: filas de pessoas, pilhas de cartas, lista de itens, pilha de pratos, lista de alunos de uma turma, lista de notas musicais etc.	
		(EF05CO02) Reconhecer objetos do mundo real e digital que podem ser representados através de grafos que estabelecem uma organização com uma quantidade variável de vértices conectados por arestas, fazendo manipulações simples sobre estas representações.	Grafos são um tipo de estrutura usada para representar relações entre objetos. Eles são descritos por vértices (objetos) e arestas (relações). Os grafos também não têm um tamanho pré-definido, o que permite a resolução de problemas que tratam argumentos de diferentes tamanhos (Um algoritmo que encontra um caminho em um mapa pode ter como entrada tanto um mapa de uma região como um mapa de um país.). A ideia aqui é que os alunos consigam identificar objetos estruturados no mundo real que possam ser caracterizados como grafos e usem algum tipo de representação (podendo ser visual) para ilustrá-los. Além disso, devem realizar manipulações simples sobre essas representações como recuperar informações ou encontrar	O professor pode distribuir, para diferentes grupos os alunos, mapas do bairro onde alguns prédios estão marcados. Pedir que eles tracem linhas ligando esses prédios sempre que houver um caminho entre eles sem passar na frente de outro (dentro dos marcados). Marcar na linha traçada o número de quadras de cada caminho considerado. Pedir que os grupos comparem seus grafos para verificar se todos têm as mesmas arestas ou não e qual o número de quadras dos caminhos encontrados. Depois pode-se construir conjuntamente a representação do grafo, considerando os menores caminhos encontrados dentro dos resultados de cada grupo. Com a representação única pedir que tracem rotas passando por determinados

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			<p>caminhos nos grafos. Exemplos de objetos que podem ser representados usando grafos: mapas, redes sociais, internet, redes de computadores, árvores genealógicas, chaveamento de times em um campeonato etc.</p>	<p>prédios, calculando o número de quadras que se deve andar para chegar no destino. Voltar ao mapa e traçar as rotas identificadas no grafo, nas ruas do bairro.</p> <p>O professor pode distribuir os perfis fictícios de diferentes pessoas em alguma rede social, indicando amigos comuns entre os donos dos perfis. Pedir que representem a relação de amizade através de um grafo, no qual as pessoas são representadas por vértices e a amizade pelas arestas. Depois fazer perguntas sobre amigos comuns, "distância" de amizades etc.</p>
	Lógica computacional	(EF05CO03) Realizar operações de negação, conjunção e disjunção sobre sentenças lógicas e valores 'verdadeiro' e 'falso'.	<p>Os valores de sentenças lógicas podem ser modificados ou combinados usando operações lógicas como negação (NÃO), conjunção (E) e disjunção (OU). A operação da negação modifica o valor da sentença lógica invertendo seu valor, isto é, uma sentença verdadeira torna-se falsa quando aplicada a operação de negação e vice-versa.</p>	<p>O professor pode apresentar diferentes sentenças lógicas e solicitar que os alunos determinem seus valores verdade, como por exemplo:</p> <p>Cinco é maior que seis. (Falso) Cinco NÃO é maior que seis. (Verdadeiro) Cinco é maior que seis E maior que dois. (Falso) Cinco é maior que seis OU maior que dez. (Falso). Cinco é maior que seis OU maior que dois. (Verdadeiro)</p>

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
	Algoritmos com seleção condicional	(EF05CO04) Criar e simular algoritmos representados em linguagem oral, escrita ou pictográfica, que incluam sequências, repetições e seleções condicionais para resolver problemas de forma independente e em colaboração.	Além de construir algoritmos com sequências de instruções, repetidas ou não, muitas vezes é necessário fazer escolhas sobre qual ação a ser executada a seguir. Escolhas são feitas a partir de situações (condições definidas por sentenças lógicas), como, por exemplo, ao chegar em um semáforo, dependendo de sua cor, a ação a ser realizada é diferente.	O professor pode solicitar que os alunos simulem um algoritmo que descreva o que fazer para atravessar uma rua com semáforo usando a instrução de seleção condicional: um trecho deste algoritmo poderia ser: "se o semáforo estiver vermelho OU amarelo, aguardar na calçada, caso contrário, atravessar a rua". Além disso, pode solicitar que os alunos determinem os passos de um algoritmo que faça uso da seleção condicional, como por exemplo, definir as ações que devem ser realizadas ao chegar em algum local caso este esteja aberto ou fechado.
MUNDO DIGITAL	Arquitetura de computadores	(EF05CO05) Identificar os componentes principais de um computador (dispositivos de entrada/saída, processadores e armazenamento).	O objetivo é começar a ensinar ao aluno os elementos principais que compõem a arquitetura de um computador: dispositivos de entrada/saída, processadores e dispositivos de armazenamento temporários (ex: memória RAM) e persistentes (ex: disco rígido).	Explicar os componentes básicos dos computadores e suas funções: processador, memória, e exemplos de diferentes dispositivos de entrada e saída.
	Armazenamento de dados	(EF05CO06) Reconhecer que os dados podem ser	Os dispositivos físicos de um computador são gerenciados por um software que denominamos Sistema	Os dispositivos físicos que compõem um computador não funcionam sozinhos. É preciso mostrar que a

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
		armazenados em um dispositivo local ou remoto.	Operacional. O objetivo da habilidade é explicitar a existência desse software e mostrar que é ele o responsável por gerenciar os recursos de um computador (define qual programa pode utilizar o processador, gerencia os dispositivos físicos da máquina etc.)	operação desses dispositivos é controlada por um software que denominamos Sistema Operacional. É possível falar sobre algumas das funções de um sistema operacional (gerenciamento da memória, de sistemas de arquivos, de dispositivos de entrada e saída como teclado, mouse, monitores, impressoras etc.). Também é possível mostrar que existem vários Sistemas Operacionais diferentes (Windows, Linux, macOS etc.)
	Sistema operacional	(EF05CO07) Reconhecer a necessidade de um sistema operacional para a execução de programas e gerenciamento do hardware.	Os dados de um usuário podem ser armazenados em um dispositivo de armazenamento acoplado ao computador utilizado (disco rígido, disco SSD etc.), em dispositivos removíveis (pen drives, discos rígidos etc.) ou serem transmitidos e armazenados em outros computadores ligados à Internet (armazenamento na nuvem). Reconhecer a necessidade de armazenar dados em dispositivos de armazenamento permitirá a compreensão do conceito de sistemas de arquivos.	Pode-se exemplificar os diferentes dispositivos de armazenamento de dados existentes, mostrar que os arquivos são organizados de forma diferentes neles, para cada dispositivo, mostrar claramente se o dispositivo é local (acoplado permanentemente ao computador do usuário) ou remoto (removível ou dispositivo de armazenamento na Internet).

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
CULTURA DIGITAL	Segurança e responsabilidade no uso de tecnologia	(EF05CO08) Acessar as informações na Internet de forma crítica para distinguir os conteúdos confiáveis de não confiáveis.	Nesta habilidade é importante que os alunos possam refletir e acessar informações em buscas na Internet criticamente, identificando características de conteúdos prejudiciais, informações confiáveis, notícias falsas.	O professor pode propor um estudo comparativo entre sites de jornais oficiais e blogs para falar sobre as fontes de informação, considerando sua confiabilidade.
		(EF05CO09) Usar informações considerando aplicações e limites dos direitos autorais em diferentes mídias digitais.	O objetivo desta habilidade é que o aluno possa utilizar informações e dados na Internet reconhecendo os direitos autorais, como por exemplo de uma música, um filme, um livro, e os cuidados em seu compartilhamento e uso pessoal.	O aluno poderá criar um portfólio com imagens de personagens de desenhos animados em que ele poderá citar as fontes e propor um formato em que considera todos os direitos autorais
	Uso de tecnologias computacionais	(EF05CO10) Expressar-se crítica e criativamente na compreensão das mudanças tecnológicas no mundo do trabalho e sobre a evolução da sociedade.	Espera-se que o aluno possa expressar-se crítica e criativamente por meio de dispositivos computacionais ou não, demonstrando compreensão das mudanças que as tecnologias trazem ao cotidiano, incluindo mundo do trabalho.	Nessa habilidade, o aluno poderá criar uma animação em computador ou papel sobre alguma impressão que ele tenha sobre um impacto da tecnologia na sociedade, como por exemplo uso do celular para mandar mensagem de áudio ao invés de uma chamada, comum no cotidiano das pessoas.
		(EF05CO011) Identificar a adequação de diferentes tecnologias computacionais na resolução de problemas.	Nesta habilidade propõe-se que os alunos possam compreender diferentes necessidades de uso das tecnologias computacionais, como por exemplo porque usamos um	O professor pode propor um jogo em que apresenta alguns problemas que precisam de solução usando diferentes tecnologias e os alunos individualmente ou em grupos buscam a solução

ANOS INICIAIS – 5º ANO				
EIXO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE	EXPLICAÇÃO DA HABILIDADE	EXEMPLOS
			computador para criar uma história em quadrinhos e usamos um celular para fazer uma ligação telefônica.	escolhendo a melhor tecnologia considerando diferentes critérios.

COMPONENTE CURRICULAR: Inglês

Falar em língua estrangeira nos anos iniciais já não é mais novidade, pelo menos na realidade de muitos municípios brasileiros, uma vez que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, expressas por meio da Resolução CNE/CEB N. 04/2010 asseguram que

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais. [...] § 3º A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes, mas devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos. Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum [...], § 1º A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar. § 2º **A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada** (grifos nossos), cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações.

Neste sentido, a língua inglesa vem sendo integrada a muitos currículos nos últimos anos, dadas as características sociais da globalização que permeiam as relações humanas, fazendo com que, o sujeito se torne cada vez mais um ser planetário, sendo que sua sobrevivência não depende mais unicamente ao seu contexto de vivência. Ainda, pode-se perceber que nesta região compreendida pelo Mercosul há grande presença da língua espanhola, mas ainda não na mesma proporção em que o Inglês tem se apresentado nas diversas manifestações da vida dos brasileiros.

Segundo a BNCC (2018)

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que

inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas.

A BNCC enquanto norteador pedagógico para o desenvolvimento dos currículos escolares e a organização do trabalho pedagógico apresenta a língua inglesa apenas a partir dos anos finais do ensino fundamental. No entanto, é visível a relação da língua inglesa com as crianças desde a mais tenra idade, tanto em anúncios diversos, na vivência das famílias em que a língua é presente desde expressões usadas na comunicação diária, ou até mesmo em jogos online, músicas, entre outros, a que a criança tem acesso cotidianamente. Tendo em vista tal realidade, e a possibilidade de ampliar os currículos conforme proposto pelas DCN's, justifica-se a inclusão deste componente curricular nas redes de ensino de vários municípios.

Ainda, segundo a BNCC (2018), o ensino da Língua Inglesa apresenta três implicações importantes para o currículo escolar,

A primeira é que esse caráter formativo obriga a rever as relações entre língua, território e cultura, na medida em que os falantes de inglês já não se encontram apenas nos países em que essa é a língua oficial. Esse fato provoca uma série de indagações, dentre elas, “Que inglês é esse que ensinamos na escola?”. [...] A segunda implicação diz respeito à ampliação da visão de letramento, ou melhor, dos multiletramentos, concebida também nas práticas sociais do mundo digital – no qual saber a língua inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação – que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado, dialógico e ideológico. [...] Por fim, a terceira implicação diz respeito a abordagens de ensino. Situar a língua inglesa em seu status de língua franca implica compreender que determinadas crenças – como a de que há um “inglês melhor” para se ensinar, ou um “nível de proficiência” específico a ser alcançado pelo aluno – precisam ser relativizadas.

Com base nessas implicações, na BNCC (2018) organizaram-se os eixos por meio dos quais se delinearão os organizadores curriculares. A saber, o eixo da **Oralidade** que envolve as práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa, com atenção especial na compreensão (ou escuta) e na produção oral (ou fala), a **Leitura** que aborda práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, especialmente sob o foco da construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em língua inglesa, que circulam nos diversos campos e esferas da sociedade, a **Escrita** que considera dois aspectos do ato de escrever, que por um lado, enfatizam sua natureza processual e colaborativa e por outro lado, o ato de escrever é também concebido como prática

social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, oportunizando aos alunos agir com protagonismo. O eixo **Conhecimentos linguísticos** consolida-se pelas práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado, articulado e a serviço das práticas de oralidade, leitura e escrita. O eixo **Dimensão intercultural** nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção, o que faz com que diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais.

Em atenção aos eixos acima descritos, sugere-se nesse organizador do componente de aprofundamento, ênfases diferenciadas dos eixos nos diferentes anos letivos do percurso formativo, em consideração às aprendizagens que o educando desenvolve nas demais áreas do conhecimento, bem como, considerando o ciclo de alfabetização.

É muito importante que o docente compreenda estes eixos como estruturantes de todo fazer pedagógico no trabalho com esta língua estrangeira, no sentido de reconhecer e trabalhar no sentido da complementaridade entre eles, bem como, não incorrer numa prática de relativizar o ensino de uma língua estrangeira no sentido de “empobrecer” seu aprendizado nas escolas públicas, não oportunizando um estudo completo da mesma. Ou seja, uma vez que a escola se propõe a realizar um trabalho com uma língua estrangeira em um componente curricular escolhido pela comunidade, dadas suas características e possibilidades, subentende-se que o mesmo deva ser trabalhado com qualidade, responsabilidade de forma que possibilite ao estudante um aprendizado verdadeiro e completo, e não somente, um ensaio ou fragmentos daquilo que se considera mais fácil, mais possível ou acessível para o público alvo.

Ainda, segundo o Currículo Base da Educação Infantil e o Ensino Fundamental do Território Catarinense – CBTC (2019),

concebemos o domínio da língua/linguagem – instrumento desenvolvido no âmbito da história e da cultura para promover o intercâmbio social e a organização do pensamento (Vygotski, 2014) – como forma de inserção social na e pela interação entre o eu e o outro (Bakhtin, 2010). Em se tratando do mundo contemporâneo, em que a tecnologia aproxima povos e culturas, o domínio da língua inglesa, na qualidade de língua franca (Seidlhofer, 2001), com características plurais e multiculturais, e, portanto,

dissociada de um território específico, instiga a inclusão social a partir de uma educação linguística orientada para a interculturalidade, visando, dessa forma, a ampliação do conhecimento em meio à diversidade cultural, o que implica a compreensão e o respeito às diferenças.

Compreendida desta maneira, o estudo de uma língua estrangeira não significa somente aprender mais um idioma, mas potencializar tanto a aprendizagem do estudante quando a sua possibilidade de inserção social, e a subsidiar o raciocínio, a reflexão e a potencialização do senso crítico, e para isso, faz-se necessário que, conforme CBTC (2019) “professores precisam estar preparados para empreender em sua atividade docente uma ação que propicie aos estudantes refletir acerca das diferenças de significação existentes.”

A partir do exposto, reitera-se que a inserção deste componente curricular pelas redes de ensino em seus currículos é muito mais do que alimentar um certo “status”, consistindo em grande responsabilidade no sentido de que o trabalho seja realmente qualificado e que o tempo dos estudantes seja aproveitado com êxito. Neste sentido, cabe dizer que trazer a língua inglesa para os anos iniciais não pode ser um “ensaio” daquilo que se repetirá nos anos finais. Bem se sabe que, os anos finais tem como objetivo, segundo as DCN’s, conforme Art. 24. “Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, **ampliando e intensificando** (grifos nossos), gradativamente, o processo educativo”.

Outrossim, é relevante abordar aqui a questão de que, neste caso, o estudo da língua estrangeira está sendo organizado para o currículo da escola de tempo integral, ou seja, consiste num aprofundamento dos estudos já realizados no currículo regular. Desta maneira, não consiste em trazer novos elementos ou dividir as aprendizagens deste componente entre a carga horária regular e a carga horária estendida, mas, quando falamos em aprofundamento estamos nos referindo à intensificação das aprendizagens constadas para esta etapa da educação básica, a serem ampliadas e intensificadas, ainda mais, posteriormente, anos finais do Ensino Fundamental. Ou seja, o professor da educação de tempo integral, no componente de Língua Estrangeira Inglês enquanto aprofundamento deve estar em constante comunicação com o professor do ensino regular, mas não no sentido de divisão de tarefas, mas de conexão, complementaridade e ampliação das aprendizagens, para

o qual, o planejamento coletivo e integrado pode se apresentar como uma estratégia necessária.

Cabe ressaltar aqui, que o componente de Língua Estrangeira/Inglês, assim como, e em parceria, com o componente curricular de Inglês (aprofundamento) tem a incumbência de desenvolver nos estudantes as competências específicas ao longo do percurso da educação básica, que estão expostos na BNCC.

Com base nestas competências, apresenta-se um Organizador Curricular para o componente curricular aqui proposto, no sentido de não dissociar ao que já é estudado no ensino regular, mas de complementar, ampliar, aprofundar, intensificar a partir de diferentes abordagens e estratégias o estudo acerca desta língua estrangeira. É muito importante que seja dada a devida atenção ao fato que já existe esse componente no currículo regular, o que significa um trabalho conjunto, articulado, estrategicamente e intencionalmente planejado e que não significa alfabetização na Língua Inglesa, que deve ocorrer no tempo regular, enquanto o tempo integral aprofundará os conhecimentos.

O quadro a seguir organiza-se em eixos, habilidades e uma relação de sugestões de conteúdos, experiências ou situações de aprendizagens, e portanto, apresenta sugestões, que não estão divididas por ano/série e, por isso, podem e devem ser desdobradas pelos docentes da Rede Municipal de Ensino de Modelo/SC, em seus planejamentos, ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental num trabalho crítico e responsável, conforme a possibilidade de aprofundamento e complexificação.

Quadro 09 - Organizador Curricular – Componente Curricular Inglês – Ensino Fundamental

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
Oralidade Leitura Escrita	<p>Ouvir atentamente falas em diferentes idiomas, reconhecendo-os gradativamente.</p> <p>(Re)conhecer semelhanças e diferenças entre as pronúncias da língua inglesa e da língua portuguesa.</p> <p>Interagir em situações de intercâmbio oral para realizar as atividades e situações cotidianas de forma respeitosa e colaborativa, trocando ideias e engajando-se em brincadeiras e jogos.</p> <p>Construir repertório lexical em língua inglesa relativo ao cotidiano infantil, lendo e escrevendo pequenas palavras em língua inglesa.</p> <p>Identificar o uso do imperativo afirmativo e negativo em enunciados orais de atividades, comandos e instruções.</p> <p>Compreender histórias contadas por meio de recursos verbo-visuais e/ou relato do professor.</p> <p>Iniciar o reconhecimento, a pronúncia de palavras, expressões e frases em língua inglesa, reconhecendo seus significados e estabelecendo relações.</p> <p>Desenvolver a escuta e a oralidade por meio de cantigas, expressões utilizadas em histórias, brincadeiras, entre outros.</p> <p>Inferir, com apoio do professor e do contexto discursivo, o tema/assunto, as informações principais e/ou explícitas em textos orais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar ludicamente para o estudante o contexto de que existem várias línguas; • Construção de laços afetivos e convívio social; • Apresentar falas, expressões em diferentes idiomas; • Palavras, expressões e frases simples e seus significados; • Alfabeto; • Grafia e pronúncia; • Estratégias de compreensão de textos orais por meio de linguagem verbal (palavras cognatas, dentre outras do universo infantil) e não verbal (gestos, figuras, símbolos etc.); • Leitura; • Cumprimentos, comunicação básica, orientações; • Rotinas; • Cantigas em inglês e português; • Brincadeiras; • Etiquetar e identificar; • Cores, animais, frutas, integrantes da família, corpo humano, localizações, orientações espaciais, entre outros; • Numerais;

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Falar e registrar simbolicamente as palavras, expressões e frases estudadas.</p> <p>Relacionar a língua inglesa a objetos, espaços, itens ou situações no contexto escolar e social.</p> <p>Utilizar e expressar a escrita e a oralidade da língua inglesa em manifestações escolares por meio de identificações, cartazes, eventos, músicas, diálogos, entre outros.</p> <p>Ampliar a pronúncia de palavras, expressões e frases em língua inglesa, reconhecendo seus significados e estabelecendo relações.</p> <p>Ler e escrever palavras, expressões e frases em língua inglesa, de modo a estabelecer comunicações básicas em contextos diversos.</p> <p>Ampliar a escuta e a oralidade por meio de cantigas, expressões utilizadas em histórias, brincadeiras, entre outros.</p> <p>Relacionar a língua inglesa a objetos, espaços, itens ou situações no contexto escolar e social, relacionando-as com seus significados e utilidades.</p> <p>Usar a capacidade simbólica para a aprendizagem de um novo idioma, resignificando-o e relacionando com a língua materna.</p> <p>Utilizar e expressar a escrita e a oralidade da língua inglesa em manifestações escolares por meio de identificações, cartazes, eventos, músicas, diálogos, entre outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir eventos e iniciativas com uso da língua inglesa em sua produção ou interpretação e apresentação; • Estratégias de compreensão de textos ou informações orais; • Adjetivos, textos descritivos e narrativos (contos de fadas); • Cantigas, contos, entre outros; • Itens relacionados ao dia a dia, elementos de uso diário; • Usos da língua; • Rotinas; • Produção de registros verbo-visuais (pequenas representações verbais, desenhos, fotos ou colagens etc.); • Manifestações e rotinas escolas, tempos, espaços e rituais; <p>Calendário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do repertório numérico; • Diálogos, interpretações; • Tipos de textos, narrativas, leitura, discursos, entre outros; • Espaços locais e sociais; • Imagens e recursos audiovisuais; • Entre outros.

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Identificar o tema/assunto em textos orais em língua inglesa, com mediação do professor, considerando a situação comunicativa.</p> <p>Experienciar pequenos diálogos em língua inglesa, a partir de temas cotidianos ou propostos, com a mediação do professor.</p> <p>Levantar hipóteses sobre o enredo de uma narrativa, ao acompanhar a leitura do professor, por meio do seu título, imagens, recursos multimodais e verbo-visuais.</p> <p>(Re)conhecer, com apoio docente e do contexto discursivo, o tema/assunto, as informações principais e/ou explícitas em textos orais.</p> <p>Interagir a partir de pequenos diálogos em língua inglesa sobre temas cotidianos ou propostos.</p> <p>Utilizar a língua inglesa para descrever características de pessoas, animais, lugares, objetos, etc.</p>	
Dimensão Intercultural	<p>Compreender que há diferentes línguas faladas no mundo.</p> <p>Conhecer e reconhecer os contextos culturais de origem e maior expressão da língua inglesa no mundo.</p> <p>Perceber e identificar a influência da língua inglesa em expressões simples do cotidiano do estudante, mesmo vivendo em um país onde o inglês não é a língua materna.</p> <p>Identificar manifestações sociais e culturais em que a língua inglesa é utilizada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de idiomas; • Países de origem da língua inglesa; • Países que usam a língua inglesa como língua materna; • Língua inglesa pelo mundo mesmo quando não é a língua materna; • Datas comemorativas, folclore, músicas tradicionais, gastronomia, cultura, cinema, jogos, brincadeiras etc. • Necessidade de domínio da língua inglesa;

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Conhecer e reconhecer traços culturais originários de contextos de língua inglesa na cultura local.</p> <p>Identificar palavras, expressões, etc em jogos virtuais, propagandas e outros relacionando com o contexto de origem dos mesmos e a intencionalidade da globalização.</p> <p>Compreender a relação entre as diferentes línguas faladas no mundo, seus contextos, interrelações.</p> <p>Identificar elementos culturais dos contextos de origem da língua inglesa e sua imbricação com os contextos locais, formas de organização social e cultural.</p> <p>Perceber a influência e identificar o uso da língua inglesa em expressões simples do cotidiano do estudante e suas motivações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Influência da língua inglesa na cultura local; • Promover jogos, brincadeiras, visitas virtuais, eventos com uso de palavras, expressões e outros elementos da língua inglesa na escola. • As línguas mais faladas do mundo; • O inglês no contexto mundial; • A relação do inglês com o português; • Interrelações do inglês com o português; • Elementos culturais envolvidos na língua inglesa; • Organização social e cultural dos países em que predomina a língua inglesa; • Expressões do cotidiano; • Propagandas em língua inglesa; • Jogos e brincadeiras de origem inglesa; • Entre outros.
Conhecimentos Linguísticos	<p>Aprender a escrever corretamente conforme as regras da língua inglesa algumas expressões simples, interligadas com a aprendizagem no eixo da oralidade, leitura e escrita.</p> <p>Ler e entender frases e pequenos textos em língua inglesa, além de escrever estruturas simples utilizando pronomes pessoais, verbos, substantivos e adjetivos.</p> <p>Compreender os vários significados que uma palavra pode assumir, conforme o contexto, intencionalidade e/ou pronúncia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Regras da escrita oficial da língua inglesa; • Textos e tipos textuais; • Organização das frases na língua inglesa; • Verbos; • Substantivos; • Adjetivos; • Pronomes; • Pronúncia e tipos de discursos; • Entre outros.

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	Reconhecer o sistema numérico, bem como, sua estruturação, relacionando com a leitura e escrita dos mesmos.	

COMPONENTE CURRICULAR: Jogos Desportivos e Dança

Jogos desportivos são atividades físicas que envolvem competição e são praticadas individualmente ou em grupo, sempre seguindo as regras de cada esporte. O objetivo principal é a vitória, mas também é proporcionar diversão aos participantes e entretenimento aos espectadores.

Os jogos desportivos podem ser um meio de educação física e desportiva, e um campo de aplicação da ciência. Além disso, podem trazer inúmeros benefícios para a saúde, como: Melhoria do condicionamento físico, Fortalecimento da musculatura, Aumento da flexibilidade e da coordenação motora, Diminuição da probabilidade de desenvolver doenças cardiorrespiratórias.

Os jogos são atividades cujo fim é a diversão e o entretenimento dos participantes (denominados jogadores). A sua prática implica o respeito de uma série de regras que regem a dinâmica do jogo. Existem jogos nos quais participa um único jogador e outros onde participam vários, inclusive equipes. Os jogos promovem o desenvolvimento de habilidades práticas e psicológicas, contribuindo simultaneamente para o estímulo mental e físico. Por isso, para além de proporcionar entretenimento e diversão aos participantes, podem desempenhar um papel educativo.

O desporto, por sua vez, consiste na realização de uma atividade física, onde também se respeita um conjunto de regras. A diferença com os jogos é que, no âmbito desportivo, existe sempre o componente competitivo. Por isso, os desportos representam uma forma de competência sempre em busca de um resultado. E além de possuir uma finalidade desportiva, também tem o objetivo de ser algo referente a entretenimento e ajudar também na adaptação de um ou mais indivíduos quanto a socialização.

No desporto, conjuga-se a competência com o entretenimento tanto para os praticantes (quem pratica) como para os espectadores (quem assiste). Posto isto, os desportos podem ser profissões em que os desportistas recebem dinheiro pelo exercício das suas atividades e os espectadores pagam para assistirem aos mesmos, nos estádios e ginásios.

Nos jogos desportivos há os regulamentos que tem tanto a finalidade de organizar o jogo, sendo distintos para cada modalidade esportiva, quanto também estipula o modo como os jogadores, treinadores e demais envolvidos devem se comportar. Ainda falando sobre jogos desportivos, existem os conhecidos por “jogos

pré-desportivos”. Esses são conhecidos por terem a finalidade de preparar um indivíduo para os jogos desportivos.

A dança, por sua vez, está ligada à história da humanidade através dos tempos. Desde a antiguidade tem tomado várias formas e significados diversos. Atualmente a cultura tende a considerar a dança como fator importante na formação da personalidade humana, não apenas porque desenvolve possibilidades de criação, apreciação e expressão, mas por contribuir na ampliação de muitas outras habilidades humanas favorecendo então o desenvolvimento das diferentes dimensões e sentidos.

Os seres humanos sempre sentiram a necessidade de se comunicar e de se compreender, nesse sentido a música e a dança foram importantes parceiras da linguagem, utilizadas em diferentes culturas como formas de expressão e até mesmo comunicação. A dança faz parte do ritmo da vida das pessoas de todo o mundo e de todas as culturas, desde o começo da vida na terra, ampliando-se através do tempo. Trazendo estas reflexões, podemos oferecer no espaço escolar momentos de vivência da musicalização e do movimento dançante, já referenciados e discutidos enquanto elementos fundamentais para o desenvolvimento físico, psíquico, socioemocional, cultural e intelectual das crianças.

Na LDB 9394/96, em seu Art. 26, § 2º afirma que “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.” Neste sentido, depreende-se deste parágrafo a compreensão de que quando o mesmo se refere às expressões regionais, estamos falando de manifestações que podem ser expressas por meio das linguagens, ou seja, ao trabalhar a dança como uma das linguagens da arte podemos reconhecer valorizar e exprimir as características, conhecimentos e valores regionais e locais.

A arte tem importante função na caracterização e socialização de um povo, bem como, na possibilidade de levá-la por meio de suas linguagens e expressões para a escola como uma ferramenta de libertação do ser humano, quando, através de sua livre manifestação, se percebe integrante do contexto onde vive e promotor de mudanças na cultura local e global.

Trabalhar a dança, nesta direção, além do desenvolvimento da sensibilidade musical contribui também em socialização, coordenação motora, a aprender a ter disciplina, acuidade auditiva e trabalho em grupo, entre outras características necessárias para viver em sociedade e que podem e devem ser desenvolvidas

paralelamente com os conhecimentos científicos que o estudante aprende em seu percurso formativo escolar.

Neste mesmo sentido, conforme Agência Senado (2016):

[...] a Lei 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. [...] Esse é um projeto que só traz vantagens, ao incluir o ensino da arte nos currículos das escolas. Sem isso, não vamos conseguir criar uma consciência, nem ensinar os nossos jovens a deslumbrar-se com as belezas do mundo, o que é tão importante como fazê-los entender, pela ciência, a realidade do mundo.

A dança têm por objetivo a expressão de emoções, conhecimento do corpo, entretenimento, comunicação e educação, oferecendo possibilidades de experiências, vivências, descobertas do corpo e da mente, bem como de seus movimentos, construindo assim uma consciência corporal de se relacionar com o espaço.

Neste sentido é importante que o educador proponha uma metodologia de trabalho que tenha a ludicidade, criação, criatividade e a mediação como norte principal. O educando precisa querer participar. É muito importante que o professor escolha um repertório que o motive a desejar interagir, repetir, manifestar, expressar, brincar, jogar para que assim a criança construa um conhecimento ativo e que seja transformador nas relações que constrói na própria vida.

A rede municipal de ensino de Modelo/SC, em sua proposta de Escola em Tempo Integral para o Ensino Fundamental, propõe o componente curricular de Jogos Desportivos e Dança, que tem o objetivo principal ampliar o repertório estudantil quanto aos esportes/jogos e estender o entendimento artístico e esportivo utilizando estratégias de ação e produção para exprimir os desejos, necessidades, pensamentos, anseios, manifestando e socializando o que tem de mais genuíno no ser humano, a vontade de viver e se reconhecer nessa vivência.

Cabe, portanto, ao docente promover uma visão laica da dança e dos jogos, procurar viajar pela vastidão de culturas, expressões e possibilidades de uso da cultura e do esporte que o mundo reúne e contempla, permitindo através de um planejamento responsável e comprometido, que o estudante conheça a sua e tantas outras e novas realidades, não como mero espectador ou reproduzidor, mas como alguém que interage, participa e transforma, tornando-se pleno pela aprendizagem e desenvolvimento.

Como forma de auxílio ao professor, apresenta-se um Quadro Organizador em que estão elencadas habilidades e sugestões de conteúdos, experiências e situações de aprendizagem, a partir das quais, o professor deste componente curricular pode expandir a sua atuação e o desenvolvimento dos estudantes de forma a trazer novos elementos para este componente que precisa articular os jogos desportivos e a dança no mesmo espaço ensino aprendizagem.

Quadro 10 - Organizador Curricular – Componente Curricular Jogos Desportivos e Dança – Ensino Fundamental

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Jogos Desportivos</p>	<p>Desenvolver a coordenação motora, agilidade, equilíbrio, noção de espaço, ritmo e flexibilidade em diferentes contextos e situações do cotidiano, conforme a idade do estudante.</p> <p>Aumento da resistência do corpo nos diferentes movimentos, bem como, desenvolvimento da estabilidade, lateralidade, domínio e manuseio de objetos de diferentes formatos, entre eles, a bola.</p> <p>Desenvolver controle respiratório, bem como, a resistência dos ossos, músculos e articulações por meio dos exercícios que envolvem a prática do esporte.</p> <p>Criar relacionamentos e laços sociais com colegas de equipe e adversários.</p> <p>Desenvolver o raciocínio, aprendendo a tomar decisões em diferentes situações.</p> <p>Aprender a lidar com emoções como alegria, tristeza, frustração, raiva, entre outras.</p> <p>Desenvolver um estilo de vida saudável por meio da prática de esportes, como os jogos desportivos, compreendendo-os também como uma forma de diversão e como uma possibilidade de profissão.</p> <p>Desenvolver habilidades socioemocionais como autoconfiança aprendendo a confiar nas próprias habilidades já desenvolvidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades com movimentos diversos; • Disponibilizar vídeos e práticas que envolvam aspectos dos jogos desportivos; • Atividades de coordenação motora, agilidade, equilíbrio, espaço e ritmo, flexibilidade; • Conhecimento do corpo; • Respiração, resistência; • Estabilidade e lateralidade; • Domínio e manuseio de objetos de diferentes tamanhos e formatos; • Controle de respiração e resistência em atividades; • Relacionamento social com outras crianças e adultos em diferentes situações; • Formas de pensar, estratégias de raciocínio, tomada de decisões em situações do contexto escolar e do esporte; • Gestão das emoções; • Estilo de vida; • Vida saudável; • Profissões e jogos desportivos como profissão; • Diversão (jogos como divertimento); • Regras de convivência; • Convivência saudável; • Individualidade, equipe; • Cooperação X competição;

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Desenvolver e praticar a compreensão com as pessoas, aprendendo a se colocar no lugar dos outros, convivência social, entendimento de regras, trabalho em equipe, tomada de decisões, disciplina, vencer e perder, entre outros.</p> <p>Aprimorar a força, velocidade, agilidade, resistência, coordenação e flexibilidade.</p> <p>Ser capaz de executar fundamentos básicos que envolvem os jogos educativos em suas diferentes modalidades.</p> <p>Desenvolver a coordenação motora, concentração, raciocínio lógico, memória, inteligência tática, resiliência mental, disciplina e profissionalismo, comunicação, entre outros.</p> <p>Exercitar a criatividade, trabalho em equipe e autocontrole, inteligência emocional fortalecida pelo esporte.</p> <p>Ensinar os movimentos básicos das modalidades esportivas, como o objetivo do jogo, as regras e as principais ações técnico-táticas.</p> <p>Explorar modalidades como o futebol, o futsal, o handebol, o basquetebol, entre outros, e compreender a lógica do jogo, as habilidades motoras e as estratégias.</p> <p>Identificar os elementos comuns aos esportes, como os materiais, o ambiente físico, e discutir sobre o ganhar e o perder.</p> <p>Destacar os valores éticos, sociais e o espírito de cooperação que a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidades técnicas de jogos desportivos; • Vivenciar diferentes jogos desportivos na escola de forma que o estudante construa conhecimento acerca daqueles que se tornarem mais significativos no contexto da escola. São exemplos: Futebol, Natação, Tênis, Golfe, Corrida, Boxe, Badminton, Basquete, Beisebol, entre outros. • História e trajetória dos jogos desportivos nos jogos olímpicos; • Entre outras situações, experiências que proporcionem ao estudante, em suas diferentes faixas etárias, a aproximação e conhecimento a cerca do futebol e seu contexto.

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>competição pode proporcionar.</p> <p>Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem.</p> <p>Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares.</p> <p>Compreender os jogos desportivos como possibilidades profissionais, esportes olímpicos, entre outros.</p> <p>Praticar jogos desportivos, na escola e na vida social, tais como: Futebol, Natação, Tênis, Golfe, Corrida, Boxe, Badminton, Basquete, Beisebol, entre outros.</p>	
Dança	<p>Vivenciar a desenvolver apreço por momentos de experimentação auditiva, visual e corporal da música e da musicalização.</p> <p>Participar e desenvolver movimentos de embalo por meio da música em diferentes situações e para diferentes finalidades, sozinho ou com auxílio do professor ou outras crianças.</p> <p>Desenvolver noções básicas de movimentação, orientação, sensibilidade, consigo e com os outros.</p> <p>Aprender a ouvir atentamente orientações e comandos, bem como, a expressão das músicas que incitam o movimento dançante.</p> <p>Apreciar a música e o movimento dançante em diferentes momentos da rotina escolar, atribuindo significados para cada experiência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar a música no cotidiano para que a mesma seja apreciada e vinculada com movimentos dançantes, desde o simples embalo do bebê até a produção de iniciativas musicais pelas crianças pequenas; • Conhecimento corporal – de si e do outro; • Emoções e expressões; • Corpo e movimento; • Lateralidade e noção espacial; • Ações naturais corriqueiras (pular, sentar, levantar, cair, correr, balançar, rodar, andar...); • Ritmos, gestos e movimentos; • Exercícios acerca da musculatura, coordenação motora, flexibilidade, postura, consciência

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo.</p> <p>Experimentar e apreciar diferentes manifestações da dança presentes em diversos contextos.</p> <p>Respeitar as experiências pessoais e coletivas em dança, realizadas de forma individual ou com participação de outras crianças ou adultos.</p> <p>Conhecer e apreciar danças de diferentes matrizes culturais e grupos folclóricos.</p> <p>Conhecer os elementos integrantes da dança para compreendê-la na totalidade de sua expressão.</p> <p>Reconhecer a linguagem presente na dança.</p> <p>Organizar, criar e apresentar danças a partir de histórias, temáticas e conteúdos dos demais campos de experiências.</p> <p>Vivenciar cirandas, cantigas dançadas (e de roda) e outras formas de expressão da dança individualmente e coletivamente.</p> <p>Desenvolver o trabalho em equipe e a colaboração através de danças grupais.</p> <p>Desenvolver juntamente com as demais linguagens da arte diferentes tipos de expressão corporal, facial, entre outras, reconhecendo seu intuito.</p>	<p>corporal, noções de espaço e integração social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repertório corporal a partir de: festas populares, danças folclóricas, circulares, cirandas ou cantigas de rodas, danças locais ou regionais; • Observar as variações de ritmos, valorizando o ritmo próprio; • Diferentes linguagens da dança que tragam a socialização através de movimentos dançantes, dinâmicos e expressivos; • Trabalho em equipe, colaboração e cooperação; • Entre outras iniciativas que o professor poderá desenvolver com base na turma e no desenvolvimento desta, considerando a necessidade de contextualizar as experiências vivenciadas com as crianças.

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
EIXOS TEMÁTICOS	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Compreender a dança como forma de expressão cultural dos diferentes povos, compreendendo os significados que a dança assume em cada contexto.</p> <p>Exercitar a musculatura, coordenação motora, flexibilidade, postura, desenvolvendo maior consciência corporal, noções de espaço e melhora na sua integração social.</p> <p>Expressar desejos, necessidades e emoções por meio da dança em diferentes situações do cotidiano.</p>	

COMPONENTE CURRICULAR: Serviço de Convivência Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, com caráter preventivo, protetivo e proativo. Os seus objetivos são: Fortalecer as relações familiares e comunitárias; Promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, Valorizar o sentido de vida coletiva; Defender e afirmar os direitos dos usuários; Desenvolver as suas capacidades e potencialidades; Prevenir a ocorrência de situações de risco social.

O planejamento das atividades do SCFV deve ser realizado com a participação da equipe do serviço e dos seus usuários. O **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** é um conjunto de serviços realizados em grupos de crianças, adolescentes, adultos ou idosos, de acordo com o seu ciclo de vida, e que busca complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além disso, o SCFV fortalece as relações familiares e comunitárias e promove a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.

Como já exposto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma intervenção social que visa fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de prevenir situações de risco social. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, que pode ser oferecido em Centros de Convivência ou no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O SCFV é realizado por meio de oficinas socioeducativas, que podem incluir diferentes oficinas.

No município de Modelo/SC o SCFV é parceiro do Programa Escola em Tempo Integral, sendo que, os estudantes do Ensino Fundamental frequentam por dois dias na semana, com realização de três oficinas por dia, com duração média de 1 a 1,5 horas diárias. As oficinas que são realizadas neste espaço, denominado como componente curricular, são: INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, MUSICALIZAÇÃO, HORTA E JARDINAGEM.

Desta forma, cabe enfatizar que estas oficinas demandam de planejamento e avaliação como nos demais componentes curriculares que compõe o percurso formativo dos estudantes da Escola em Tempo Integral, e para tanto, sugere-se, a seguir, um Quadro Organizador de habilidades e sugestões de conteúdos e de

experiências para serem desenvolvidas neste componente, podendo o profissional responsável, através de sua atuação crítica e coerente, ampliar o leque de oportunidades ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, garantindo a sequencialidade das aprendizagens e as possibilidades de aprofundamento no decorrer do percurso formativo.

Quadro 11 - Organizador Curricular – Componente Curricular Serviço de Convivência: Inteligência Emocional, Musicalização, Horta e Jardinagem

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
<p>Observação: Este componente curricular é desenvolvido a partir da etapa da Pré-Escola na Educação Infantil, estendendo-se ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, este Quadro Organizador contempla todas as habilidades já delineadas para a Educação Infantil, de forma que sejam ampliadas e aprofundadas ao longo do Ensino Fundamental, garantindo a sequencialidade e a decorrente complexificação. Além disto, novas habilidades foram acrescentadas considerando a possibilidade de produção ativa e protagonismo estudantil.</p>		
Horta e Jardinagem	<p>Conhecer e integrar-se no contexto do ambiente e da natureza como elementos que integram a vida humana.</p> <p>Conscientizar-se sobre a intervenção humana na natureza e a consequência de diferentes tipos de ação.</p> <p>Desenvolver o cuidado com e o contato com a natureza de diferentes formas.</p> <p>Aprender o cuidado e o trabalho com os diferentes tipos de plantas.</p> <p>Desenvolver o trabalho coletivo como forma de cuidado com o ambiente em que se vive e se relaciona o ser humano.</p> <p>Identificar o que é sustentabilidade, reconhecendo-a e praticando-a na vida cotidiana, escolar, familiar e social.</p> <p>Desenvolver conceitos como horta, jardim, lavoura, entre outros.</p> <p>Delinear conceitos básicos acerca da organização, preparo e cultivo de uma horta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e meio ambiente; • Vida humana e a relação com meio ambiente; • Natureza e meio ambiente; • Intervenção humana na natureza e nos meios em que vive; • Cuidado e contato com a natureza, ações e consequências; • Cuidado e trabalho com tipos de plantas; • Trabalho coletivo e cooperação; • Sustentabilidade; • Conceitos essenciais de horta, lavoura, jardim, entre outros; • Preparo de uma horta e jardim; • Diferentes tipos de hortas e jardins; • Organização de espaços com elementos de hortas e jardins; • Funções de uma horta e um jardim; • Visualizar vídeos e explicações sobre hortas; • Conhecer os mais significativos jardins do mundo de forma virtual • Importância da produção de alimentos em pequenas hortas;

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Desenvolver ações de criação de pequenas hortas ou hortas experimentais, em ambientes e possibilidades diversas, aplicáveis à educação infantil, como vasos, caixas, verticais, entre outros.</p> <p>Manter contato com diferentes tipos de horta, aprendendo como as mesmas podem ser organizadas, sua importância e formas de cultivo.</p> <p>Reconhecer a importância dos alimentos que podem ser produzidos numa horta, bem como, reconhecer a alimentação saudável como estilo de vida.</p> <p>Usufruir conscientemente dos produtos das hortas experimentais cultivadas na escola, seja no ambiente e alimentação escolar ou mesmo nas famílias.</p> <p>Identificar elementos que compõe os jardins bem como, formas de organizar jardins.</p> <p>Conhecer grandes e importantes jardins do mundo, por meio de atividades digitais e virtuais.</p> <p>Conhecer diferentes tipos de jardins, seu surgimento e importância na vida humana, individual e coletiva.</p> <p>Participar da organização do jardim da escola e de outros espaços correlatos à escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Importância dos jardins para o bem-estar humano; • Jardins públicos e privados – contextualizar; • Alimentação saudável e estilo de vida; • Uso consciente dos recursos naturais; • As atividades de plantar e regar as plantas são físicas e ajudam a melhorar o equilíbrio e a movimentação; • Lidar com a terra; • Atividades para aprenderem a trabalhar em equipe e a cocriar; • Ações para aprendem a identificar os alimentos que fazem bem para a saúde e a demonstrar maiores níveis de conhecimento sobre nutrição; • Estimular a curiosidade e a busca por conhecimento; • Promover a cultura maker, ou seja, as crianças “colocam a mão na massa”; • Desenvolver o pensamento lógico e científico; • Abordar a análise e a resolução de problemas de forma crítica e criativa; • Hortas comunitárias e o contexto social; • Produção comunitária e associações comunitárias; • Formas de produção de alimentos; • Agroecologia e produção de alimentos; • Agricultura e produção familiar; • Agrotóxicos X produção de alimentos; • Alimentos industrializados e saúde humana; • Entre outros conforme a possibilidade de aprofundamento.

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Aproveitar e usufruir os jardins disponíveis no contexto local para desenvolvimento de atividades escolares, percebendo a necessidade de cuidar e preservar estes espaços.</p> <p>Conhecer a realidade de hortas comunitárias, sua função social e pertinência nas comunidades em que se localizam.</p> <p>Identificar as diferentes formas de produção de alimentos, a partir das realidades locais dos educandos e ampliando para contextos mais abrangentes.</p> <p>Problematizar a produção de alimentos pelo viés agroecológico e a influência dos agrotóxicos.</p> <p>Relacionar a produção de alimentos em massa com a industrialização e suas consequências e influências.</p> <p>Conhecer pesquisas e resultados acerca da produção de alimentos na agricultura familiar e políticas interligadas a esta metodologia de produção.</p>	
Inteligência Emocional	<p>Conhecer-se enquanto afirmação da própria identidade, por meio de diferentes atividades pedagógicas e lúdicas.</p> <p>Desenvolver o aspecto socioafetivo para melhorar as relações consigo, com os outros e o meio em que vive.</p> <p>Identificar, gerenciar e expressar emoções de forma saudável.</p> <p>Desenvolver habilidades cognitivas como: memória, atenção,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade pessoal; • Diversidade, inclusão e respeito; • Competências socioemocionais; • Relações humanas e relacionamento; • Emoções; • Habilidades cognitivas: memória, atenção, concentração, raciocínio lógico; • Ansiedade, depressão e a relação com a vida humana e as

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>concentração e raciocínio lógico.</p> <p>Controlar ansiedade e depressão para melhor viver em coletividade.</p> <p>Fortalecer a saúde mental e valorizar as relações interpessoais saudáveis.</p> <p>Conhecer os próprios sentimentos e reações em diferentes situações.</p> <p>Praticar exercícios de respiração e meditação para manter a calma.</p> <p>Dedicar atenção aos colegas e procurar entender os seus sentimentos para melhorar a relação e a convivência.</p> <p>Expressar ideias e emoções de forma clara e respeitosa, fortalecendo a participação coletiva na vida escolar e familiar.</p> <p>Estabelecer objetivos claros e significativos nas relações sociais e interpessoais.</p> <p>Aprender a lidar com conflitos, frustrações, e outras situações desafiadoras da vida individual e coletiva.</p> <p>Resolver problemas e conflitos com argumentos e ações inteligentes e responsáveis.</p> <p>Não praticar bullying, preconceitos, discriminações ou racismo</p>	<p>relações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde mental, relações saudáveis e tóxicas; • Sentimentos e reações; • Respiração, meditação e outras formas de reflexão interior; • Participação social; • Respeito à diferentes ideias • Conflitos, frustrações e situações desafiadoras; • Argumentos e argumentação; • Responsabilidade e ética; • Bullying, preconceitos, discriminações, racismo, entre outros; • Usar histórias para falar de sentimentos, como solidão, inveja, ciúmes ou alegria; • Criar uma lista de emoções e encená-las com as crianças, ou mostrar figuras das expressões faciais e pedir para que identifiquem cada uma; • Atividades como dança, música, pintura e escrita para o desenvolvimento emocional das crianças; • Ensinar técnicas simples de respiração para ajudar a criança a ficar mais calma quando está agitada ou frustrada; • Promover atividades em grupo ajuda no desenvolvimento socioemocional; • Criar um senso de responsabilidade ajuda no desenvolvimento socioemocional; • Protagonismo juvenil; • Convivência e direitos humanos – desenvolver os direitos

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>no ambiente escolar e social, percebendo formas de enfrentamento a tais situações.</p> <p>Perceber-se como elemento protagonista, construtivo e fundamental para a convivência respeitosa, baseada nos direitos humanos e no bem-estar coletivo e social.</p> <p>Propor ideias para a resolução de problemáticas inerentes à escola e à vida social.</p> <p>Discutir políticas públicas para o bem-estar coletivo a partir das problemáticas locais.</p> <p>Desenvolver-se na perspectiva da Colaboração, Perseverança, Criatividade, Comunicação, Pensamento crítico, Proatividade.</p> <p>Participar de grupos (Ex. Grêmios Estudantis) em defesa dos direitos humanos (criança e estudante) desenvolvendo ações coletivas na escola e na sociedade.</p>	<p>humanos locais e escolares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Simular ou enfrentar situações problemáticas locais; • Colaboração, perseverança, criatividade, comunicação, pensamento crítico, proatividade; • Agremiações; • Entre outras possibilidades.
Musicalização	<p>Compreender a música com uma linguagem da arte e como forma de expressão humana.</p> <p>Estimular áreas cognitivas, motoras, emocionais e sociais.</p> <p>Desenvolver autoestima, motricidade e autoconhecimento.</p> <p>Desenvolver coragem, autoestima e superação de medos.</p> <p>Aprender a relação entre música e musicalização de forma a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de música e de arte; • Conceito de musicalização; • Formas de inserir a música na rotina das crianças; • Emoções e reações das crianças em diferentes situações. • Valores humanos; • Motricidade; • Autoconhecimento; • Coragem e autoestima;

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>perceber sua importância em seu próprio desenvolvimento.</p> <p>Desenvolver e praticar habilidades sociais, emocionais, físicas e psicológicas com uso da música e da musicalização.</p> <p>Estimular suas habilidades de forma lúdica contribuindo para o desenvolvimento da inteligência emocional.</p> <p>Aprimorar a percepção musical para que consiga acompanhar o ritmo sem que seja preciso explicar se o tempo está rápido ou lento.</p> <p>Reconhecer a orientação espacial e motora por meio dos movimentos corporais relacionados com a música, como criar coreografias, embalar-se, dançar de forma livre.</p> <p>Fortalecer o pensamento social com oportunidades educativas que permitam a combinação do canto e os movimentos que se combinam.</p> <p>Manusear e tocar instrumentos musicais ou de musicalização conforme a possibilidade da turma.</p> <p>Apresentar-se em festivais, recitais e outros eventos musicais ou literário-musicais.</p> <p>Utilizar a música no contexto escolar para aclimatização dos estudantes e organização de eventos/momentos diversos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Superação de medos ou traumas; • Percepção da música no ambiente ou em diferentes ambientes; • A música para resolução de conflitos e como estratégia de gestão de sala de aula; • Canto, dança e música; • Cantigas, cirandas, recitais, entre outros; • Contação de histórias e uso da música; • Apresentar diferentes estilos musicais, como música clássica, folclore, pop, rock, música popular brasileira; • Cantar com as crianças quando chegam para a aula, na hora do lanche ou na hora de sair; • Estimular as crianças a fazer movimentos quando forem cantar; • Usar fantoches para ensinar uma canção ou para que cantem com as crianças; • Acompanhar versinhos ritmados com palmas ou batidas na carteira; • Brincar com instrumentos musicais, como chocalhos especiais; • Alterar o andamento das músicas; • Criar melodias com versos que estão sendo estudados em sala de aula; • Assistir a musicais; • Oferecer instrumentos para manusearem; • Construir instrumentos alternativos; • Instrumentos e sons com outros materiais, recicláveis ou

Anos Iniciais – 1º ao 5º Anos		
OFICINA	HABILIDADES	SUGESTÃO DE CONTEÚDOS, EXPERIÊNCIAS, SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
	<p>Utilizar músicas nas brincadeiras e atividades cotidianas, na escola e na família.</p> <p>Analisar letras de músicas e as influências destas na vida pessoal ou coletiva.</p> <p>Analisar clipes, que podem ser ricos em elementos para serem abordados no percurso formativo.</p> <p>Criação de vídeos ou gravações que envolvam a música ou musicalização nas produções, voltadas ao processo formativo dos estudantes.</p> <p>Preparar o ambiente de forma a engajar os alunos, utilizando a musicalização como elemento estratégico.</p> <p>Utilizar instrumentos musicais, como tambores, chocalhos, reco-reco, ganzás, triângulos, pratos, entre outros.</p>	<p>não;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso de instrumentos variados em diferentes situações do cotidiano; • Brincadeiras musicais e trabalhos em grupos; • Improvisações, criação de melodias e letras, criação de danças e exploração de instrumentos musicais • Festival da Canção; • Criação de vídeos, gravações em situações que sejam interessantes para os estudantes e que envolvam a música como elemento norteador; • Análise individual ou coletiva de diferentes tipos de clipes, percebendo os diferentes aspectos que os compõe; • Trabalhar com letras musicais e realização de análises e reflexões; • Vivências com uso de instrumentos musicais; • Entre outros.

6.1.4 Avaliação no Programa Escola em Tempo Integral

À medida que as crianças e estudantes estiverem matriculados, a rede deve dar início ao planejamento dos processos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento, garantindo que as escolas conheçam e participem da revisão ou pactuação dos instrumentos, métodos, estratégias e possam de fato utilizá-los da melhor forma ao longo do tempo, oportunizando autonomia docente para adequação das possibilidades avaliativas aos planejamentos. A avaliação, além de seguir os mesmos trâmites legais da escola em tempo regular, deve procurar desenvolver-se na mesma concepção, que já há tempos vem sendo discutida por educadores e não cabe aqui conceituar.

No entanto, é mantendo o ciclo currículo-avaliação-formação que a educação integral ganha vida, pertinência e efetividade. No acompanhamento permanente dos processos, é possível fazer ajustes de percurso, investindo em replanejamentos para a solução de eventuais problemas ou dificuldades.

A avaliação na educação integral transcende a mera mensuração de resultados, uma vez que busca compreender o desenvolvimento integral das crianças e estudantes, em suas múltiplas dimensões. Portanto:

- É um processo contínuo e formativo: acompanha o processo de aprendizagem dos alunos, fornecendo orientação constante e formativa para o seu desenvolvimento;
- É contextualizada e participativa: leva em consideração o contexto social, cultural e histórico dos alunos, e envolve todos os agentes da comunidade escolar no processo avaliativo;
- É dialógica e reflexiva: promove o diálogo entre os diferentes saberes e experiências, e incentiva a reflexão crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem;
- É autoavaliativa e coavaliativa: estimula a autonomia dos alunos na avaliação de sua própria aprendizagem e na construção de conhecimentos de forma colaborativa.

Poderíamos ainda questionar, por que avaliar? E a resposta seria no sentido de:

- Compreender o desenvolvimento integral dos alunos: Identificar seus progressos, desafios e necessidades, para garantir um ensino mais personalizado e eficaz;

- Orientar a prática educativa: Fornecer retorno aos professores, para que possam ajustar suas estratégias;
- Promover a aprendizagem: Estimular a reflexão crítica dos alunos sobre seus próprios processos de aprendizagem, para que se tornem protagonistas de sua formação. Valorizar as diferentes formas de aprender: Reconhecer a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos;
- Prestar contas à sociedade: Demonstrar o impacto da educação integral na formação dos alunos e na comunidade.

É sabido e precisa ser considerado que, uma educação baseada nas diferentes dimensões do ser humano, deve proceder e orientar seus processos avaliativos também nesta direção, e para isso, trouxemos a imagem a seguir que pode contribuir no desenvolvimento da prática avaliativa no contexto escolar.

DIMENSÕES E CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE ALUNOS E ALUNAS

DIMENSÕES	INDICADORES
FÍSICA	<ul style="list-style-type: none"> • Autocuidado • Qualidade de Vida • Potência
EMOCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Autoconhecimento • Estabilidade Emocional • Resiliência • Sociabilidade • Abertura ao novo • Responsabilidade
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade econômica • Sustentabilidade ambiental • Sustentabilidade política
INTELLECTUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Multiletramentos • Construção do conhecimento
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura • Apreciação • Apropriação • Identidade • Produção

Fonte: Centro de Referências de Educação Integral

Neste sentido, ainda podemos nos referir sobre “O que e quem avaliar?”. A avaliação na perspectiva de uma Educação Integral deve considerar três dimensões de forma integrada:

- O desenvolvimento integral das crianças e estudantes: Avaliar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano - intelectual, emocional, social, cultural e física;
- O processo de ensino-aprendizagem: Avaliar a qualidade das práticas pedagógicas, a organização curricular e os recursos didáticos utilizados;
- O impacto da educação integral: Avaliar os resultados na formação das crianças e estudantes e na comunidade.

6.2 Infraestrutura e Materiais

Em termos estruturais, também existe a possibilidade de apoio técnico e financeiro da União para com os Municípios. A RESOLUÇÃO Nº 26, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral.

A rede de ensino precisa estar atenta para que o programa tenha as condições mínimas para que, com qualidade, seja executado. Neste sentido, deve-se atentar para necessidades como:

- Ampliação ou remodelação do espaço físico: necessidade de mais salas de aula (ou com outras disposições/ características), laboratórios, bibliotecas ou salas de leitura, espaços para atividades previstas e áreas de lazer;
- Adaptação dos espaços existentes: adequação dos espaços para diferentes atividades e faixas etárias, garantindo acessibilidade e segurança;
- Tecnologia e conectividade: investimento em infraestrutura tecnológica para acesso à internet, uso de recursos digitais e comunicação;
- Manutenção e conservação: garantia de um ambiente escolar seguro, limpo e adequado para o desenvolvimento das atividades;
- Alimentação: oferecer refeições nutritivas e adequadas às necessidades dos alunos, considerando diferentes faixas etárias e restrições alimentares para as diferentes modalidades de jornada escolar;
- Transporte: garantir o transporte escolar seguro e eficiente para todos os alunos, especialmente aqueles que residem em áreas distantes da escola;

- Higiene: equipar as escolas com infraestrutura e materiais necessários ao processo de higiene dos estudantes, incluindo kits individuais para escovação de dentes, por exemplo;
- Materiais pedagógicos: fornecer materiais adequados para as diferentes atividades pedagógicas, incluindo materiais lúdicos, esportivos e artísticos em perspectiva inclusiva e os específicos para apoio aos estudantes com deficiência.

Diante do exposto, para equipar as escolas com a infraestrutura e materiais necessários para garantir a aprendizagem dos estudantes, duas etapas e considerações são essenciais:

- Avaliação Inicial: Realizar uma auditoria das instalações existentes para identificar deficiências. Consultar diretores, professores, pais e estudantes para entender suas necessidades e preocupações;
- Planejamento e Orçamento: Desenvolver um plano detalhado que inclua todas as necessidades de infraestrutura e materiais. Estabelecer um orçamento adequado e buscar fontes de financiamento, como governo, ONGs, parcerias com empresas privadas, e campanhas comunitárias.

Com base no exposto, cada unidade escolar elaborou, por unidade ou por nível de ensino, um quadro com as principais características no que se refere à questão estrutural para o atendimento ao programa, conforme segue:

JARDIM DE INFANCIA CANTINHO ALEGRE

ITEM ESTRUTURAL	DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES
Espaço e estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do espaço das salas de aula, espaço de uma área verde, estrutura para descanso espaço de mídia. • Melhorar a estrutura do parque: como mais balanços e brinquedos apropriados para a faixa etária dos educandos; • Caixa de areia maior e mais fechada.
Materiais pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos para os docentes com ideias de atividades lúdicas para trabalhar com os alunos; • Materiais diversos de papelaria; • Fantoques, fantasias e acessórios de teatro • Jogos e brinquedos educativos; • Brinquedos diversos; • Entre outros.

Higiene e cuidados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Escova de dente e cabelo; • Gel dental; • Repelente; • Protetor solar; • Saquinho plástico; • Copinho/garrafa para água.
Transporte escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de transporte para alunos dos bairros e do interior
Alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Balanceado e variado, garantindo o fornecimento de todos os grupos alimentares essenciais, como carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais; • Uso de alimentos naturais e integrais, com redução de açúcares e gorduras saturadas; • Deverá ser adaptado para crianças com alergias ou restrições alimentares, como intolerância à lactose ou alergia ao glúten.
Manutenção e conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza diariamente dos ambientes internos e externos da instituição; • Realizar com frequência a dedetização dos ambientes; • Limpeza da caixa de água; • Semanalmente realizar uma faxina na instituição.
Tecnologia e conectividade	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Wi-Fi segura com controle de acesso, permitindo o uso de dispositivos conectados em atividades supervisionadas; • Projetores para exibição de vídeos educativos, filmes curtos, e apresentações interativas para grupos de crianças.
Adaptação para pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> • Rampas; • Banheiros Acessíveis; • Mobiliário Adequado.
Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor; • Coordenador pedagógico; • Professor e auxiliar educacional; • Nutricionista; • Psicólogo; • Assistente social; • Segurança; • Auxiliar de serviços gerais; • Cozinheira.
Outras necessidades da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Extracurriculares: Música, dança e outras atividades que complementam o currículo tradicional; • Educação Ambiental: Projetos e atividades que ensinem sobre sustentabilidade e respeito à natureza; • Programas de Inclusão: Ações voltadas para a inclusão de crianças com necessidades especiais; • Educação Física: Aulas regulares de movimento e atividades físicas adaptadas à faixa etária; • Relacionamento com as Famílias: Programas de integração e comunicação constante com os pais ou responsáveis.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO LAR

ITEM ESTRUTURAL	DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES
Espaço e estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar um projeto com o terreno ao lado do parque que não está sendo utilizado para as atividades físicas e complementares; • Melhorar a estrutura do parque: como mais balanços e brinquedos apropriados para a faixa etária dos educandos; • Caixa de areia maior e mais fechada.
Materiais pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos para os docentes com ideias de atividades lúdicas para trabalhar com os alunos; • Materiais diversos de papelaria; • Fantoques, fantasias e acessórios de teatro • Jogos e brinquedos educativos; • Brinquedos diversos; • Entre outros.
Higiene e cuidados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Escova de dente e cabelo; • Gel dental; • Repelente; • Protetor solar; • Fralda, pomada, lenço umedecido (para a criança que necessitar); • Saquinho plástico; • Copinho/garrafa para água.
Transporte escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Não necessitamos de transporte escolar, devido a faixa etária das crianças.
Alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Balanceado e variado, garantindo o fornecimento de todos os grupos alimentares essenciais, como carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais; • Uso de alimentos naturais e integrais, com redução de açúcares e gorduras saturadas; • Deverá ser adaptado para crianças com alergias ou restrições alimentares, como intolerância à lactose ou alergia ao glúten.
Manutenção e conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza diariamente dos ambientes internos e externos da instituição; • Realizar com frequência a dedetização dos ambientes; • Limpeza da caixa de água; • Semanalmente realizar uma faxina na instituição.
Tecnologia e conectividade	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Wi-Fi segura com controle de acesso, permitindo o uso de dispositivos conectados em atividades supervisionadas; • Projetores para exibição de vídeos educativos, filmes curtos, e apresentações interativas para grupos de crianças.
Adaptação para pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> • Rampas; • Banheiros Acessíveis; • Mobiliário Adequado.
Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor; • Coordenador pedagógico;

	<ul style="list-style-type: none"> • Professor e auxiliar educacional; • Nutricionista; • Psicólogo; • Assistente social; • Segurança; • Auxiliar de serviços gerais; • Cozinheira.
Outras necessidades da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Extracurriculares: Música, dança e outras atividades que complementam o currículo tradicional; • Educação Ambiental: Projetos e atividades que ensinem sobre sustentabilidade e respeito à natureza; • Programas de Inclusão: Ações voltadas para a inclusão de crianças com necessidades especiais; • Educação Física: Aulas regulares de movimento e atividades físicas adaptadas à faixa etária; • Relacionamento com as Famílias: Programas de integração e comunicação constante com os pais ou responsáveis.

ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA GRISELDI MARIA MÜLLER

ITEM ESTRUTURAL	DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES
Espaço e estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um projeto de construção de uma sala de aula para atividades diversas (dança, música, coordenação motora, etc.); • Construção de um auditório para apresentações e eventos escolares.
Materiais pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> • Livros didáticos atualizados para todas as disciplinas; • Materiais de papelaria diversos (papel, canetas, lápis, borrachas, etc.); • Jogos educativos que estimulem o raciocínio lógico e a criatividade; • Materiais específicos para atividades de dança (tapetes, espelhos, barras de apoio) e música (instrumentos musicais).
Higiene e cuidados pessoais (uso pessoal).	<ul style="list-style-type: none"> • Escova de dente e cabelo; • Creme dental; • Repelente; • Protetor solar; • Coberta; • Colchonete; • Travesseiro; • Garrafa para água.
Transporte escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Precisamos de transporte escolar no período matutino e vespertino, para vir e retornar no final da tarde para alguns alunos de bairros e interior, devido à distância. E também para passeios e visitas.
Manutenção e conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza diária dos ambientes internos e externos da instituição; • Dedetização regular dos ambientes; • Limpeza periódica da caixa d'água;

	<ul style="list-style-type: none"> • Faxina semanal completa nos ambientes internos e externos da instituição.
Tecnologia e conectividade	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Wi-Fi segura com controle de acesso, permitindo o uso de dispositivos conectados em atividades supervisionadas; • Sala de Informática equipada; • Projetores e caixas de som em todas as salas; • Notebook para cada sala de aula.
Adaptação para pessoas com deficiência (não temos alunos com limitação física)	<ul style="list-style-type: none"> • (Mesmo não havendo atualmente alunos com limitações físicas, a escola deve estar preparada para receber todos os alunos, respeitando a inclusão e acessibilidade.) • Rampas de acesso; • Banheiros acessíveis; • Mobiliário adequado.
Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor; • Coordenador pedagógico; • Professores e oficinairos especializados em atividades extracurriculares (dança, música, esportes, jogos de mesa, inteligência emocional); • Nutricionista; • Psicólogo; • Assistente social; • Segurança; • Auxiliar de serviços gerais; • Cozinheira.
Outras necessidades da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades extracurriculares que promovam o desenvolvimento integral dos alunos, como dança, música, esportes, coordenação motora, inteligência emocional e jogos de mesa; • Parcerias com instituições locais para o desenvolvimento de projetos sociais e culturais; • Capacitação contínua dos professores e funcionários para atender às novas demandas educacionais e sociais.

6.3 A Formação Permanente dos Profissionais

A formação dos profissionais envolvidos é chave para o sucesso do programa. Assim, cabe à equipe da Secretaria de Educação elaborar um Plano de Formação permanente para a rede, em parceria com os envolvidos. As potências e fragilidades das escolas e territórios devem ser base para este plano, que deve ser implementado regularmente tanto pela Secretaria, com apoio do COMEITI, seguindo o calendário da rede, quanto pelas escolas no cotidiano da gestão e nos horários de planejamento pedagógico. O desenvolvimento um plano de formação abrangente deve articular:

- Diagnóstico das necessidades: escutando as demandas dos profissionais e mapeando os desafios da rede municipal;
- Definição de prioridades: priorizando temas relevantes para o contexto local e para o desenvolvimento da educação integral segundo a discussão curricular da rede;
- Criação de um calendário anual: oferecendo diversas modalidades formativas ao longo do ano letivo, em horários compatíveis com a jornada de trabalho dos professores, combinando:
- Formação presencial: palestras, cursos e oficinas com especialistas da própria rede e convidados;
- Formação à distância: plataformas online e comunidades virtuais, ampliando o acesso à formação e promovendo a autonomia dos profissionais;
- Formação em serviço: assessoria pedagógica e tematização realizada pelos coordenadores pedagógicos e supervisores nas unidades de ensino, acompanhamento e reflexão crítica da prática docente, com foco na construção de soluções para os desafios da sala de aula;
- Intercâmbios e visitas técnicas: compartilhamento de experiências entre escolas e redes de ensino, promovendo a troca de saberes e a inovação.

A valorização dos professores por meio da oferta qualificada de formação em contexto de trabalho é um princípio estruturante da Política de Educação Integral. A formação continuada na educação integral transcende o lugar da atualização profissional sobre determinadas temáticas ou práticas - ela é um processo dinâmico e permanente de pactuação pelo direito à educação integral e que busca:

- Cultivar a reflexão crítica sobre a prática docente: construindo novos significados, em diálogo com as realidades e necessidades dos educandos;
- Fortalecer a práxis educativa: entrelaçando teoria e prática, com ênfase na experimentação de metodologias inovadoras e na construção de um currículo interdisciplinar;
- Promover a aprendizagem colaborativa: entre pares, com a comunidade escolar e com diferentes profissionais, tecendo redes de conhecimento e experiências;
- Ampliar a compreensão da educação integral: abrangendo seus fundamentos, princípios e diretrizes, para uma atuação coerente com seus objetivos.

Ainda, deve-se orientar o processo formativo dos profissionais - não somente daqueles diretamente envolvidos no programa, mas para toda escola e seus parceiros envolvidos, - considerando abranger:

- **Autoria:** Na Educação Integral, processos formativos requerem mediação adequada para que os participantes sejam ativos e autores da construção do conhecimento. O participante da formação é reconhecido como sujeito detentor de conhecimentos próprios, com experiências, repertórios e trajetórias singulares; elementos fundamentais ao seu aprendizado e, por consequência, à sua atividade docente. Na medida em que ele se torna coautor, se corresponsabiliza pelo processo, testa novas possibilidades de atuação e fortalece seu papel como produtor de conhecimento na rede. A autoria é manifestação da criticidade reflexiva.
- **Ampliação de Repertório:** Da mesma forma, a formação na educação integral deve ser referenciada em experiências bem sucedidas no Brasil e no mundo, que possam auxiliar os participantes a ampliarem seus repertórios sobre educação, práticas pedagógicas e de gestão diferenciadas. Reconhecer a vasta experiência do Brasil na implementação da concepção de educação integral significa perceber avanços, apontar desafios e tangibilizar o que muitas vezes pode ser percebido como um paradigma inalcançável. Transformações reais exigem inspiração. Além disso, reconhecer a trajetória da própria rede e as experiências desenvolvidas é fundamental para garantir a pertinência das mudanças propostas.
- **Cocriação – Redes de Construção Coletiva:** A importância das redes de troca de conhecimento entre escolas (mesmo de outras redes) na construção e implementação da educação integral é enorme. Redes proporcionam um ambiente de colaboração e aprendizado mútuo, em que escolas podem compartilhar experiências, boas práticas, desafios enfrentados e soluções encontradas. Quando escolas pertencentes a uma mesma rede se conectam, elas têm a oportunidade de alinhar estratégias, desenvolver projetos conjuntos e fortalecer a identidade e missão da rede como um todo, em um ambiente de cooperação e solidariedade.

- **Autoformação:** Por fim, a lógica do processo formativo na educação integral deve responder a um constante e permanente investimento na autoformação dos participantes. É fundamental que eles se reconheçam como sujeitos desse coletivo, corresponsáveis pela implementação do Plano de Formação e busquem pelo saneamento de necessidades ou dificuldades inerentes ao seu fazer cotidiano.

6.3.1 Estrutura e Plano de Formação dos Profissionais envolvidos e sua Efetivação

O Plano de Formação deve atender a toda a rede, garantindo que cada segmento seja contemplado. Na educação integral, não apenas os profissionais da rede devem ser considerados, mas toda a comunidade escolar e parceiros.

A formação na educação integral deve se dar necessariamente em contexto de trabalho, não apenas respeitando o direito laboral dos profissionais e parceiros da rede, mas tomando a prática cotidiana destes como insumo permanente do próprio processo formativo. Dessa forma, o Plano de Formação deve levar em consideração a carga horária de trabalho dos profissionais, a disponibilidade dos parceiros e as necessidades concretas que estes têm em suas funções e atividades cotidianas na proposta.

PLANO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS E SUA EFETIVAÇÃO

EIXO DE FORMAÇÃO	AÇÃO/TEMA	CH	PÚBLICO ALVO	PARCEIRO E METODOLOGIA
Autoria e Autoformação	Formação Teórica sobre o Programa e os conceitos imbricados	08	SME, Cultura e Esportes, Gestores, Professores, Funcionários e Parceiros	Estudos sobre o conceito de Educação Integral, direitos da criança, currículo ampliado e metodologias ativas. Estudo da legislação que ampara o Programa Escola em Tempo Integral
Autoria e Autoformação	Oficina de Metodologias Ativas e Aprendizagem Colaborativa	08	Gestão, professores e parceiros	Desenvolver um dia de Estudos em que se realize oficinas práticas e pedagógicas para promover a autonomia dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas.

Autoria e Autoformação	Formação em Gestão do Tempo e Organização do Currículo Integrado	08	Gestão e professores	Formação teórico-prática sobre como estruturar e organizar o tempo integral, respeitando as diferentes demandas pedagógicas e sociais da criança, do estudante e das famílias.
Co-Criação	Mesa Redonda entre os Profissionais do Programa	08	Gestão, professores e parceiros	Mesa Redonda de partilha de experiências e socialização de atividades realizadas por cada profissional do programa, de forma a partilhar saberes, ideias, angústias e planejar coletivamente.
Ampliação de Repertório	Visitação a outros contextos em que haja iniciativas de Educação em Tempo Integral	08	Todos profissionais envolvidos no programa e representantes dos pais	Realizar visita técnica e de estudos em outro município/escola que desenvolva programas dessa natureza, para compartilhar experiências, trocar ideias e conhecer práticas exitosas e dificuldades enfrentadas.

6.4 Planejamento e Documentação Pedagógica

O profissional que atuará nos percursos formativos do Programa Escola em Tempo Integral passa a integrar uma estrutura escolar, seja na dimensão estrutural ou pedagógica. Dessa forma, como profissional da escola, o mesmo submete-se aos direcionamentos, da mesma forma como deve participar ativamente dos espaços democráticos e de decisão coletiva.

Quanto ao planejamento e demais orientações pedagógicas deverá seguir o direcionamento da escola e atuando em consonância com o mesmo, vinculado ao Coordenador Pedagógico e ao Gestor Escolar.

A documentação pedagógica segue o mesmo direcionamento, devendo atentar para a documentação necessária para seu exercício profissional, assim como, manter atualizados e alimentados os documentos necessários que versam sobre a vida escolar dos estudantes com quem atua.

7 INTERSETORIALIDADE, CONVÊNIOS, PARCERIAS E INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A intersetorialidade, além de uma diretriz do Programa de Escola em Tempo Integral, é uma das premissas básicas. A Política de Educação Integral pressupõe uma nova forma de conceber o processo educativo que ocorre na cidade/território. Por essa razão, envolver diversas instituições na sua viabilização é muito recomendável.

Para a realização das Políticas de Educação Integral, a secretaria pode lançar mão de convênios. Estes, dependendo da legislação do município, também podem ser executados diretamente pelas escolas. De maneira geral, os convênios não se aplicam apenas à extensão da jornada escolar, mas podem ser particularmente interessantes quando há ampliação do tempo e da oferta de atendimento aos estudantes. Quando acessados, os convênios e as parcerias devem ser monitorados não apenas pela Secretaria de Educação, mas pela escola. Este monitoramento deve sempre ter como foco a lisura dos processos administrativos, financeiros e a qualidade pedagógica/educativa dos processos. Ou seja, de nada adianta ter um parceiro que é bastante correto na gestão administrativa e financeira, mas cujas atividades não são consonantes com o previsto no PPP da escola, e vice versa.

Uma Política de Educação Integral não se faz sem parceria, seja com as equipes das outras secretarias da prefeitura ou com instituições que estejam nos territórios em que estão localizadas as escolas. Por essa razão, é fundamental que esse elemento também faça parte do diagnóstico, especialmente quando se considera a ampliação da jornada escolar.

A articulação de políticas intersetoriais possibilita que a função pública seja efetivamente desempenhada, atendendo aos munícipes de maneira adequada, principalmente, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, conhecer as organizações e as possibilidades oferecidas pelo território é um ponto de partida estruturante para a ampliação da jornada com parcerias, e interessante para as demais modalidades. Entender a natureza das suas ações, a capacidade de atendimento e as contribuições à agenda da educação é fundamental para viabilizar o planejamento das ações pedagógicas na Escola em Tempo Integral.

Ao mesmo tempo, estas organizações podem ser aliadas para além do atendimento das crianças e adolescentes, contribuindo com outras dimensões da

política, como no apoio de processos formativos da rede, na qualificação da infraestrutura, em conexões com outros agentes da rede local, entre outros.

O estabelecimento de parcerias com outros setores, públicos ou privados é uma das formas de viabilização da Política de Educação Integral em uma rede de ensino, no entanto deve-se atentar sempre para a intencionalidade pedagógica, a regularidade fiscal e jurídica dos parceiros, conveniados ou outros, bem como suas características particulares pelas quais será possível que a equipe gestora da escola em tempo integral na rede de ensino se aproxime dessas instituições, conhecendo seu repertório e trajetória e identificando potencialidades no trabalho em parceria.

É recomendado que, na medida do possível e com base nas características locais, a rede realize um Termo de Cooperação Técnica com seus parceiros, delineando adequadamente todos os quesitos necessários para a fiel e qualificada execução dos trabalhos.

As diferentes Secretarias de Governo bem como demais setores ou órgãos envolvidos em algum tipo de parceria com a escola, devem se corresponsabilizar:

- Pelo desenvolvimento do planejamento intersetorial, estabelecendo os objetivos, metas e estratégias que orientarão a operacionalização da política;
- Por contribuições com as diretrizes pedagógicas e metodológicas que orientarão a oferta educativa concretizada pela política;
- Pelos parâmetros para contratação, articulação e formação da rede de educadores planejada para a Política;
- Pelo modelo de gestão da política, incluindo a territorialização das estratégias previstas, os meios para articulação comunitária, formação de redes, participação social e gestão compartilhada;
- Pelos indicadores e meios para o monitoramento, avaliação e controle social das estratégias e políticas setoriais articuladas.

7.1 COMEITI – Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

O Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (COMEITI), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de realizar, de forma Intersetorial, a governança sistêmica dos esforços da implementação das estratégias e ações relativas à Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Ao COMEITI compete:

- a) Participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
- b) Monitorar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
- c) Subsidiar a elaboração dos parâmetros de qualidade para as condições de oferta do tempo integral e para a aprendizagem dos estudantes;
- d) Sistematizar dados e emitir recomendações para a atuação da Secretaria Municipal de Educação na melhoria contínua da política;
- e) Participar e/ou realizar a avaliação e monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

O COMEITI tem a seguinte composição:

- Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

TITULARES: Raquel Stocker e Geovana Rohenkohl

SUPLENTES: Diane Hollas e Joceani Rambo

- Gestão Escolar de cada Escola Municipal

TITULARES: Margarete Turella e Moana Santos

SUPLENTES: Vanice Gavineski e Marília Cremonini

- Equipe Multidisciplinar da Rede de Ensino

TITULAR: Leticia Both

SUPLENTE: Diva Sandmann

- Professores de cada faixa etária (etapa) da Educação Infantil

TITULARES: Daniela Marins

SUPLENTES: Veronica Valmorbida e Cristiane Fuzinatto

- Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental

TITULARES: Viviane Carneiro e Rosane Jacoby

SUPLENTES: Gilneide Braun e Helena Jacobsen

- Conselho Municipal de Educação

TITULAR: Miriam Frey

SUPLENTE: Janice Billig

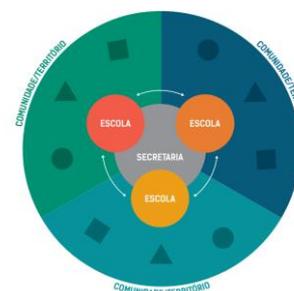
- Conselho do FUNDEB
TITULAR: Adriana da Silva
SUPLENTE: Cleber Eberhart
- Secretaria Municipal de Assistente Social
TITULARES: Eliana Lorenz e Rosane Teixeira
SUPLENTE: Loraci Bellaver e Patricia Machado
- Secretaria Municipal Agricultura
TITULAR: Aerton Valmorbida
SUPLENTE: Regina de Godois
- Secretaria Municipal da Saúde
TITULAR: Giseli da Silva
SUPLENTE: Gabrieli Possebon
- APP
TITULAR: Avana Rauber
SUPLENTE: Cleilamar Biazebetti
- Conselho Tutelar
TITULAR: Roseli Eloy
SUPLENTE: Ana Paula Bolis
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA
TITULAR: Márcia Linke
SUPLENTE: Marli Schlosser

Cada membro terá 01 (um) suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos. Os membros e os respectivos suplentes foram indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam e designados por este ato do Prefeito Municipal, a saber, o DECRETO Nº 216/2024, de 05 de junho de 2024. As atividades deverão ser desenvolvidas, preferencialmente, dentro do horário de funcionamento dos órgãos públicos e não será renumerado. A Secretaria Executiva do COMEITI será exercida pelos Representantes da Secretaria Municipal de

Educação, local onde deverão ficar arquivados todos os documentos e onde deverão ser realizadas as atividades presenciais relativas ao programa. Após a aprovação desta política que demanda de trabalho contínuo do Comitê, o COMEITI se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação, sendo que o quórum da reunião é de metade dos seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

7.2 Relação entre Secretaria de Educação e Unidades Escolares

Aspecto já destacado pelo UNICEF desde 2007, na publicação *Redes de Aprendizagem*, é necessário entender a rede municipal de educação como mais do que um conjunto de escolas sob a gestão do município, mas como um fluxo de trocas de informações e recursos que alimentam relações e aprendizagens coletivas, orientadas por um propósito comum. Nessa concepção, o estudante não é só de uma professora ou mesmo de uma escola, mas é estudante de uma rede, ao mesmo tempo em que também o professor é parte da equipe da escola e da rede.



A Secretaria de Educação e cada uma das escolas possuem responsabilidades específicas que, articuladas, possibilitam que a Escola em Tempo Integral aconteça. Essa engrenagem só é possível mediante a constituição de um modelo de gestão integrada que estabeleça os processos, responsáveis, instâncias e instrumentos necessários para que a colaboração de fato aconteça, como delineado no item 6 (Diretrizes Gerenciais) deste documento.

O processo de diálogo permanente entre a Secretaria e as escolas, por meio de seus Gestores responsáveis, é uma forma de organizar o fluxograma de trabalhos sem que haja sobrecarga ou sobreposição de funções e/ou demandas tanto para as escolas, quanto para as redes.

Desta forma, diante de qualquer situação, as escolas por meio de seus gestores devem buscar realizar a governança no sentido de resolver as demandas possíveis, e caso necessário, devem reportar-se formalmente e imediatamente à Coordenação do Programa, exposto nas Diretrizes Gerenciais deste documento, e/ou ainda, ao COMEITI, corresponsável pela gestão do Programa a nível local.

7.3 Relação das demais Secretarias Municipais, Conselhos e demais Órgãos com as Escolas em Tempo Integral

Por meio de um mapeamento de oportunidades, parcerias estratégicas e descentralização de recursos é possível construir um programa sustentável e de qualidade para todos os alunos.

Portanto, a fim de apoiar o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, cabe à Secretaria viabilizar articulações no nível da gestão central, por meio de sua Coordenação Geral apoiada pelo COMEITI, construindo mecanismos e dispositivos para o planejamento, execução e monitoramento de ações conjuntas e integradas, a partir da natureza e das atribuições referentes a cada órgão ou setor.

Estas ações devem ser, a partir deste esforço, materializadas no território, apoiando as escolas na interlocução com os serviços da saúde, assistência, cultura, esporte e lazer, etc. Novamente, é na pactuação dos princípios da educação integral e da proposta da rede que se articulam os projetos pedagógicos das escolas e territórios, construindo arranjos particulares em cada comunidade, mas coordenados por um alinhamento comum.

7.3.1 Lista de Secretarias, Conselhos e Órgãos Parceiros

Atualmente, no início do Programa, são Parceiros da Escola em Tempo Integral:

- Representantes da Secretaria Municipal da Educação:
- Gestão Escolar de cada Escola Municipal
- Equipe Multidisciplinar da Rede de Ensino
- Professores de cada faixa etária (etapa) da Educação Infantil
- Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho do FUNDEB
- Secretaria Municipal de Assistente Social
- Secretaria Municipal Agricultura
- Secretaria Municipal da Saúde
- APP
- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA

Esta representação de parcerias, portanto, não é um grupo fechado, mas aberto a novas possibilidades que se mostrarem importantes para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. As parcerias no momento estão representadas no COMEITI, mas isso não é regra. O COMEITI é o Comitê responsável pelo direcionamento dos trabalhos na implantação do programa, e as parcerias, por sua vez, podem ser firmadas ou desfeitas toda vez que importar na aprendizagem e/ou na organização e sustentabilidade do programa, mediante os trâmites cabíveis e necessários em cada situação.

7.3.2 Agenda de ações conjuntas e intersetoriais

Esta é uma agenda preliminar a ser desenvolvida de forma intersetorial com os parceiros atuais do programa. No entanto, assim como a lista de parceiros, não é um quadro fechado, sendo que, no decorrer dos trabalhos novas parcerias e ações podem surgir e se mostrar interessantes para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos estudantes.

As unidades escolares da rede de ensino, juntamente com o COMEITI, sugerem uma agenda de ações a serem desenvolvidas:

AGENDA DE AÇÕES CONJUNTAS E INTERSETORIAIS

PARCEIROS	AÇÃO	PÚBLICO ALVO	METODOLOGIA
Secretaria da Saúde	Sessões de Orientação nutricional para alunos e famílias; Oficinas de autocuidado e higiene pessoal; Campanhas de conscientização, orientações de hábitos saudáveis, semana da higiene bucal; Capacitações sobre saúde mental com	Professores, Estudantes e famílias, conforme o planejamento da ação	A ser definida entre escola e o parceiro envolvido no decorrer das atividades.

	psicólogos escolares.		
Secretaria da Assistência Social	Promover debates sobre cidadania e direitos humanos, incluindo oficinas de mediação de conflitos, resolução pacífica de problemas e incentivo à participação social. Integração social entre as famílias que tem estudantes matriculados na Escola em tempo Integral.	Professores, Estudantes e famílias.	A ser definida entre escola e o parceiro envolvido no decorrer das atividades. Reunir as famílias para uma integração com café, apresentar os trabalhos realizados pelos alunos e o desenvolvimento do projeto.
Secretaria da Cultura	Realizar atividades semestrais de música e artesanato, envolvendo a comunidade escolar e local.	Toda comunidade escolar.	A ser definida entre escola e o parceiro envolvido no decorrer das atividades.
Secretaria de Agricultura	Horta ou Jardim Sensorial	Todas as turmas do ETI.	Definir um espaço no educandário que será dedicado à exploração sensorial através de texturas diferentes, fragrâncias, cores, tamanhos, proporcionados por diferentes plantas ornamentais e aromáticas.
Conselho Tutelar	Palestra sobre os direitos e deveres dos cidadãos	Todas as turmas do ETI.	Realizar uma conversa com os alunos sobre a importância do diálogo, a necessidade de preparar as crianças para a vida em sociedade, entender que seus direitos acompanham uma série de responsabilidades, com principal enfoque na família e na educação.
Departamento de Esportes	Jogos de integração	Turmas do integral em parceria com integral de outras	Fazer parceria com outras cidades e promover jogos, para fortalecer as trocas de

		cidades.	experiências entre estudantes, momentos de integração e socialização; favorecer o trabalho com a interdisciplinaridade, a linguagem e a comunicação na escola.
Profissionais de Diferentes Áreas	Segundo semestre	Alunos e Famílias	Levar profissionais de diferentes áreas para falar de sua carreira profissional para estudantes e suas famílias.

7.4 Relação da Escola com o Território

A partir do diálogo conquista-se a confiança, a troca de ideias e a construção e desconstrução de saberes. A política de Educação Integral, em sua natureza, é essencialmente dialógica. Comunidades escolares e secretaria (e organizações do território) constroem juntas não apenas a proposta da Escola em Tempo Integral, mas sua contínua implementação ao longo dos anos.

É preciso repensar as relações de participação, autonomia dos envolvidos, respeito ao outro e principalmente investigar e fortalecer todos em uma agenda colaborativa. Mais do que grandes ações de mídia que exigem recursos muitas vezes escassos nas prefeituras, é interessante investir em ações de comunicação com as bases, investindo em estratégias criativas que fortaleçam a concepção de educação integral e de fato dialoguem com as características dos territórios.

Na Educação Integral, a comunicação tem como função:

- Informar: divulgar os objetivos, princípios e ações da educação em tempo integral para toda a comunidade escolar e para a sociedade em geral;
- Esclarecer dúvidas: responder às dúvidas e questionamentos da comunidade sobre as ações desenvolvidas nas Escolas em Tempo Integral;
- Promover o diálogo: incentivar o diálogo entre os diferentes agentes da comunidade escolar sobre a educação ofertada nas Escolas em Tempo Integral;
- Mobilizar a participação: convocar a comunidade escolar para participar da construção, implementação e monitoramento das Escolas em Tempo Integral;
- Celebrar conquistas: divulgar os resultados e os impactos positivos da educação integral e da Escola em Tempo Integral.

A comunicação é um processo complexo e dinâmico que exige planejamento, acompanhamento e avaliação constantes, considerando as diferentes necessidades e expectativas dos públicos-alvo, do programa e do próprio governo. Assim, é preciso considerar como dimensões:

- Acessibilidade e clareza: a comunicação deve ser acessível a todos os públicos, utilizando linguagem clara e objetiva;
- Transparência: as informações sobre a educação integral devem ser transparentes e facilmente acessíveis;
- Diálogo permanente: é fundamental manter um diálogo permanente com a comunidade escolar para garantir a participação e o engajamento de todos;
- Diversidade de canais: utilizar diferentes canais de comunicação para alcançar todos os públicos.

7.4.1 Agenda de ações para a interação com o Território/Contexto Social

Segue uma agenda preliminar de ações que podem sofrer, portanto, alterações no decorrer da execução do programa. À medida que o programa irá se desenvolver poderá ocorrer a inserção de novas formas de comunicação e interação com o território.

As unidades escolares da rede municipal de ensino, em parceria com o COMEITI, sugerem, uma agenda de ações a serem desenvolvidas:

AGENDA DE AÇÕES PARA A INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO/CONTEXTO SOCIAL

AÇÃO	DATA/PERÍODO	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA/OBJETIVO DA AÇÃO
Programa de Visitas Guiadas a Espaços Públicos e Culturais	A ser definida conforme calendário escolar	Gestores e professores	Organizar passeios a museus, bibliotecas, parques e centros culturais, em parcerias com órgãos locais, envolvendo os estudantes em atividades educativas fora da escola.
Ciclo de Palestras para os pais e comunidade	Uma vez por semestre	Gestores, professores, parceiros e pais dos estudantes	Palestras semestrais com especialistas sobre temas pertinentes, tais como: Importância da Educação Integral, Relação Família e Escola, Pais preparados - Filhos fortalecidos, entre outros.
Programa de Rádio	Mensal	Gestores e professores	Participar do programa de Rádio da Prefeitura local uma vez ao mês, por 5 minutos, trazendo notícias, novidades e assuntos da Escola em Tempo Integral
Formação com as famílias	Segundo semestre	Gestor	Formar a comunidade escolar acerca do tema educação integral, por meio de palestra, roda de conversa.
Dia da família na escola	Mês de abril		Trazer as famílias para a escola, apresentar as atividades desenvolvidas pelos alunos.

8 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O aspecto financeiro do Programa deve orientar-se pelo Manual de Execução Financeira do Programa Escola em Tempo Integral e pelo Guia Passo a Passo para Prestação de Contas, ambos disponíveis no site do MEC. Ainda, cabe ressaltar que a RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 estabelece critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

Segundo o Ministério da Educação, a partir do diagnóstico e planejamento, e de forma alinhada à Política de Educação Integral em Tempo Integral, os entes deverão definir “suas necessidades de despesas para garantir a implementação com qualidade e equidade da expansão do tempo integral, visando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.” As despesas para a Educação Integral em Tempo Integral são essenciais para garantir uma educação de qualidade para todas as crianças e estudantes, e as Secretarias e escolas devem usar os recursos de forma estratégica para atender às suas necessidades específicas.

As despesas podem ser diretamente relacionadas à expansão do tempo, como a formação de profissionais para atuar na Educação Integral, diversificação de materiais para ampliar a oferta de saberes, aquisição de recursos para diversificar o ensino e a aprendizagem, ou melhoria da infraestrutura e construção de novos espaços (laboratórios, bibliotecas, etc.). Ou então, estarem indiretamente relacionadas, com o pagamento de contas de energia elétrica, por exemplo, ou outras ações de manutenção do funcionamento da escola, ou pequenos reparos para a preservação das instalações da escola.

É facultado às redes de ensino, dentro do programa de Escola em Tempo Integral, desenhar um modelo de educação em tempo integral que mais se adeque e atenda às suas necessidades, sendo que cada uma dessas variações influenciará o cálculo de implementação do programa.

Tem-se por concreto que um dos elementos mais importantes para assegurar a longevidade de uma política educacional é saber o quanto será necessário investir ao longo de cada ano, relacionando, inclusive, o impacto desse investimento com os recursos orçamentários disponíveis e a previsão de arrecadação futura. Essas ações e análises serão capazes de contribuir no plano de expansão, uma vez que a rede não pretende viabilizar a educação em tempo integral para todos as crianças e

estudantes de uma única vez, reduzindo a possibilidade de descontinuidade por falta de recursos.

Alguns instrumentos são de grande valia para qualquer política educacional, e precisam ser utilizados com base no desenho da política pactuada com a rede para garantir que a mesma possa de fato ser implementada, tais como o Plano Plurianual (PPA) que é um instrumento de planejamento e previsão geral do orçamento da prefeitura, que é elaborado para um período de quatro anos. A partir dos recursos previstos ano a ano no PPA para os programas e ações e das diretrizes aprovadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a prefeitura detalha em que categorias de despesas serão aplicados os recursos oriundos da arrecadação dos impostos, através da Lei Orçamentária Anual (LOA), que também deve ser aprovada pela Câmara Municipal. A LDO detalhará os valores a serem desembolsados para o pagamento de pessoal, precatórios, alienações, desapropriações, aquisição de equipamentos, obras viárias, construção de creches e custeio para a manutenção das atividades das secretarias.

Por essa razão é fundamental que, na análise orçamentária, sejam apurados os valores previstos nas dotações orçamentárias da Secretaria de Educação que possam ser aplicados à consecução do Programa Escola em Tempo Integral.

A seguir, a Coordenação do Programa Escola em Tempo Integral apresenta os valores recebidos do MEC:

VALORES RECEBIDOS DO MEC	
2023 – 01/01/2023 a 31/12/2023 – LOA	45.623,23
2024 – 01/01/2024 a 03/09/2024 – LOA	93.143,76
Sobre valores de contrapartida municipal ainda não há um valor exato a considerar, dado ao pouco tempo de funcionamento do programa. Com o passar dos anos essa estimativa será mais plausível.	

Além disto, é importante considerar a necessidade do controle social do investimento realizado, uma vez que deve ser compartilhado com toda a comunidade o investimento total da política, bem como os investimentos realizados em cada uma das escolas, de forma transparente e democrática.

9 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA E DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A principal função da avaliação na educação integral é contribuir com o próprio desenvolvimento da política e seus programas. Portanto, todo processo avaliativo deve produzir aprendizagem a partir de insumos que apoiem gestão e equipes técnicas para o processo de tomada de decisão. A avaliação orienta o planejamento e qualifica a produção de impacto da ação educacional.

A atualização do diagnóstico pode ser realizada pela gestão pública de maneira contínua, assegurando que a produção de dados se instaure como parte de uma cultura institucional. Outro aspecto a ser considerado é a disponibilização das informações produzidas à sociedade, já que podem ser relevantes para o exercício da participação e do controle social.

Abaixo, a imagem sugere momentos e formas de avaliação que podem ser realizadas nos diferentes momentos da execução do programa.



Fonte: Centro de Referências de Educação Integral

Premissas da Avaliação da Política e do Programa:

- **SIMPLIFICAÇÃO:** Avaliar pode ser associado a uma tarefa trabalhosa que só pode ser conduzida por especialistas. Ainda que a avaliação possa assumir uma face tecnicamente complexa e onerosa, isso não deve ser assumido como mandatório.

- **PARTICIPAÇÃO** Políticas educacionais envolvem grupos diversificados de sujeitos que representam necessidades, interesses, motivações e compreensões distintas. A participação pode ser deliberativa, na qual as pessoas têm poder de tomada de decisão, consultiva, na qual os informados participam de debates e reflexões, mas não tomam decisões, e informativa, na qual os envolvidos apenas dão informações sobre algo.
- **AUTOAVALIAÇÃO** Equipes envolvidas na implementação de uma política podem assumir a liderança e condução da avaliação. Isto porque possuem um olhar privilegiado do mecanismo da política e podem informar com consistência sobre o avanço e limites da proposta implementada.
- **TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL** A avaliação é um mecanismo que recolhe e divulga informações que permitem dar transparência às ações públicas em curso e oferece à sociedade civil a possibilidade de acompanhá-las.

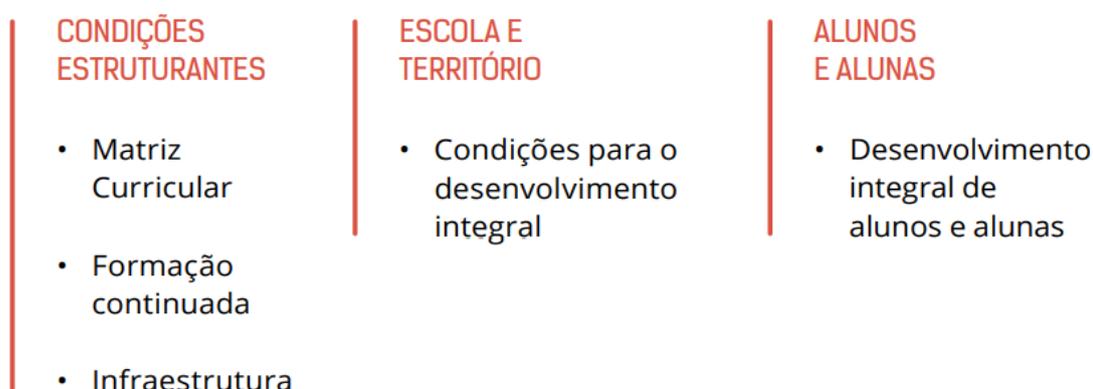
O Programa Escola em Tempo Integral dispõe de um Plano de Monitoramento e Avaliação 2023 - 2026. Ainda, dentro das sistematizações planejadas estão Boletins de Monitoramento e Balanços, que podem ser acessados no site do MEC, na aba Escola em Tempo Integral – Monitoramento e Avaliação.

Para as equipes que sob coordenação do COMEITI e da Coordenação Geral do Programa irão desenvolver os processos avaliativos do programa, sugere-se alguns passos para um Plano de Avaliação eficaz, a saber:

1. Desenhar um plano
2. Definir a liderança
3. Mapear os recursos disponíveis
4. Escolher o foco
5. Organizar as formas de participação
6. Definir a abordagem metodológica
7. Elaborar os instrumentos
8. Coletar as informações
9. Analisar os dados
10. Comunicar e criar ambientes de aprendizagem

O Centro de Referências em Educação Integral também estabelece orientações quanto ao foco dos processos avaliativos sobre o programa, conforme demonstrado na imagem.

FOCOS PARA A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL MUNICIPAL



Fonte: Centro de Referências de Educação Integral

No desenho do Plano de Avaliação do Programa, além da observância das orientações por parte do MEC, deverá se considerar, ainda que de forma geral:

- Os objetivos da avaliação: O que se pretende avaliar?
- Os indicadores de avaliação: Quais são os sinais que demonstram que os objetivos estão sendo atingidos?
- Os instrumentos de avaliação: Quais ferramentas serão utilizadas para coletar dados?
- Os critérios de avaliação: Como os dados serão interpretados? - Os procedimentos de avaliação: Como a avaliação será realizada?

Assim, esta rede, por estar iniciando o programa ainda não tem um plano definido para a avaliação do mesmo. No entanto, conforme DECRETO Nº 216/2024, de 05 de junho de 2024, “Art. 3º - Ao COMEITI compete: [...] V – participar e/ou realizar a avaliação e monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral”.

10 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Cabe à Secretaria de Educação a institucionalização desta Política, para o qual sugerem-se os seguintes passos:

- Redigir os Marcos Legais para implementação do Programa de Escola em Tempo Integral e seu funcionamento;
- Elaboração da política, considerando o envolvimento e contribuições das escolas e dos demais agentes envolvidos com a devida validação pelo Conselho Municipal de Educação;
- Início dos Atendimentos aos educandos;
- Revisão dos Currículos locais, PPP's, Regimentos Internos das Unidades Escolares;
- Apoio aos profissionais para a sua formação profissional, bem como, execução dos planejamentos;
- Avaliação Institucional e Monitoramento do Programa.

O Conselho Municipal de Educação deve analisar a estrutura e aspectos para o funcionamento da respectiva Política de Educação Integral em Tempo Integral de acordo com o Manual orientador da Atuação dos Conselhos de Educação, disponível no site do MEC. Acerca dessa estrutura e funcionamento, recomenda-se a observação, pelos Conselhos, de aspectos importantes que garantem a qualidade da política, tais como a apresentação da organização curricular, do quadro de profissionais envolvidos no atendimento às crianças e estudantes, bem como a organização dos tempos e espaços, entre outros aspectos. Caberá ainda ao Conselho o acompanhamento e a fiscalização sistemática da implementação da Política, na perspectiva de vistorias e diálogo com as instituições escolares que se ofertarem a Educação Integral em Tempo Integral.

A título de recomendação e ressalvadas as condições e singularidades de cada localidade, orienta-se que os entes federativos também aprovem a Política via Poder Legislativo, no sentido de se garantir ampliação do debate público e progressiva consolidação das bases legais da Educação Integral em Tempo Integral no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 04/2010.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Caderno 01 - Conceitos, Princípios e Estratégias Estruturantes.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Caderno 02 - Implementação.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Material de Apoio à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral.

DIETRICH, Julia. Guia para alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: Guia Alocação Distribuição Matrículas Eficiência Equidade

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de, Educação (de Tempo) Integral e a Constituição de Territórios Educativos, Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1205-1226, out./dez. 2016.

MOLL, Jaqueline. Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: em que direção caminha a mudança? In: MOLL, Jaqueline, Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: Construindo Possibilidades. Editora Penso, Porto Alegre, 2ª edição, 2013.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha Gonçalves. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios. 1. Ed. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: Caderno 1: Currículo e Educação Integral na Prática

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Florianópolis, SC: Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação, 2019.

LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023 - Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

PORTARIA Nº 1.495, DE 2 DE AGOSTO DE 2023 Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências.

PORTARIA Nº 2.036, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

PORTARIA Nº 748, DE 29 DE JULHO DE 2024. Estabelece estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, tendo em vista as modalidades de oferta da Educação Básica previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o fortalecimento das políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais.

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023. Estabelece critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral.

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o Anexo II da Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, e dá outras providências.

DECRETO Nº 216/2024, DE 05 DE JUNHO DE 2024. Institui o Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral (COMIEI), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de realizar, de forma intersetorial, a governança sistêmica dos esforços da implementação das estratégias e ações relativas ao Programa de Escola em Tempo Integral e à Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, conforme especifica e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº. 001/2023 novembro de 2023. Fica instituído o Programa de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Modelo e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº. 002 de 30 de setembro de 2024, que Aprova as Matrizes Curriculares para o Programa Escola em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Modelo/SC e dá outras providências.